

2012 RELATÓRIO E CONTAS

Toyota Caetano Portugal, S.A.

ÍNDICE

01. Geral

- 4. Corpos Sociais
- 5. Árvore do Grupo
- 6. Informação Geral

02. Relatório Único de Gestão

- 8. Relatório Único de Gestão
- 27. Anexo ao Relatório Único de Gestão

03. Contas Individuais

- 31. Demonstrações Financeiras
- 37. Anexo às Demonstrações Financeiras

04. Contas Consolidadas

- 72. Demonstrações Financeiras
- 78. Notas às Demonstrações Financeiras

05. Pareceres

- 136. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
- 137. Declaração do Conselho Fiscal
- 138. Certificação Legal das Contas (Individual)
- 140. Certificação Legal das Contas (Consolidada)
- 142. Declaração da Comissão e Remunerações

06. Governo das Sociedades

- 144. Relatório Sobre o Governo da Sociedade



01. Geral

RELATÓRIO E CONTAS 2012. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

01. Corpos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

José Lourenço Abreu Teixeira **Presidente**
Manuel Fernando Monteiro da Silva **Vice-Presidente**
António Manuel de Oliveira Saramago **1º Secretário**
Maria Olívia Almeida Madureira **2º Secretário**

Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos **Presidente**
Takeshi Numa **Vogal**
Daniele Schillaci **Vogal**
Maria Angelina Martins Caetano Ramos **Vogal**
Salvador Acácio Martins Caetano **Vogal**
Miguel Pedro Caetano Ramos **Vogal**
Rui Manuel Machado de Noronha Mendes **Vogal**
Shigeki Enami **Suplente**

Conselho Fiscal

José Domingos da Silva Fernandes **Presidente**
Alberto Luis Lema Mandim **Vogal**
Takehiko Kuriyama **Vogal**
Maria Livia Fernandes Alves **Suplente**

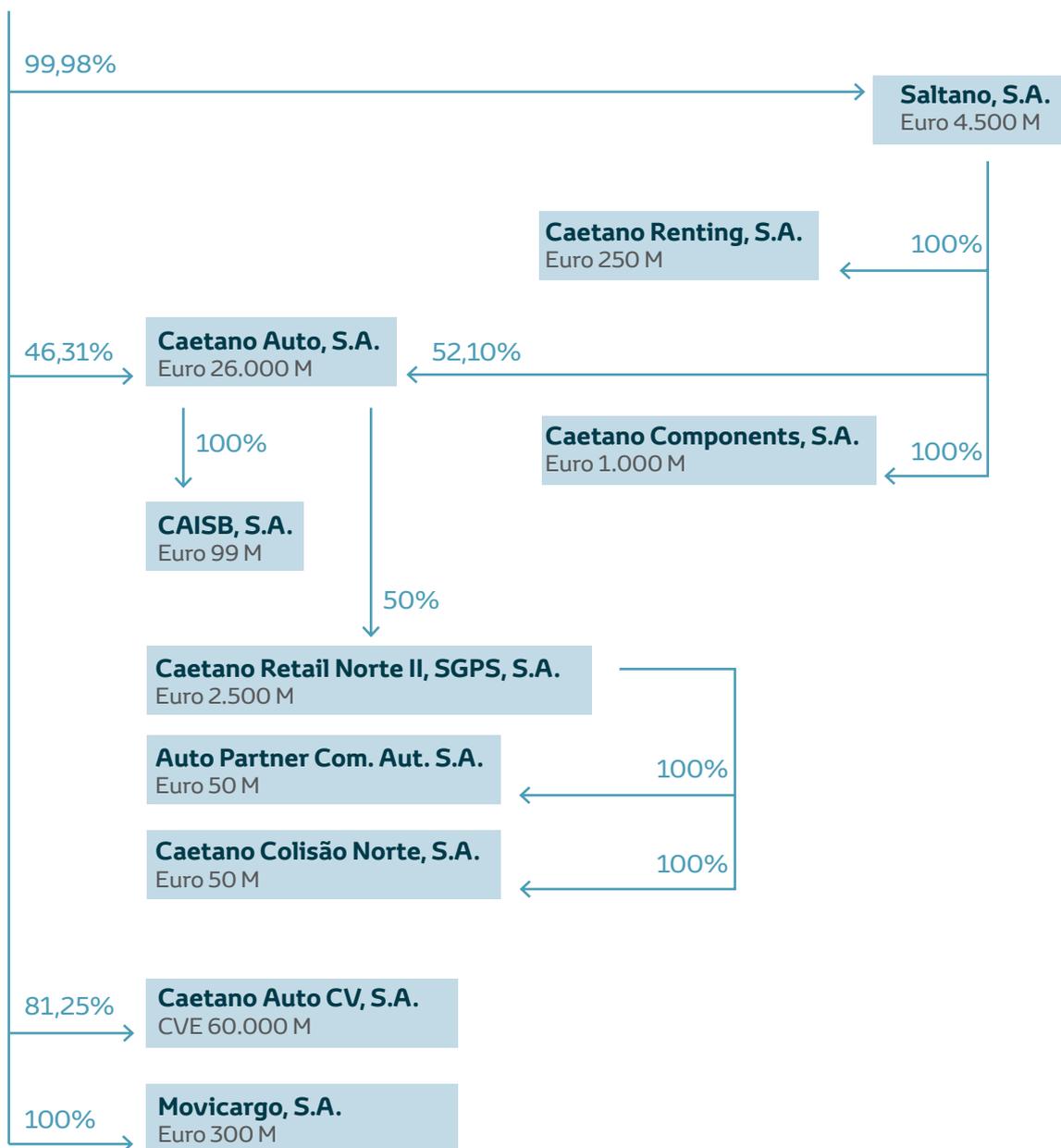
Revisor Oficial de Contas

José Pereira Alves, ou por Hermínio António Paulos Afonso
em representação da PricewaterhouseCoopers & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
António Joaquim Brochado Correia **Suplente**

01. Árvore do Grupo

Toyota Caetano Portugal, S.A.

Euro 35.000 M



dezembro 2012

01. INFORMAÇÃO GERAL

Sede

Avenida Vasco da Gama, 1410
4431-956 Vila Nova de Gaia
T. 22 786 70 00
F. 22 786 72 15

Unidade Fabril de Ovar

Olho Marinho
3885-100 Arada
T. 25 679 00 00
F. 25 679 00 05

Direção Regional Sul

Carregado
E.N. 3 – Carregado – Apartado 23
2584-908 Carregado
T. 26 385 72 00
F. 26 385 72 08

Data de Constituição: 4 de julho de 1946

N.I.P.C. 500 239 037

Conservatória Registo Comercial de Vila Nova de Gaia Nº 500239037

Capital Social: EUR 35 000 000

Admitida à cotação a totalidade do Capital Social na Bolsa de Valores de Lisboa

02. Relatório Único de Gestão

RELATÓRIO E CONTAS 2012. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.



02. Relatório Único de Gestão

MENSAGEM DO PRESIDENTE

JOSÉ RAMOS | PRESIDENTE | TOYOTA CAETANO PORTUGAL

Churchill disse: “A atitude é uma pequena coisa que faz uma grande diferença”. Só com atitude conseguiremos superar as provações e vencer os desafios que enfrentamos presentemente. Atitude é, assim, a palavra de ordem no contexto que todos, sem exceção, estão a viver, quer na esfera pessoal, quer profissional.

Por isso mesmo, às empresas portuguesas, mais do que nunca, pede-se força e determinação capazes de gerarem engenho e arte para ultrapassar o presente e agarrar o futuro com convicção.

Acredito que começamos, finalmente, a ver o início do processo de melhoria da nossa situação, embora ténue, e cujos reflexos concretos nas nossas vidas só serão no longo prazo.

Neste sentido, mais do que colocar o foco nos resultados (negativos) das vendas de 2012 e, infelizmente, expectáveis para 2013, é hora de colher ensinamentos que elucidem as empresas nas suas estratégias e planos de ação.

Sem discutir a forma e o conteúdo, estou plenamente convencido de que é hora de inovar estruturas e a forma de atuar no mercado. E é nesta lógica que afirmo que é preciso transformar competência em valor, distância em ligação e, no caso concreto do setor onde atua a Toyota Caetano Portugal, é preciso transformar automóveis em mobilidade, colocando o foco nas motivações e expectativas das pessoas que precisam de se movimentar por necessidade ou por lazer.

Às empresas portuguesas pede-se para, com firmeza e obviamente com consistência, trabalharem para metas concretas e realizáveis através de uma estratégia vocacionada para o sucesso.

Estamos todos perante a prova mais árdua de sempre, pois não há margem para falhas nem tão pouco para vacilar, com avanços e recuos de orientação e ação.

Para o conseguir, as empresas portuguesas, assim como as famílias, têm de ser implacáveis no cumprimento da sua missão de inovar com valor.

Aos agentes económicos pede-se, agora, e mais do que nunca, um serviço de excelência, produtos de qualidade, oferta valorizável e genuína satisfação dos clientes.

No universo empresarial, a diferença faz-se hoje pelas pessoas e pela sua capacidade de transfiguração permanente. Os produtos são fáceis de imitar e as máquinas, equipamentos e instalações compram-se. Só a pessoa e o seu génio criativo fazem a diferença neste contexto económico-social, onde se reclama por diferenciação e relevância.

Ao apostar na inovação com valor, as empresas portuguesas estarão a criar espaço não disputado, a tornar a concorrência irrelevante, a formar procura e conquistar clientes, assim como a quebrar o trade-off valor/custo e a alinhar a atividade pela diferenciação.

Na Toyota Caetano Portugal será este o nosso rumo, com certeza. É esta convicção que nos move para assim entrarmos num novo ciclo.



02. Relatório Único de Gestão

Todavia, para se conseguir uma reviravolta da economia nacional em sentido positivo é importante uma intervenção dos responsáveis políticos deste país. Quer para os empresários portugueses, quer para conquistarmos investidores estrangeiros, é importante estabilidade política, social, económica e fiscal. A criação de um pacto de regime entre os dois maiores partidos, que governam em alternância, ajudaria a uma estabilidade de longo prazo. A legislação laboral e fiscal portuguesa está constantemente a mudar e a carga burocrática continua obstrutiva; situação que, mesmo numa economia em crescimento, não contribuiu para uma maior aposta do investimento estrangeiro no nosso país. Também aqui é preciso uma mudança de atitude.

Estou plenamente consciente da situação difícil que as empresas e as famílias vivem. Os portugueses estão a ser coagidos a diversos níveis, enquanto trabalhadores, pais e cidadãos. A perda de poder compra e o clima depressivo têm gerado uma rutura no consumo em geral, sendo o setor automóvel um dos mais afetados.

Em 2012, este setor registou o volume de vendas mais baixo dos últimos 27 anos e gerou um volume de negócios de 12,5 mil milhões de euros (menos 4,4 mil milhões do que em 2011), tendo perdido cerca de 3 mil empresas e 22 mil postos de trabalho direto.

Apesar deste cenário sem precedentes, acredito que ainda em 2013, durante o segundo semestre, vamos entrar num processo de retoma paulatina, sem dúvida, mas iniciando a entrada num novo ciclo que timidamente se irá afirmar até final da década. O velho ditado diz "Depois da tempestade vem a bonança".

Deparamo-nos com um ambiente competitivo exigente que tem realçado todas as debilidades. É preciso, pois, começar a corrigir a trajetória com estratégia e ação eficazes. Em tempos de mudança, a missão da Toyota Caetano Portugal é, assim, garantir os alicerces para que assegure a sua sustentabilidade futura. Mais do que nunca, vamos ser insuperáveis no que fazemos, ser os melhores tecnicamente, estar apaixonados pela nossa atividade e questionar cada ação para introduzir melhorias e aumentar resultados.

É com esta atitude que reforço uma mensagem de confiança no futuro, ancorada num otimismo responsável e consciente das dificuldades e da incerteza que vamos ter até ao fim da presente década. Mas sei que, com vontade e sabedoria, saberemos como, quando e onde atuar.

Na Toyota Caetano Portugal estamos a estimular esta postura empreendedora, capaz de transformar os problemas em oportunidades e os desafios em sucesso.

José Ramos
Presidente

02. Relatório Único de Gestão

INTRODUÇÃO

De acordo com o disposto no artigo 245º, número 1, alínea a) do Código dos Valores Mobiliários foi elaborado o relatório de gestão e a proposta de aplicação de resultados a seguir apresentados, bem como os respetivos Anexos em concordância com o disposto nos artigos 447º e 448º do Código Soc. Comerciais. Para cada uma das Empresas integrantes do perímetro de consolidação da Toyota Caetano Portugal, será apresentada, uma indicação dos principais acontecimentos ocorridos no período e o respetivo impacto nas demonstrações financeiras.

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

ATIVIDADE INDUSTRIAL

UNIDADE FABRIL DE OVAR

O exercício de 2012 foi profundamente condicionado pela conjuntura económica e financeira desfavorável que se continua a registar de forma generalizada na zona Euro, assinalando o nível de produção mais baixo em Ovar desde 1971.

Foram produzidas 1.381 unidades Toyota, o que correspondeu a uma quebra de 32% face a igual período de 2011. A produção do modelo Dyna registou um decréscimo de 29%, tendo o mercado de exportação absorvido 66% das unidades. O modelo Hiace foi descontinuado em julho, após 33 anos de atividade em Ovar, tendo neste exercício saído de linha 304 unidades.

Na atividade de Transformações e PDI foram intervencionadas 2.174 viaturas, o que corresponde a um decréscimo de 49% face a igual período do ano anterior.

PRODUÇÃO	2012	2011	2010	2009	2008
Unidades Físicas Toyota	1.381	2.025	2.553	1.967	5.947
Unidades Físicas Mini Autocarros	0	12	91	86	154
Unidades Físicas Transformadas	2.174	4.274	6.316	5.677	10.046
Total Colaboradores	190	214	297	340	360

O abrandamento da atividade nos últimos anos tem obrigado a uma continuada adequação dos Recursos Humanos às necessidades.

Por sua vez e em termos de Gestão da Qualidade e Ambiente o ano de 2012 assistiu a mais uma auditoria da APCER aos nossos sistemas, na qual foi salientado o elevado nível de maturidade do Sistema de Gestão e a melhoria global do seu desempenho, apesar de a empresa se encontrar numa fase de subocupação.

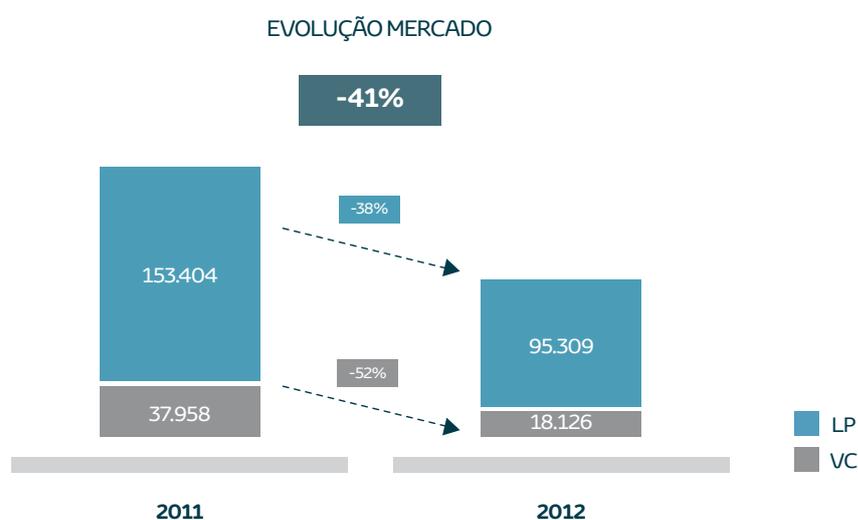
02. Relatório Único de Gestão

ATIVIDADE COMERCIAL

ENQUADRAMENTO DO MERCADO TOTAL

O ano de 2012 apresentou uma quebra face ao verificado em 2011, com um decréscimo de 41%, totalizando 113.435 unidades comercializadas.

As viaturas comerciais apresentam uma redução superior aos ligeiros de passageiros, com uma variação negativa de 52% vs 38%, respetivamente.



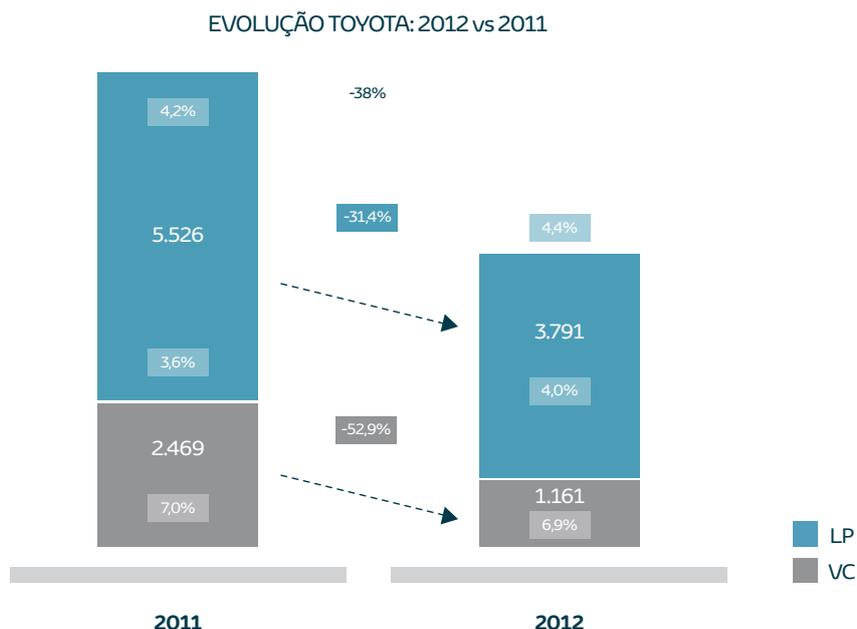
De destacar, como fatores justificativos da performance de mercado:

1. No ano de 2012, Portugal registou uma forte desaceleração económica, na sequência da crise económico-financeira que desencadeou a intervenção do FMI em Portugal, e adoção de diversas políticas de austeridade;
2. A antecipação de compra no ano de 2011 de veículos comerciais, motivada pelo acréscimo do ISV anunciado para 2012.

02. Relatório Único de Gestão

VIATURAS TOYOTA

Em 2012, as matrículas Toyota apresentaram uma quebra de 38% no seu total, atingindo as 4.952 unidades, traduzindo-se numa quota de mercado de 4,4% (acréscimo de 0,2 p.p. face a 2011).



Fonte: ACAP

O desempenho Toyota fica a dever-se essencialmente:

1. À boa performance do modelo Yaris ao longo do ano, que viu os seus argumentos reforçados no mês de julho com o lançamento da motorização híbrida;
2. Ao desempenho dos modelos Avensis e Hiace, que incrementaram a sua quota de mercado respetivamente no segmento D e segmento dos furgões;
3. Ao escoamento do modelo Auris, preparando o lançamento da Nova Geração;
4. À falta de oferta em segmentos representativos do mercado: C-SW e C-SUV / CUV nos passageiros e Combos nos comerciais;
5. E à forte pressão concorrencial sentida nos Segmentos B & C: modelos concorrentes em ciclo de vida de produto mais favorável e campanhas promocionais agressivas ao longo de todo o ano.

De destacar a manutenção da liderança do segmento Chassis-Cabine com o modelo Dyna, produzido localmente na fábrica de montagem de Ovar.

Para 2013, as prioridades e os objetivos globais definidos passam por:

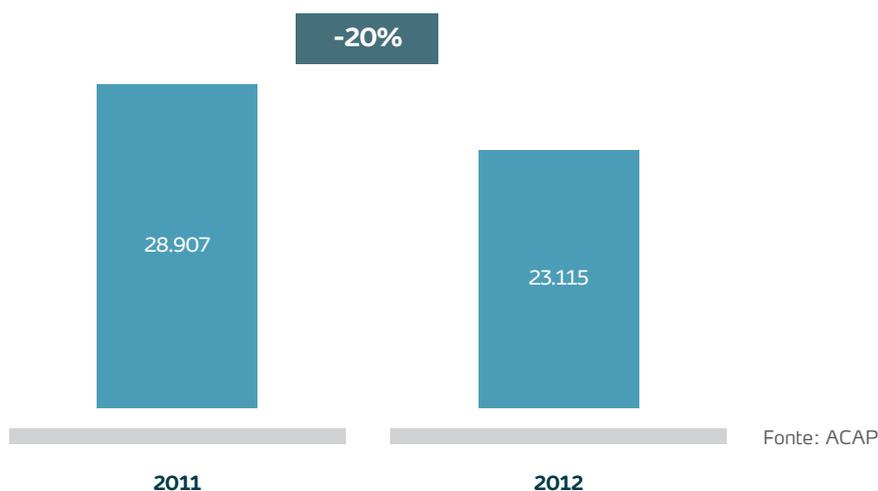
- Capitalizar os modelos mais representativos em termos de vendas - Yaris e Auris, baseado no recente lançamento do Yaris Híbrido e nos novos modelos Auris e Auris Touring Sports;
- Potenciar as vendas dos restantes modelos de Produção Europeia e Nacional;
- Reforçar a imagem de marca: tecnologia Híbrida, Auris Touring Sports.

02. Relatório Único de Gestão

ENQUADRAMENTO DO MERCADO PREMIUM

Típicamente menos afetado por ciclos económicos negativos, o Mercado Premium apresentou uma quebra de 20%, totalizando 23.115 unidades comercializadas. Esta quebra foi menos acentuada do que a registada no Mercado Mainstream, tendo o Mercado Premium representado, em 2012, cerca de 20% (+5,3p.p. vs 2011) da totalidade do mercado.

EVOLUÇÃO MERCADO PREMIUM

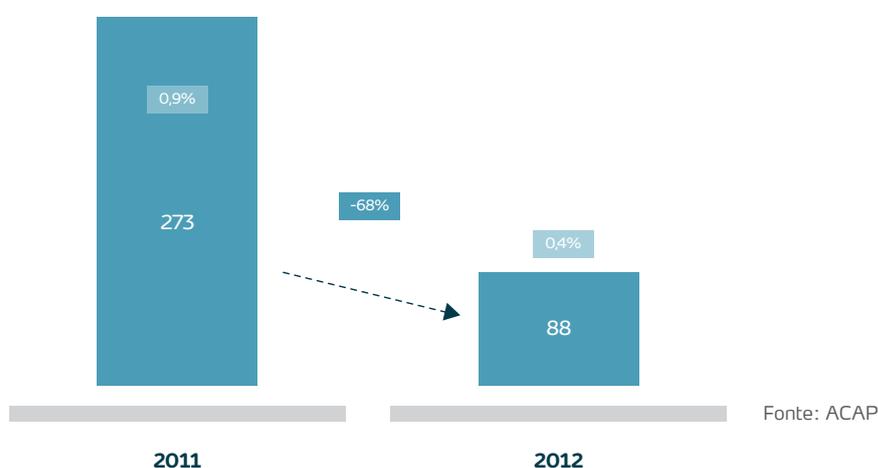


VIATURAS LEXUS

Num ambiente concorrencial complexo, a performance Lexus ficou abaixo do comportamento do mercado, apresentando uma quebra de 68%. Em 2012, a Lexus registou 88 matrículas, traduzindo-se numa quota de mercado de 0,4%, -0,5 p.p. vs 2011.

O decréscimo acentuado nas vendas da Lexus em 2012, ficou a dever-se à diminuição da competitividade do modelo CT 200h, fruto da tendência continuada de "downsizing" nas motorizações Diesel e à intensa agressividade comercial dos concorrentes nos segmentos C-Premium e D-Premium.

EVOLUÇÃO LEXUS: 2012 vs 2011



02. Relatório Único de Gestão

Para 2013, os objetivos globais definidos passam por:

- Reforçar o posicionamento de inovação, alavancado na oferta alargada e exclusiva de viaturas híbridas;
- Identificação da tecnologia híbrida com a marca Lexus, apoiada no lançamento de 3 novos modelos: novo LS, nova geração IS, novo GS 300h (motorização 2.5L híbrida).

MÁQUINAS INDUSTRIAIS

EQUIPAMENTO INDUSTRIAL TOYOTA

	MERCADO			VENDAS TOYOTA + BT				
	'11	'12	VARIAÇÃO %	'11 QT	'11 QUOTA	'12 QT	'12 QUOTA	VARIAÇÃO %
Empilhadores Contrabalançados	859	664	-22,7	155	18,0	152	22,9	-1,9
Equipamento de armazém	1111	861	-22,5	294	26,5	192	22,3	-34,7
TOTAL MMC	1970	1525	-22,6	449	22,8	344	22,6	-23,4

Fonte: ACAP

MERCADO

No ano de 2012 o mercado de Máquinas de Movimentação de Carga manteve a trajetória descendente, ressentindo-se da crise profunda em que se encontra a economia portuguesa. Esta conjuntura negativa tem conduzido ao encerramento de inúmeras empresas, bem como à quebra do investimento como consequência da redução da atividade económica e das dificuldades de liquidez e financiamento, o que se traduz numa redução de frotas ou adiamento na renovação das mesmas.

Desta forma, tal consubstanciou-se numa quebra de mercado na ordem dos 22,6%, perfazendo 1.525 unidades contra 1.970 em 2011.

Analisando por tipo de equipamento verificou-se que a quebra de mercado foi semelhante nos 2 grandes segmentos: Empilhadores Contrabalançados (-22,7%) e Equipamentos de Armazém (-22,5%).

VENDAS TOYOTA + BT

Relativamente às vendas de Empilhadores Contrabalançados Toyota, a quebra nas vendas situou-se nos 1,9% comparativamente com igual período do ano anterior, o que permitiu uma subida da nossa quota de mercado para 22,9%.

Quanto às vendas de Equipamentos Armazém BT, verificou-se uma quebra bem mais acentuada de 34,7%, essencialmente devida ao facto dos clientes tradicionalmente utilizadores deste tipo de equipamento estarem a posticipar ou mesmo a reduzir a sua frota, como consequência da quebra do consumo.

Não obstante, e em termos de ranking de vendas, a Toyota + BT continua manter a liderança de mercado atingindo uma quota de 22,6%.

02. Relatório Único de Gestão

APÓS-VENDA

PRODUTO	VENDAS 2011	VENDAS 2012	CRESC. % 2012/2011
Peças/Acessórios/Merchandising	41,0	36,1	-12,10%
Serviços Extracare/Eurocare	1,5	0,6	-59,30%
Total	42,5	36,6	-13,70%

MEuros

A Divisão de Após-Venda Toyota faturou durante o ano de 2012, em peças, acessórios e merchandising, cerca de 36 milhões de euros. Este valor corresponde, relativamente ao valor faturado em 2011, a um decréscimo de 12,1% na faturação. No que respeita ao orçamento traçado para 2012, a execução orçamental foi de 90,8%.

Também na faturação dos serviços Extracare e Eurocare se regista um decréscimo de 60% face ao ano de 2011. A faturação destes serviços está diretamente relacionada com a venda de viaturas novas, apresentando tendencialmente uma variação semelhante a esta atividade. No entanto, é necessário atender ao facto de não ter havido faturação destes serviços no último trimestre de 2012, devido a problemas informáticos do lado da Toyota Motor Europe.

Os resultados das vendas do ano de 2012 refletem a conjuntura de retração na economia nacional. Condicionado por um clima económico adverso instalado já durante o ano de 2011, o negócio automóvel continuou a cair em 2012.

Motivados por contrariar esta conjuntura desfavorável a Toyota Caetano Portugal empreendeu diversas medidas, especialmente focadas na retenção de clientes nas oficinas Toyota, das quais destacamos:

- Ação de Retenção de Clientes “Génio 2012”, com atrativos preços para mudança de óleo e filtro.
- Ação de Retenção de Clientes “Em Segurança”, recaíndo sobre as peças de travagem.
- Atualização dos “Contratos de Manutenção” em sintonia com os lançamentos de novos modelos. Os contratos consideram todas as manutenções programadas até aos cinco anos da viatura ou aos 195 mil Km, nas oficinas Toyota.
- Lançamento dos “Opcionais” nos contratos de manutenção. Esta opção estimula a venda de peças (com início nos jogos de calços e maxilas frente e traseiros) junto com o serviço de manutenção.
- Lançamento do “Seguro em Circulação” para viaturas Toyota e Lexus. Esta nova versão complementa o anterior seguro Toyota, destinado apenas a viaturas à venda. Com este novo produto pretende-se chegar às viaturas Toyota que são assistidas no Após Venda.
- Lançamento do serviço “Toyota Protect”. Consiste na proteção e selagem da pintura, tecidos de estofos e jantes. A garantia do serviço é de 5 anos.

Adicionalmente, foram tomadas outras medidas no sentido de dinamizar a atividade do Após Venda, tais como:

- Lançamento do Programa Premium Trade 2012, destinado aos clientes de peças do Balcão Público. Este programa promove a dinamização das vendas itinerantes.
- Lançamento da Campanha Primavera Toyota, igualmente focalizada nos clientes do balcão público.
- Continuação da divulgação ao longo do ano, do negócio dos pneus, inserido por ex. nas campanhas de retenção de clientes.
- Alteração do modelo do negócio de tintas, que passou, a partir de 2012, a ver as suas encomendas serem colocadas diretamente ao fornecedor Spies Hecker. Este novo projeto possibilitou a introdução de novas tecnologias e metodologias do trabalho oficial.
- Campanha de Para-brisas, com início em dezembro de 2012, oferecendo atrativos preços nestas peças de colisão (redução de 25% no preço).
- Alargamento da gama Optifit com o lançamento do filtro de habitáculo.

02. Relatório Único de Gestão

- Contínuo acompanhamento e incentivo à venda dos produtos considerados “oportunidades de negócio”. Com esta ação procura-se dinamizar o conceito de vendas adicionais, gerando-se assim maior rentabilidade para as Concessões.
- Melhoramento na construção e envio dos postais de aviso, instrumento importante na fidelização dos clientes à marca.

RECURSOS HUMANOS

Na área de Recursos Humanos, procuramos contribuir diretamente para as tomadas de decisão, disponibilizando dados significativos e relevantes em termos de resultados através do melhoramento constante das aplicações de gestão de Recursos Humanos, adequando-as para o estabelecimento de combinações de análise, parâmetros de rendimentos e indicadores de pessoal, aperfeiçoando a qualidade e a precisão da informação, possibilitando ainda a projeção e análise do impacto de eventuais cenários.

Numa ótica de simplificação, automatização de processos administrativos e otimização de recursos, demos ainda continuidade ao projeto do “Portal do Empregado”, com novas funcionalidades extensivas a toda a TCAP.

Demos continuidade ao projeto BPM (Business Process Management) tendo em vista a melhoria dos processos desenvolvidos pelos Recursos Humanos, através da automação, controle e otimização.

A idade do efetivo continua a ser uma das preocupações, notando-se, porém, uma tendência para um ligeiro acréscimo na idade média relativamente a 2011, a qual ronda agora os 43,7 anos (um ano entretanto também se passou).

Num contexto difícil e de grande incerteza, demos continuidade ao projeto de integração de estagiários e que se evidenciam no quadro seguinte:

Nº ESTÁGIOS	2012
Estágios profissionais	9
Estágios curriculares	14
TOTAL	23

Demos continuidade ao projeto de atualização de Descrição, Análise e Qualificação de Funções, com o objetivo de poder dispor de instrumentos que permitam uma gestão cada vez mais justa e eficaz das pessoas no seu envolvimento profissional. Este projeto é decisivo para as auditorias dos processos de certificação da qualidade.

No que respeita à política salarial e atendendo à conjuntura económica, não se verificaram alterações salariais durante o exercício em análise.

02. Relatório Único de Gestão

CAETANO AUTO, S.A.

Ao longo do ano de 2012 a situação de crise económica e financeira mundial manteve-se, refletindo no tecido empresarial português os efeitos de recessão daí decorrentes. Por tal motivo, as previsões de crescimento continuaram a ser revistas sucessivamente em baixa ao longo do exercício findo em 31 de dezembro passado. Consequentemente, no ano de 2012 o governo português aprovou e aplicou sucessivas medidas de austeridade e de condicionalismos específicos de política económica tendentes a reduzir o défice orçamental e o crescimento da dívida pública.

Esta conjuntura afeta de forma muito especial o setor automóvel e a Caetano Auto refletiu esta redução do negócio ao vender em 2012 somente cerca de 60% das viaturas comercializadas em 2011.

Quanto ao negócio das viaturas usadas, que decorre principalmente da atividade dos novos – pelas designadas “retomas” que servem de pagamento parcial à venda dessas unidades novas – naturalmente, regista também um decréscimo nas vendas, contudo, esta atividade é compensada pela comercialização de unidades designadas de semi-novas, provenientes de viaturas de demonstração ou mesmo de aquisições diretas ao importador, justificando que, no conjunto, a atividade de viaturas usadas em 2012 registre vendas análogas às de 2011. Todavia, a empresa continua a desenvolver novos canais de venda, nomeadamente a internet, através da participação em leilões de sites da especialidade, esforçando-se deste modo por criar novas oportunidades de negócio.

Os serviços de após venda, também se ressentiram neste período de crise generalizada, registando em 2012 um decréscimo do volume de negócios e consequente decréscimo do resultado libertado. De facto, quer a atual redução do parque circulante da Toyota em Portugal, quer a tendência de alargamento dos períodos de manutenção da marca, quer também o facto de as viaturas circularem menos, percorrendo consequentemente menos kms, tudo em conjunto justifica o crescimento negativo desta área do negócio.

Desta forma a Caetano Auto viu o seu volume de negócios reduzido em cerca de 36 milhões de euros quando comparados 2012 e 2011.

AUTO PARTNER – COM. AUTOMÓVEIS, S.A.

A conjuntura desfavorável já anteriormente mencionada, afeta de forma muito especial o setor automóvel e a Auto Partner – Comércio de Automóveis, S.A. refletiu esta redução do negócio ao vender em 2012 somente cerca de 71% das viaturas novas comercializadas em 2011.

Quanto ao negócio das viaturas usadas, foram também registadas em 2012 cerca de 75% das unidades faturadas em 2011.

Os serviços de após venda, viveram também um processo recessivo com o volume de negócios e o resultado liberto a sofrerem um decréscimo importante. Mais uma vez, a redução do parque circulante da Toyota e a tendência de alargamento dos períodos de manutenção justificam de alguma forma o crescimento negativo desta área do negócio.

Desta forma e globalmente a Auto Partner – Comércio de Automóveis, S.A. viu o seu volume de negócios reduzido em mais de 3 milhões de euros quando comparado 2012 com 2011.

02. Relatório Único de Gestão

CAETANO COLISÃO (NORTE), S.A.

A situação de crise económica e financeira condicionou o negócio da Caetano Colisão (Norte) do qual, numa análise segmentada das vendas por tipo de Cliente, se retirou como conclusão que no segmento das Seguradoras existiu uma manutenção do valor de faturação face ao ano anterior. Contudo, a quebra global da atividade deve-se essencialmente ao segmento das Gestoras de Frota e aos clientes particulares, onde não foi possível contrariar a tendência negativa verificada.

Não obstante o atrás referido, a gestão cuidada levada a cabo na Caetano Colisão (Norte), prosseguiu no esforço de redução das suas despesas, essencialmente no que às rubricas de "Fornecimentos e serviços externos" e "Gastos com pessoal" respeitou, permitindo deste modo "compensar" a redução do volume de negócios registada.

Também na área dos investimentos, a gestão da Caetano Colisão (Norte) limitou-se ao indispensável, não se registando por isso situações durante 2012 que mereçam aqui qualquer referência especial.

Em resultado dos considerandos atrás descritos, a Caetano Colisão (Norte), encerrou o exercício de 2012 com resultados positivos próximos dos 150 mil euros, confirmando assim a sustentabilidade já alcançada em 2011.

CAETANO AUTO CV, S.A.

VIATURAS

MERCADO	MARCA	2012	2011	VARIAÇÃO	
				QTD.	%
Veículos Ligeiros Passageiros	Toyota	73	82	-9	-10,98%
	Daihatsu	14	27	-13	-48,15%
Veículos Comerciais Ligeiros	Toyota	175	293	-118	-40,27%
Veículos Comerciais Pesados	Toyota	18	33	-15	-45,45%
		280	435	-155	-35,63%

A grave conjuntura económica que se verifica em todo o mundo, e que afeta muito especialmente o setor automóvel, marcou definitivamente o ano de 2012.

A Caetano Auto CV apresentou uma quebra de 35,63% no número de viaturas vendidas em 2012, comparativamente ao ano anterior. A quebra verificou-se em todos os tipos de viaturas, sendo sentida de forma ainda mais vincada no mercado de Veículo Comerciais. As principais razões apontadas para uma descida tão acentuada na venda de viaturas são:

- falta de liquidez da banca, restrições ao crédito automóvel e atitude mais expectante dos consumidores no momento de consumir/investir devido à crise económica.
- poucas empresas de construção civil com obras em carteira suficientemente extensas que permitam dinamizar a economia.

02. Relatório Único de Gestão

APÓS-VENDA

(valores em ECV)

MERCADO	2012	2011	VARIAÇÃO	
			QTD.	%
Peças/Acessórios	156.210.547	206.020.609	-49.810.062	-24,18%
Oficina (Mão-de-Obra)	33.748.966	37.857.239	-4.108.273	-10,85%
	189.959.513	243.877.848	-53.918.335	-22,11%

Durante o ano de 2012, a Caetano Auto CV faturou cerca de 156 mil contos cabo verdianos em peças e acessórios, o que se traduz numa quebra de 24,18% em relação ao ano anterior e de 26,11% relativamente ao valor orçamentado para 2012. Já a faturação oficial decresceu 10,85% relativamente ao ano anterior e 18,52% relativamente ao valor do orçamento.

A estas quebras não é alheia a obra de remodelação das instalações que condicionou a atividade, sobretudo, durante o 1º semestre. A dinamização do negócio do Após-Venda é encarada como prioritária no sentido de tentar contornar as dificuldades impostas pela conjuntura económica atual.

CAETANO RENTING, S.A.

A frota média da Empresa ao longo do ano, situou-se nas 1484 unidades, menos 371 do que no ano anterior, sendo que no termo do exercício, o total em frota era de 996 unidades (menos 32,20% do que no ano anterior).

O total de veículos em Frota, apresenta a estrutura infra:

- Veículos Ligeiros de Passageiros: 672 uts (67,48%)
- Veículos Comerciais Ligeiros: 52 uts (5,22%)
- Máquinas Industriais: 272 uts (27,30%)

O Volume de Negócios atingiu os 4,6 milhões de euros, o que em comparação com o exercício anterior, representa uma diminuição de cerca de 21%.

Foram contabilizadas perdas por imparidade no total de 463 Milhares de Euros, relativas essencialmente a dívidas a receber.

Face ao exposto, a Empresa teve um Resultado Líquido negativo de 267 Milhares de Euros.

02. Relatório Único de Gestão

CAETANO COMPONENTS, S.A.

O exercício de 2012 encerra um ciclo de adaptabilidade e reorganização interna tendo em vista o desenvolvimento e produção dos chassis C5, produto a que a empresa se dedicará quase em exclusividade a partir de agora.

Durante este exercício no entanto, as encomendas de Chassis C5 não provocaram ainda níveis de produção estacionários que garantissem eficiência produtiva e consequente rentabilização económica. Pelo contrário, o atraso considerável no arranque de alguns dos projetos do nosso principal Cliente originou um interregno de toda atividade da empresa o qual justificou a suspensão temporária de contratos de trabalho tendo-se recorrido à figura do "layoff", por um período de 6 meses.

Adicionalmente, conscientes da incerteza na retoma da produção e depois de termos esgotado todas as hipóteses de alocação de recursos humanos a outras empresas do universo do Grupo Salvador Caetano, não foi possível evitar um processo de despedimento coletivo relativamente a 21 colaboradores. Este ajustamento, foi o corolário da extinção em definitivo de atividades que ao longo dos últimos anos se foram revelando cada vez mais residuais, sendo que a sua manutenção até agora se deveu ao interesse que essas atividades apresentavam para outras áreas do Grupo Toyota Caetano Portugal. Referimo-nos em concreto, à produção de acabamentos de interior em pele para modelos ligeiros de passageiros Toyota, produção de componentes e bancos a incorporar no modelo Dyna e Hiace, e produção de componentes de interior para o miniautocarro Ótimo, produto comercialmente em fase de declínio.

Por outro lado, e após conclusão da desanexação da matriz predial, foi concretizada a alienação do denominado pavilhão "C" com um contributo significativo para os resultados de 2012.

Também derivado dos trabalhos finais de reorganização dos armazéns, foram identificados itens das referidas atividades descontinuadas os quais apesar dos esforços de colocação no mercado, não puderam deixar de ser registados como perdas face à baixa rotação apresentada.

Em conclusão, o exercício de 2012 foi um ano problemático em todos os aspetos, onde decisões difíceis com fortes impactos sociais tiveram que ser tomadas. Do ponto de vista económico e apesar de verificarmos uma quebra de volume de vendas superior a 50%, apresentámos um resultado negativo de 318 milhares Euros, aproximadamente metade do pretérito exercício. Com capitais próprios apurados em 1.485 milhares Euros, conseguimos manter o nível de autonomia financeira de 2011.

Perante estes indicadores, o exercício findo não foi claramente um bom período sendo que após a reestruturação efetuada, estão criadas as condições para uma recuperação lenta mas segura, a ocorrer nos próximos exercícios.

MOVICARGO

Empresa sem atividade no período em análise.

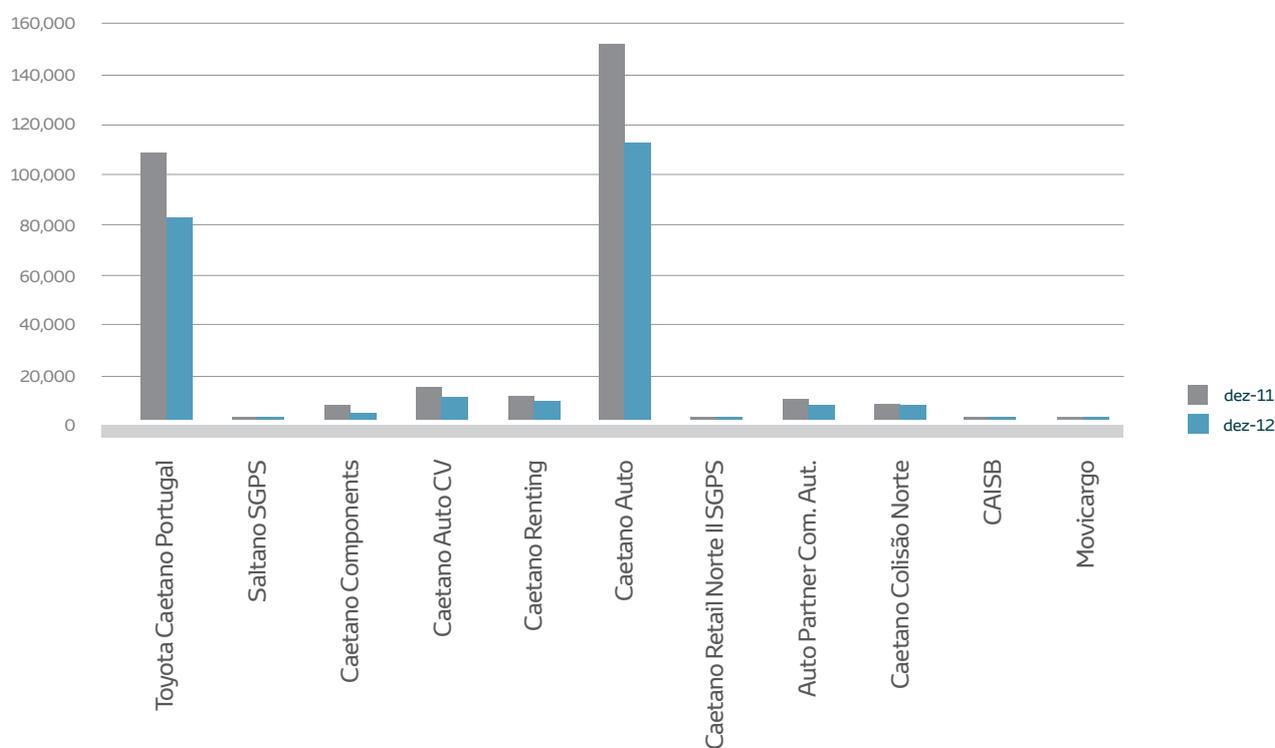
02. Relatório Único de Gestão

ATIVIDADE FINANCEIRA

ANÁLISE CONSOLIDADA

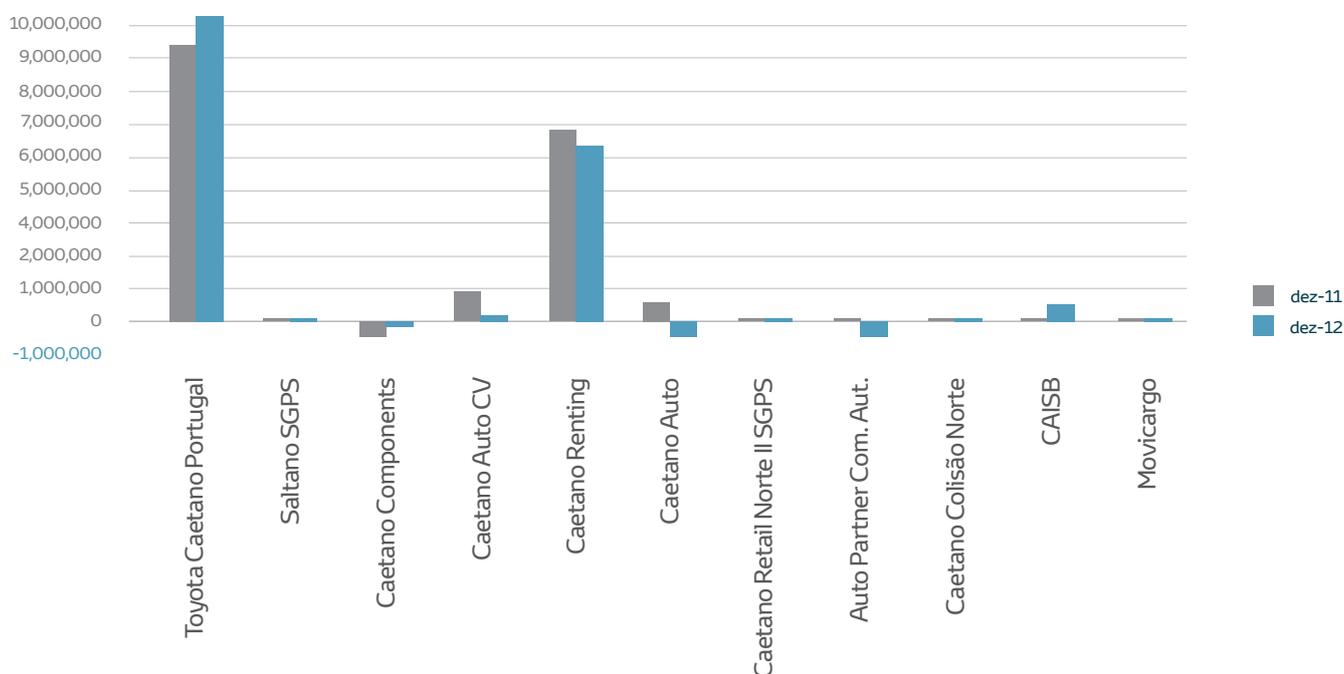
Durante o exercício de 2012, o perímetro de consolidação do grupo modificou-se por via da integração da empresa CAISB – Companhia Imobiliária Administradora São Bernardo, S.A.. Esta variação não teve um impacto significativo na análise do desempenho do Grupo.

O volume de negócios do Grupo, em 2012, no montante de 216 milhões de euros, representa uma diminuição de 26% face ao registado no ano de 2011, traduzindo o contexto macroeconómico negativo em que o país vive, nomeadamente no que diz respeito ao setor automóvel, onde o Grupo maioritariamente atua. O contributo por empresa do volume de negócios para o consolidado, evidencia a quebra generalizada da faturação:



Apesar da redução acentuada da atividade verificada durante o ano de 2012, o EBITDA consolidado atingiu 14,1 milhões de euros, correspondente a 6,5% do volume de negócios, uma melhoria face ao período homólogo, em que o mesmo rácio foi de 5,2%. O contributo individual para o consolidado desta rubrica, ajustado pelas operações intragrupo respetivas, foi conforme o gráfico abaixo:

02. Relatório Único de Gestão



No que respeita ao resultado antes de impostos, atingiu-se em 2012 um prejuízo de 3,9 milhões de euros, que compara com o resultado negativo de 1,9 milhões de euros no ano anterior. Não obstante, foi possível gerar um Cash-Flow positivo de 11,2 milhões de euros.

Por outro lado não podemos deixar de constatar que as reestruturações levadas a cabo durante o ano, nomeadamente na empresa Caetano Auto tiveram um impacto substancial no resultado obtido, pelo montante de indemnizações pago, que atingiu os 756 mil euros. No mesmo âmbito, de referir que a Toyota Caetano Portugal despendeu durante o período, o valor de 407 mil euros em indemnizações, sendo também este um fator relevante para o seu contributo nos resultados consolidados. A rubrica de gastos financeiros teve um impacto significativo para esses mesmos resultados consolidados, tendo atingido o montante de 3,6 milhões de euros no período em referência, face aos 2,9 milhões do ano transato. Este comportamento reflete o aumento continuado do custo da dívida, derivado da subida progressiva dos spreads, nomeadamente no primeiro semestre do exercício em apreço, a qual anulou o efeito favorável proporcionado pela redução do endividamento. Neste âmbito, o Grupo tem seguido, por um lado, uma estratégia de renegociação das maturidades da dívida, aumentando os respetivos prazos, e por outro, procurando diversificar as fontes de financiamento obtido, recorrendo a instituições financeiras internacionais para tal.

O grau de autonomia financeira alcançado de aproximadamente 60% continua a evidenciar uma perfeita estabilidade da estrutura de capitais.

02. Relatório Único de Gestão

PERSPETIVAS

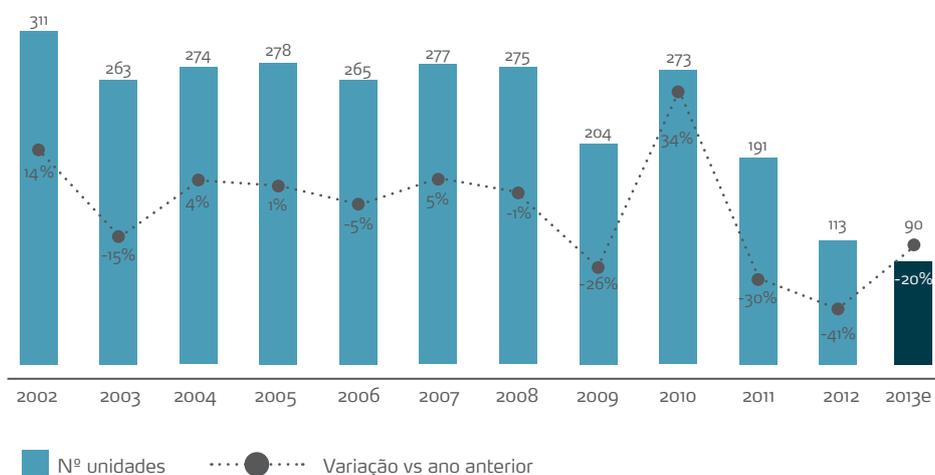
Dada a conjuntura económica atual e atendendo às previsões do Banco de Portugal publicadas no último Boletim de Inverno, o ano de 2013 perspetiva-se como sendo um ano particularmente desafiante dados os pressupostos macroeconómicos assumidos:

	Projeções do Banco de Portugal 2012- 2014				
	Taxa de variação, em percentagem				
	BE Inverno			BE Outono	
	2012	2013	2014	2012	2013
PIB	-3,0	-1,9	1,3	-3,0	-1,6
Consumo Privado	-5,5	-3,6	0,1	-5,8	-3,6
Consumo Público	-4,5	-2,4	1,5	-3,9	-2,4
FBCF	-14,4	-8,5	2,8	-14,9	-10,0
Procura interna	-6,9	-4,0	0,8	-6,8	-4,5
Exportações	4,1	2,0	4,8	6,3	5,0
Importações	-6,9	-3,4	3,5	-4,7	-2,3
IHPC	2,8	0,9	1,0	2,8	0,9

A retração prevista ao nível de consumo é sentida de forma mais intensa no consumo privado. Relativamente à evolução do PIB, há um agravamento face à projeção do boletim anterior, estimando-se uma retração de -1,9%.

Face a este enquadramento, a previsão de Mercado para 2013 assume uma quebra de 20% face ao ano anterior, situando-se em torno das 90.000 unidades:

EVOLUÇÃO MERCADO AUTOMÓVEL em milhares



02. Relatório Único de Gestão

Face às condições descritas, o objetivo Toyota para 2013 é de 5.070 unidades novas a comercializar, representando este valor um ligeiro acréscimo comparativamente ao ano de 2012 e resultando numa quota de mercado de 5,6% - um crescimento de 1,2 p.p. face ao ano anterior.

Relativamente à Lexus, o objetivo situa-se nas 85 unidades, objetivo que se encontra em linha com os níveis de comercialização obtidos em 2012, ainda que com uma redução de cerca de 4%.

GESTÃO DE RISCOS

CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

O risco de crédito, na Toyota Caetano, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional.

O principal objetivo da gestão de risco de crédito, na Toyota Caetano, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que decorre do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, as empresas do Grupo expostas a este tipo de risco têm:

- Constituído um departamento específico de análise e acompanhamento do Risco de Crédito;
- Implementado processos e procedimentos pró-ativos de gestão de crédito sempre suportados por sistemas de informação;
- Mecanismos de cobertura (seguros de crédito, cartas de crédito, etc).

RISCO DE TAXA DE JURO

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço Consolidado, e dos consequentes cash flows de pagamento de juros, a Toyota Caetano encontra-se exposta a risco de taxa de juro.

A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de juro.

RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

Enquanto Grupo geograficamente diversificado, com subsidiárias localizadas em Cabo Verde, o risco de taxa de câmbio resulta essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais. A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação.

A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de câmbio.

RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão de risco de liquidez, na Toyota Caetano, tem por objetivo garantir que a sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

02. Relatório Único de Gestão

Com este propósito, a gestão de liquidez no Grupo compreende os seguintes aspetos:

- Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash flows ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- Diversificação de fontes de financiamento;
- Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida;
- Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de “commitment fees” suportados.

A descrição pormenorizada deste ponto encontra-se expressa no Relatório do Governo da Sociedade

AÇÕES PRÓPRIAS

A sociedade não adquiriu, nem alienou ações próprias durante o exercício. À data de 31 de dezembro 2012, a sociedade não detinha ações próprias.

DECLARAÇÃO

Declaramos, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do nosso conhecimento, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Toyota Caetano Portugal, relativas ao ano de 2012, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados desta sociedade e das empresas incluídas no seu perímetro de consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição desta sociedade e das suas subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação, bem como uma descrição dos riscos e incertezas mais significativos com que se defrontam.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Em conformidade com o disposto na alínea b), do nº 1, do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propomos que os resultados líquidos negativos apurados no exercício, no valor de Euros 2.642.591,00 expressos nas demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal sejam transpostos para a Conta de Resultados Transitados.

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Desde a conclusão do ano de 2012 e até à presente data, não se observaram quaisquer factos relevantes que devam ser mencionados.

02. Relatório Único de Gestão

OUTROS ASSUNTOS / AGRADECIMENTOS

Ao concluir este relatório pretendemos transmitir uma palavra de agradecimento:

- Aos nossos Clientes e Concessionários pela permanente confiança que depositaram nos nossos produtos e pela distinção da sua escolha;
- Às Entidades Bancárias pela colaboração e apoio que sempre manifestaram no acompanhamento da nossa atividade;
- Aos restantes Órgãos Sociais pela colaboração prestada ao longo da sua atuação;
- Aos nossos Colaboradores que, pela sua disponibilidade e entusiasmo, se empenharam no desenvolvimento da Empresa.

Vila Nova de Gaia, 8 de abril de 2013

O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos – Presidente
Takeshi Numa
Daniele Schillaci
Maria Angelina Martins Caetano Ramos
Salvador Acácio Martins Caetano
Miguel Pedro Caetano Ramos
Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

02. Anexo ao Relatório Único de Gestão

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO E TRANSAÇÕES DOS ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

(NOS TERMOS DO ARTIGO 447.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS E DE ACORDO COM A ALÍNEA A) DO ARTIGOS 9.º E DO NÚMERO 7 DO ARTIGO 14.º AMBOS DO REGULAMENTO 5/2008 DA CMVM)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ENG. JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS (Presidente do Conselho de Administração): Não tem ações nem obrigações. O GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A., do qual é Vogal do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 31 de dezembro de 2012, detinha 21.288.281 ações, com o valor nominal de um euro cada. A FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO, da qual é Presidente do Conselho de Administração, adquiriu: em 2 de janeiro de 2012, 2.565 ações ao preço de € 3,90 cada uma; em 11 de junho de 2012, 100 ações ao preço de € 1,78 cada uma; em 31 de dezembro de 2012, 130.000 ações ao preço de € 2,50 cada uma, pelo que em 31 de dezembro de 2012 detinha 138.832 ações, com o valor nominal de um euro cada. A COVIM – Sociedade Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A., da qual o cônjuge é Presidente do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 31 de dezembro de 2012, detinha 393.252 ações, com o valor nominal de um euro cada. A COCIGA - Construções Cívicas de Gaia, S.A. da qual o cônjuge é Presidente do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que, em 31 de dezembro de 2012 detinha 290 ações, com o valor de um euro cada.

TAKESHI NUMA (Vogal do Conselho de Administração): Não tem ações nem obrigações.

DANIELE SCHILLACI (Vogal do Conselho de Administração): Não tem ações nem obrigações.

DR.ª MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS (Vogal do Conselho de Administração): Não tem ações nem obrigações. O GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A., do qual é Presidente do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 31 de dezembro de 2012, detinha 21.288.281 ações, com o valor nominal de um euro cada. A FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO, da qual o cônjuge é Presidente do Conselho de Administração, adquiriu: em 2 de janeiro de 2012, 2.565 ações ao preço de € 3,90 cada uma; em 11 de junho de 2012, 100 ações ao preço de € 1,78 cada uma; em 31 de dezembro de 2012, 130.000 ações ao preço de € 2,50 cada uma, pelo que em 31 de dezembro de 2012 detinha 138.832 ações, com o valor nominal de um euro cada. A COVIM – Sociedade Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A., da qual é Presidente do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 31 de dezembro de 2012, detinha 393.252 ações, com o valor nominal de um euro cada. A COCIGA - Construções Cívicas de Gaia, S.A. da qual é Presidente do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que, em 31 de dezembro de 2012 detinha 290 ações, com o valor de um euro cada.

ENG. SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO (Vogal do Conselho de Administração): Não tem ações nem obrigações. O GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A., do qual é Vice-Presidente do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 31 de dezembro de 2012, detinha 21.288.281 ações, com o valor nominal de um euro cada. A FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO, da qual é Vogal do Conselho de Administração, adquiriu: em 2 de janeiro de 2012, 2.565 ações ao preço de € 3,90 cada uma; em 11 de junho de 2012, 100 ações ao preço de € 1,78 cada uma; em 31 de dezembro de 2012, 130.000 ações ao preço de € 2,50 cada uma, pelo que em 31 de dezembro de 2012 detinha 138.832 ações, com o valor nominal de um euro cada. A COCIGA - Construções Cívicas de Gaia, S.A. da qual é Vogal do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que, em 31 de dezembro de 2012 detinha 290 ações, com o valor de um euro cada.

ENG. MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS (Vogal do Conselho de Administração): Não tem ações nem obrigações. O GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A., do qual é Vogal do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 31 de dezembro de 2012, detinha 21.288.281 ações, com o valor nominal de um euro cada.

DR. RUI MANUEL MACHADO DE NORONHA MENDES (Vogal do Conselho de Administração): Não tem ações nem obrigações. A FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO, da qual é Vogal do Conselho de Administração, adquiriu: em 2 de janeiro de 2012, 2.565 ações ao preço de € 3,90 cada uma; em 11 de junho de 2012, 100 ações ao preço de € 1,78 cada uma; em 31 de dezembro de 2012, 130.000 ações ao preço de € 2,50 cada uma, pelo que em 31 de dezembro de 2012 detinha 138.832 ações, com o valor nominal de um euro cada.

SHIGEKI ENAMI (Suplente do Conselho de Administração): Não tem ações nem obrigações.

02. Anexo ao Relatório Único de Gestão

CONSELHO FISCAL

Dr. José Domingos da Silva Fernandes - Não tem ações nem obrigações.

Takehiko Kuriyama - Não tem ações nem obrigações.

Alberto Luis Lema Mandim - Não tem ações nem obrigações.

Maria Livia Fernandes Alves - Não tem ações nem obrigações

REVISOR OFICIAL DE CONTAS:

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada pelo **Dr. José Pereira Alves**, ou pelo **Dr. Hermínio António Paulos Afonso** - Não tem ações nem obrigações.

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO FISCAL ÚNICO DA TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

(NOS TERMOS DO ARTIGO 447.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADE COMERCIAIS)

Em cumprimento do disposto artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que, no exercício de 2012, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. não foram detentores de ações ou obrigações da Sociedade.

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

(NOS TERMOS DO ARTIGO 9º DO REG. DA CMVM 5/2008)

PARTICIPAÇÕES SUPERIORES A UM DÉCIMO DO CAPITAL

ACIONISTAS	AÇÕES DETIDAS EM 31.12.2011	AÇÕES ADQUIRIDAS EM 2012	AÇÕES VENDIDAS EM 2012	AÇÕES DETIDAS EM 31.12.2012
TOYOTA MOTOR EUROPE NV/S.A.	9.450.000	-	-	9.450.000

PARTICIPAÇÕES SUPERIORES A METADE DO CAPITAL

ACIONISTAS	AÇÕES DETIDAS EM 31.12.2011	AÇÕES ADQUIRIDAS EM 2012	AÇÕES VENDIDAS EM 2012	AÇÕES DETIDAS EM 31.12.2012
GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A.	21.288.281	-	-	21.288.281

02. Anexo ao Relatório Único de Gestão

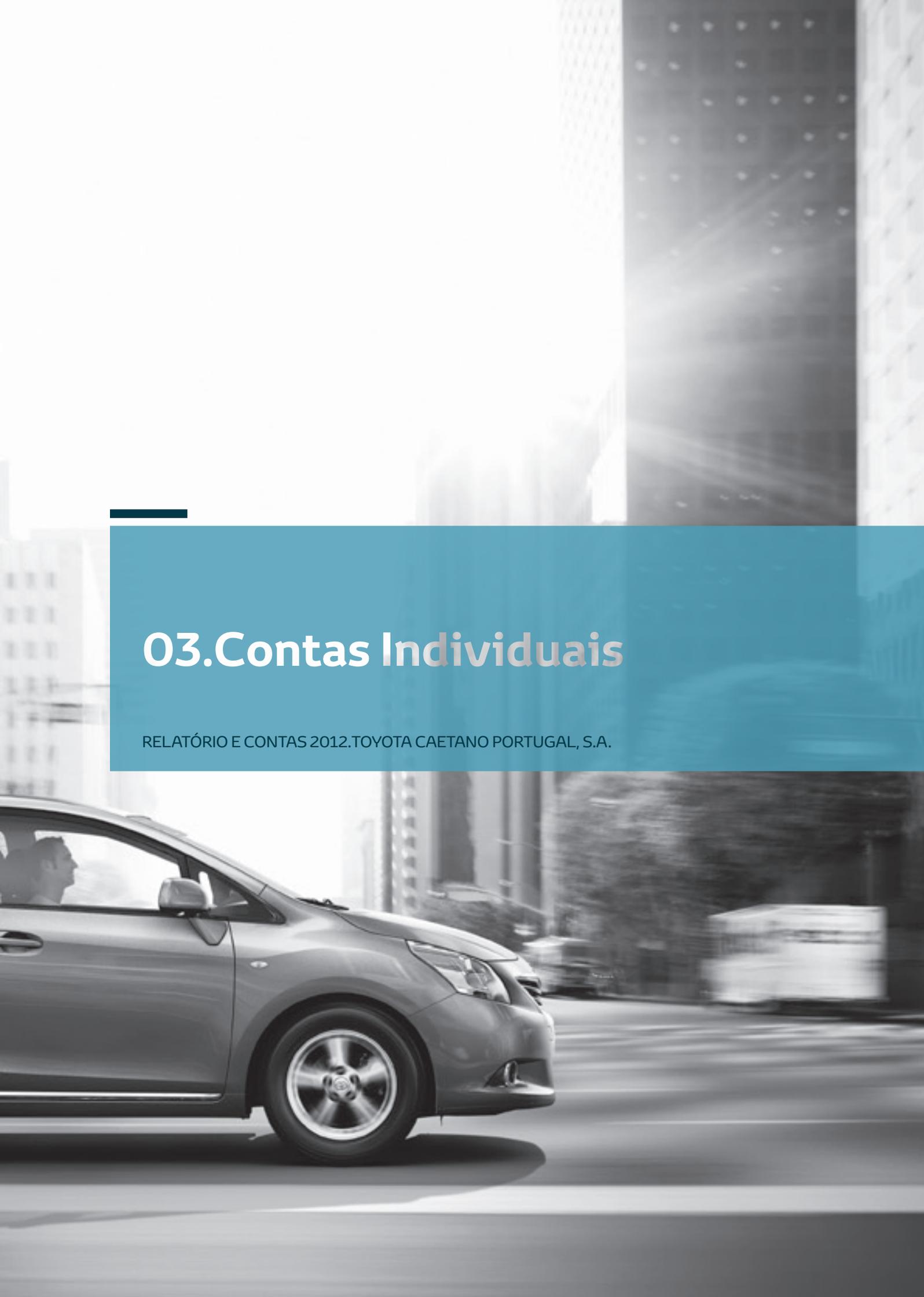
LISTA DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS SUPERIORES A 2% DO CAPITAL SOCIAL

(ARTIGO 448.º CSC)

ACIONISTA	AÇÕES	% DOS DIREITOS DE VOTO
GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A.	21.288.281	60,824
TOYOTA MOTOR EUROPE NV/S.A.	9.450.000	27,000
SALVADOR FERNANDES CAETANO (HERDEIROS DE)	1.399.255	3,998

Millennium BCP – Gestão de Fundos de Investimentos, S.A.,
em representação dos fundos mobiliários por si geridos, como segue:

MILLENNIUM AÇÕES PORTUGAL	630.540	1,80
MILLENNIUM PPA	473.468	1,35
MILLENNIUM POUPANÇA PPR	71.826	0,21
MILLENNIUM INVESTIMENTO PPR	41.205	0,12
MILLENNIUM AFORRO PPR	9.896	0,03



03. Contas Individuais

RELATÓRIO E CONTAS 2012. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

03. Demonstrações Financeiras

INDICADORES FINANCEIROS

	DEZ '12	DEZ '11	DEZ '10
Volume de Negócios	158.287.327	216.494.380	328.425.815
Cash-Flow Bruto	7.980.543	9.127.616	18.980.831
Resultado Líquido	-2.642.591	-2.030.231	10.652.179
Gastos de Financiamento Líquidos	3.206.572	2.612.198	2.669.057
Gastos com o Pessoal	13.619.666	18.723.028	19.850.120
Investimento Líquido	3.218.005	3.929.818	5.827.094
Fundo de Maneio Bruto	64.620.614	54.214.807	84.340.688
VAB	27.468.750	35.479.993	47.216.057
Unidades Vendidas	9.007	12.656	18.839
Volume De Emprego	509	534	618

03. Demonstrações Financeiras

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

ATIVO	NOTAS	31/DEZ/2012	31/DEZ/2011
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos Fixos Tangíveis	5	23.341.238	28.046.012
Propriedades De Investimento	6	13.968.539	14.031.290
Goodwill	7	611.997	611.997
Ativos Intangíveis	8	0	0
Participações Financeiras	9	44.226.137	46.859.541
Outros Ativos Financeiros	10	39.904	39.904
Outras Contas a Receber	15	313.000	0
Ativos Por Impostos Diferidos	11	2.591.402	943.565
Total Ativo Não Corrente		85.092.217	90.532.309
ATIVO CORRENTE			
Inventários	12 e 19	31.198.793	51.065.508
Clientes	13 e 19	67.261.521	71.094.330
Adiantamento a Fornecedores		18.064	8.227
Estado e Outros Entes Públicos	11	0	1.525.768
Acionistas	14	439.669	848.715
Outras Contas a Receber	15	1.494.009	10.282
Outros Ativos Financeiros	10	6.148.199	4.398.199
Diferimentos	16	404.982	384.639
Caixa e Depósitos Bancários	4	1.048.425	3.597.726
TOTAL ATIVO CORRENTE		108.013.662	132.933.393
TOTAL ATIVO		193.105.879	223.465.703

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	31/DEZ/2012	31/DEZ/2011
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital Realizado		35.000.000	35.000.000
Reservas Legais		7.498.903	7.498.903
Outras Reservas		75.561.244	75.193.514
Resultados Transitados		0	339.480
Ajustamentos em Ativos Financeiros		7.098.991	9.157.473
Excedentes de Revalorização		6.195.184	6.195.184
Outras Variações no Capital Próprio		111.281	127.608
Resultado Líquido do Período		-2.642.591	-2.030.231
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	17	128.823.013	131.481.931
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Financiamentos Obtidos	20	11.647.982	2.603.116
Acionistas	14	340.000	340.000
Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego	25	1.051.264	1.433.432
Passivos por Impostos Diferidos	11	639.490	764.793
TOTAL PASSIVO NÃO CORRENTE		13.678.736	5.141.341
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	22	11.274.477	22.890.154
Adiantamento de Clientes		289.013	339.922
Estado e Outros Entes Públicos	11	4.288.086	6.600.744
Acionistas	14	20.950	23.515
Financiamentos Obtidos	20	22.818.663	47.490.777
Outras Contas a Pagar	15	6.815.549	4.877.205
Diferimentos	16	4.492.784	4.231.758
Passivos Financeiros Detidos para Negociação	23	604.608	388.356
TOTAL PASSIVO CORRENTE		50.604.130	86.842.431
TOTAL DO PASSIVO		64.282.866	91.983.771
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		193.105.879	223.465.703

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Takeshi Numa; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

03. Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

	NOTAS	31/DEZ/2012	31/DEZ/2011
Vendas e Serviços Prestados	26	158.287.327	216.494.380
Subsídios a Exploração	18	1.770.151	1.258.053
Ganhos/Perdas Imputados de Subsidiárias	9	-2.804.257	-2.058.482
Varição nos Inventários da Produção	12	-5.883.924	-383.983
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	12	-123.094.886	-174.660.889
Fornecimentos e Serviços Externos	28	-30.286.099	-32.875.236
Gastos com o Pessoal	29	-13.619.666	-18.723.028
Imparidade de Inventários	12,19	710.510	0
Imparidade de Dívidas a Receber	13,19	-50.533	10.105
Aumentos/Reduções de Justo Valor	23	-216.252	-213.574
Outros Rendimentos e Ganhos	31	29.010.241	26.993.864
Outros Gastos e Perdas	31	-5.198.281	-6.363.347
RESULTADO ANTES DE DEPRECIÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS		8.624.330	9.477.863
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	5,6 e 8	-7.985.531	-8.749.840
Imparidades de Ativos Depreciáveis/Amortizáveis			
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)		638.799	728.023
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	32	163.208	361.607
Juros e Gastos Similares Suportados	32	-3.369.780	-2.973.805
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		-2.567.772	-1.884.175
Imposto Sobre o Rendimento do Período	11	-74.819	-146.056
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		-2.642.591	-2.030.231
Resultado por Ação	33	-0,08	-0,06

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Takeshi Numa; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

03. Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2012

DESCRIÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	AJUSTAMENTOS ATIVOS FINANCEIROS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VARIACIONES CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	35.000.000	7.498.903	74.944.552	548.253	6.486.824	6.195.184	-1.131.341	10.652.179	140.194.554
Alterações no período									
Aplicação do resultado			248.962	-198.253	3.010.129		1.291.341	-4.352.179	0
Outras alterações no Capital Próprio				339.480	-339.480		-32.392		-32.392
			248.962	141.227	2.670.649		1.258.949	-4.352.179	-32.392
Resultado Líquido do período								-2.030.231	-2.030.231
Resultado Integral								-2.030.231	-2.030.231
Operações com detentores de capital no período									
Dividendos distribuídos				-350.000				-6.300.000	-6.650.000
			248.962	-548.253	3.010.129		1.291.341	-10.652.179	-6.650.000
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	35.000.000	7.498.903	75.193.514	339.480	9.157.473	6.195.184	127.608	-2.030.231	131.481.931
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	35.000.000	7.498.903	75.193.514	339.480	9.157.473	6.195.184	127.608	-2.030.231	131.481.931
Alterações no período									
Aplicação do resultado			28.251		-2.058.482			2.030.231	0
Outras alterações no Capital Próprio			339.480	-339.480			-16.327		-16.327
			367.731	-339.480	-2.058.482		-16.327	2.030.231	-16.327
Resultado Líquido do período								-2.642.591	-2.642.591
Resultado Integral								-2.642.591	-2.642.591
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	35.000.000	7.498.903	75.561.244	0	7.098.991	6.195.184	111.281	-2.642.591	128.823.013

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira
 O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Takeshi Numa; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

03. Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2012	2011
Recebimentos de Clientes	218.368.696	299.822.435
Pagamentos a Fornecedores	-177.041.558	-259.300.562
Pagamentos ao Pessoal	-10.909.011	-13.337.732
Fluxo gerado pelas Operações	30.418.127	27.184.142
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento	1.239.023	-1.838.484
Outros Recebimentos/Pagamentos	-3.458.234	-25.228.110
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	28.198.916	117.548

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2012	2011
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos Financeiros		7.735.000
Ativos Fixos Tangíveis	2.765.836	4.362.614
Subsídios ao Investimento		
Juros e Rendimentos Similares	770	628
Dividendos	2.766.606	339.480
12.437.722		
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos Financeiros	-1.750.000	
Ativos Fixos Tangíveis	-420.323	-754.138
Ativos Fixos Intangíveis	-2.170.323	-754.138
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	596.283	11.683.583

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2012	2011
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos Obtidos	0	34.134
34.134		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos Obtidos	-27.436.409	
Amortização de Contratos de Locação Financeira	-1.020.032	-1.292.970
Juros e Gastos Similares	-2.885.494	-2.260.862
Dividendos	-2.565	-6.680.316
-10.234.147		
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-31.344.500	-10.200.013

CAIXA E EQUIVALENTES	2012	2011
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período	3.597.726	1.996.607
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período	1.048.425	3.597.726
Varição de Caixa e Seus Equivalentes	-2.549.301	1.601.118

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Takeshi Numa; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

03. Demonstrações Financeiras

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

1 - a) Discriminação dos recebimentos e pagamentos provenientes de Investimentos Financeiros

RUBRICAS	2012	2011
Empréstimo a Empresas do Grupo	-1.750.000	7.735.000
Pagamentos respeitantes a Imobilizações Financeiras	-1.750.000	
Recebimentos respeitantes a Imobilizações Financeiras		7.735.000

2 - Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

RUBRICAS	2012	2011
Numerário	92.344	101.250
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	953.508	3.495.533
Equivalentes a Caixa	2.573	943
Caixa e Seus Equivalentes	1.048.425	3.597.726
DISPONIBILIDADES CONSTANTES DO BALANÇO	1.048.425	3.597.726

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Takeshi Numa; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

Anexo às Demonstrações

03. Financeiras

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Toyota Caetano” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia, tendo como atividades a importação, montagem e comercialização de veículos ligeiros e pesados bem como a importação e comercialização de equipamento industrial de movimentação de cargas e respetiva assistência pós-venda.

As ações da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde outubro de 1987.

A Toyota Caetano é o importador e distribuidor das marcas Toyota, Lexus e BT para Portugal, encabeçando um Grupo (“Grupo Toyota Caetano”) que se apresenta da seguinte forma a 31 de dezembro de 2012:

EMPRESAS	SEDE
COM SEDE EM PORTUGAL:	
Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Empresa-mãe”)	Vila Nova de Gaia
Saltano – Investimentos e Gestão, SGPS, S.A. (“Saltano”)	Vila Nova de Gaia
Caetano Components, S.A. (“Caetano Components”)	Vila Nova de Gaia
Caetano Renting, S.A. (“Caetano Renting”)	Vila Nova de Gaia
Caetano – Auto, S.A. (“Caetano Auto”)	Vila Nova de Gaia
Caetano Retail (Norte) II, SGPS, S.A. (“Caetano Retail SGPS”)	Vila Nova de Gaia
Auto Partner - Comércio de Automóveis, S.A. (“Auto Partner”)	Vila Nova de Gaia
Caetano Colisão (Norte), S.A. (“Caetano Colisão”)	Vila Nova de Gaia
Companhia Administradora Imobiliária São Bernardo, S.A. (CAISB)	Vila Nova de Gaia
Movicargo – Movimentação Industrial, Lda. (“Movicargo”) ⁽¹⁾	Vila Nova de Gaia
COM SEDE NOUTROS PAÍSES:	
Caetano Auto CV, S.A. (“Caetano Auto CV”)	Praia (Cabo Verde)

(1) Empresa que não teve qualquer atividade no período.

Dando cumprimento ao disposto na legislação aplicável, a Toyota Caetano irá elaborar e apresentar em separado demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adotadas pela União Europeia.

As notas que se seguem encontram-se organizadas de acordo com a estrutura entendida como mais adequada a uma correta leitura e apreensão das principais políticas contabilísticas adotadas, bem como dos factos mais relevantes ocorridos no período em análise respeitando o Sistema de Normalização Contabilística em vigor no exercício de 2012. Deste modo, as Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro aprovadas pelo Decreto-Lei nº 158/2009.

Anexo às Demonstrações

03. Financeiras

Aqueles factos que não estão relatados neste Anexo foram considerados como não relevantes para a correta leitura das demonstrações financeiras anexas.

Os valores mencionados no presente Anexo encontram-se expressos em Euros (com arredondamento à unidade), dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a empresa opera.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Toyota Caetano, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro) e estabelecidos no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em vigor no exercício de 2012. De referir que não há quaisquer disposições do SNC que tenham sido derogadas pela empresa.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

A. ATIVO INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição e compreendem exclusivamente Programas de Software Informático que se encontram totalmente amortizados (Nota 8).

As amortizações correspondentes são calculadas pelo método das quotas constantes, numa base anual, de acordo com um período de vida útil estimado de três anos.

B. ATIVO FIXO TANGÍVEL E PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Os ativos fixos tangíveis, bem como as propriedades de investimento, têm como critério de mensuração o custo de aquisição deduzido de depreciações e imparidades. No entanto, os bens adquiridos até 31 de dezembro de 1997 contêm efeitos de reavaliações de acordo com as seguintes disposições legais:

Decreto-Lei 430/78, de 27 de dezembro
Decreto-Lei 219/82, de 2 de junho
Decreto-Lei 399-G/84, de 28 de dezembro
Decreto-Lei 118-B/86, de 27 de maio
Decreto-Lei 111/88, de 2 de abril
Decreto-Lei 49/91, de 25 de janeiro
Decreto-Lei 264/92, de 24 de novembro
Decreto-Lei 31/98, de 11 de fevereiro

Os referidos itens foram mensurados na data de transição de acordo com o descrito na NCRF 3.

Anexo às Demonstrações

03. Financeiras

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, numa base anual, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
- Edifícios e outras construções	20 - 50
- Equipamento básico	7 - 16
- Equipamento de transporte	4 - 5
- Equipamento administrativo	3 - 14
- Outras ativos tangíveis	4 - 8

Como resultado do efeito das reavaliações legais incluídas no custo (conforme referido acima), as reintegrações do período findo em 31 de dezembro de 2012 foram aumentadas. Uma parte (40%) deste montante não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria coletável do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC), pelo que 40% das depreciações de exercícios futuros relativamente ao efeito das reavaliações de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento ainda não depreciados não serão aceites para efeitos de determinação da matéria coletável de IRC, tendo a Empresa registado os correspondentes passivos por impostos diferidos (Nota 11).

Quando o valor líquido contabilístico excede o valor recuperável do ativo, é efetuada o seu reajustamento para o valor recuperável estimado, através de reconhecimento de uma imparidade de ativos.

Os ganhos ou perdas resultantes do abate ou alienação são apurados pela diferença entre o valor recebido e a quantia escriturada do ativo e reconhecidos como rendimento ou gasto na demonstração de resultados.

C. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados pelo método financeiro e, conseqüentemente, o custo do ativo é registado como investimento e as correspondentes responsabilidades são registadas como financiamentos obtidos. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital, sendo os encargos financeiros imputados aos exercícios durante o prazo de locação, tendo em consideração uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, sendo o investimento amortizado de acordo com a vida útil dos bens (Notas 5 e 21).

D. INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Os investimentos financeiros em empresas do Grupo encontram-se registados ao MEP.

Pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), os investimentos em participações financeiras são registadas pelo custo, ajustado pelo valor correspondente da participação da Empresa nos resultados líquidos das Empresas participadas e pelos dividendos recebidos.

A Empresa regista os dividendos atribuídos pelas empresas em que participa como uma redução direta ao valor da sua participação financeira uma vez que o seu equivalente já tinha sido reconhecido pela apropriação em MEP dos resultados das subsidiárias.

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Empresa tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a subsidiária detém sobre uma entidade.

As associadas são entidades sobre as quais a Empresa tem entre 20% e 50% dos direitos de voto, ou sobre as quais a Empresa tenha influência significativa, mas que não possa exercer o seu controlo.

Anexo às Demonstrações

03. Financeiras

Investimentos em subsidiárias e associadas são apresentados pelo valor resultante da aplicação do critério da equivalência patrimonial. Segundo este método, as demonstrações financeiras incluem a quota-parte da Empresa no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que o controlo ou a influência significativa começa até à data em que efetivamente termina. Ganhos ou perdas realizados em transações entre o Grupo e as suas subsidiárias e associadas são eliminados. Os dividendos atribuídos pelas subsidiárias e associadas são considerados reduções do investimento detido.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos, quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa subsidiária, associada ou empreendimentos conjuntos excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa subsidiária, associada ou empreendimentos conjuntos, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo "Provisões" para fazer face a essas obrigações.

E. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A empresa classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

- Instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade;
- Instrumentos financeiros ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO CUSTO OU CUSTO AMORTIZADO MENOS QUALQUER PERDA POR IMPARIDADE

Inclui todos os ativos financeiros, passivos financeiros e instrumentos de capital próprio que satisfaçam pelo menos uma das seguintes condições:

- a entidade designa os referidos ativos e passivos, no momento do seu reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade, sendo que os mesmos cumprem com os seguintes critérios: a) sejam instrumentos à vista ou com maturidade definida; b) os retornos para o detentor sejam de montante fixo, de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante; c) não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado.
- contratos para conceder ou contrair empréstimos que: a) não possam ser liquidados em base líquida; b) quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou custo amortizado menos perdas por imparidade; e c) a entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade.
- instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultem na entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

Apresentamos, de seguida, os instrumentos financeiros da Toyota Caetano Portugal que se enquadram nesta classe:

- Investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas (Outros Ativos Financeiros - Nota 10);
- Suprimentos concedidos à Saltano, SGPS, S.A. (Outros Ativos Financeiros - Nota 10);
- Clientes, Fornecedores e Outras Contas a Receber e a Pagar (Notas 13, 14, 15, 22 e 34)

Anexo às Demonstrações

03. Financeiras

INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR COM AS ALTERAÇÕES DE JUSTO VALOR A SER RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Um ativo ou passivo financeiro é classificado nesta categoria se não preencher as condições para ser classificado como instrumento financeiro ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade.

Apresentamos, de seguida, os instrumentos financeiros da Toyota Caetano Portugal que se enquadram nesta classe:

- Instrumentos financeiros derivados não designados para efeitos de contabilidade de cobertura – Nota 23.

F. INVENTÁRIOS

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respetivo valor recuperável.

Encontram-se também constituídos ajustamentos para depreciação de inventários tendo em vista a cobertura de eventuais desvalorizações a ocorrer nos stocks de viaturas usadas (Nota 12).

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra direta, os gastos gerais de fabrico e os serviços executados no exterior.

G. SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO

Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de ativos fixos são registados, na rubrica de Outras variações no Capital Próprio, quando recebidos, e reconhecidos na Demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados (Nota 18).

Os subsídios à exploração são registados como Outros Rendimentos e Ganhos nos exercícios em que são recebidos (Nota 18).

H. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A Toyota Caetano Portugal constituiu, em conjunto com outras entidades (“Associados”) por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988, o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de janeiro de 1994, em 29 de dezembro de 1995, em 23 de dezembro de 2002 e em 30 de março de 2009.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das prestações devidas, a empresa segue o procedimento de obter anualmente cálculos atuariais dessas responsabilidades determinadas de acordo com o “Projected Unit Credit Method”.

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data da demonstração da posição financeira representam o valor presente dos benefícios futuros ajustado de ganhos ou perdas atuariais e/ou de responsabilidades por serviços passados não reconhecidas, reduzido do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões (Nota 25).

I. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O montante total de imposto sobre o rendimento a pagar é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas no perímetro fiscal Toyota Caetano Portugal, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do referido perímetro (Nota 11).

O imposto corrente sobre o rendimento reconhecido como gasto é calculado com base no resultado tributável da Toyota Caetano Portugal.

Anexo às Demonstrações

03. Financeiras

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

J. ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, segundo o qual os mesmos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento de recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas de Diferimentos, Outras Contas a Pagar (credores por acréscimos de gastos) e Outras Contas a receber (devedores por acréscimos de rendimentos) (Notas 15 e 16).

L. INDEMNIZAÇÕES AO PESSOAL

A Empresa tem como política registar como um gasto operacional do exercício os encargos com rescisões de contratos de trabalho no momento em que os mesmos são acordados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram pagas indemnizações por rescisão de contratos de trabalho no montante de, aproximadamente, 407.000 Euros (aproximadamente 2.308.000 Euros em 31 de dezembro de 2011).

M. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, sempre que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data (Nota 19).

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Toyota Caetano Portugal sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

N. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes são definidos pela empresa como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da empresa ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Anexo às Demonstrações

03. Financeiras

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Toyota Caetano Portugal, sendo os mesmos divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da empresa.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da empresa, mas divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras quando é provável a existência de benefício económico futuro.

O. ENCARGOS FINANCEIROS

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos (juros, prémios, custos acessórios e juros de locações financeiras) são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

P. SALDOS E TRANSAÇÕES EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços publicadas pelo Banco de Portugal. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registados como ganho ou perda na Demonstração dos Resultados do exercício.

Q. RÉDITO

O rédito é reconhecido líquido de impostos e descontos comerciais, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O rédito da venda é reconhecido na Demonstração dos Resultados quando parte significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos seja transferida para o comprador, seja provável que benefícios económicos fluam para a Toyota Caetano Portugal e que o montante dos referidos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período de contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

R. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio e geográficos aplicáveis à empresa.

A informação relativa ao rédito ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 27.

S. JUÍZOS DE VALOR, JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS E PRESSUPOSTO RELATIVOS AO FUTURO

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

Anexo às Demonstrações

03. Financeiras

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 incluem:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões;
- Teste de imparidade realizado ao *goodwill*;
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados; e
- Apuramento das responsabilidades com complementos de reforma.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF 4.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas.

T. EVENTOS SUBSEQUENTES E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira (“non adjusting events”), se materiais, são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras.

As demonstrações financeiras incorporam estimativas que não apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

RUBRICAS	31/DEZ/2012	31/DEZ/2011
Numerário	92.344	101.250
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	953.508	3.495.533
Equivalentes a Caixa	2.573	943
Caixa e Depósitos Bancário	1.048.425	3.597.726

Anexo às Demonstrações

03. Financeiras

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

2012	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO E FERRAMENTAS	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVESTIMENTOS EM CURSO	TOTAL
ATIVO BRUTO								
Saldo inicial 31/12/2011	3.365.354	31.297.738	49.295.390	34.487.633	5.976.839	2.849.312	972.269	128.244.535
Aumentos		19.196	146.951	4.965.726	7.478	17.457	14.650	5.171.458
Alienações				-4.675.547				-4.675.547
Transferências e abates		68.796					-68.796	0
Saldo final 31/12/2012	3.365.354	31.385.731	49.442.340	34.777.812	5.984.317	2.866.768	918.123	128.740.446
DEPRECIAÇÕES								
Saldo inicial 31/12/2011		27.385.196	45.260.060	19.089.673	5.795.708	2.667.885		100.198.523
Aumentos		595.119	1.349.514	5.821.630	69.709	86.806		7.922.779
Alienações				-2.722.095				-2.722.095
Transferências e abates								
Saldo final 31/12/2012		27.980.315	46.609.574	22.189.209	5.865.417	2.754.692		105.399.207
VALOR LÍQUIDO	3.365.354	3.405.416	2.832.766	12.588.603	118.900	112.077	918.123	23.341.238

2011	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO E FERRAMENTAS	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVESTIMENTOS EM CURSO	TOTAL
ATIVO BRUTO								
Saldo inicial 31/12/2010	3.365.354	31.297.738	49.198.546	33.992.366	5.929.828	2.809.038	903.473	127.496.343
Aumentos			320.333	6.442.313	67.323	41.529	68.796	6.940.295
Alienações			-223.490	-5.947.046	-20.312	-1.255		-6.192.103
Transferências e abates								
Saldo final 31/12/2011	3.365.354	31.297.738	49.295.390	34.487.633	5.976.839	2.849.312	972.269	128.244.535
DEPRECIAÇÕES								
Saldo inicial 31/12/2010		26.697.905	43.969.647	16.105.793	5.728.456	2.579.900		95.081.701
Aumentos		687.291	1.481.683	5.953.836	87.495	88.142		8.298.447
Alienações			-191.270	-2.969.956	-20.243	-157		-3.181.626
Transferências e abates								
Saldo final 31/12/2011		27.385.196	45.260.060	19.089.673	5.795.708	2.667.885		100.198.523
VALOR LÍQUIDO	3.365.354	3.912.542	4.035.329	15.397.959	181.132	181.426	972.269	28.046.012

De referir que o custo de aquisição considerado no âmbito da transição para o normativo NCRF contém um efeito líquido de reavaliações legais no valor de 1.633.096 Euros.

A 31 de dezembro de 2012 os bens utilizados em regime de locação financeira apresentam-se como se segue:

	Valor Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor contábil
Máquinas industriais	3.566.022	2.739.860	826.162

Anexo às Demonstrações

03. Financeiras

6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a rubrica “Propriedades de investimento” corresponde a ativos imobiliários detidos pela Toyota Caetano que se encontram a gerar rendimento através do respetivo arrendamento ou para valorização. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os ganhos associados às Propriedades de investimento encontram-se registados na rubrica “Outros Rendimentos e Ganhos” e ascenderam a 2.968.155 Euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (a 3.015.801 Euros em 31 de dezembro de 2011).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos nas propriedades de investimento bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

2012	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	TOTAL
ATIVO BRUTO			
Saldo inicial 31/12/2011	8.869.130	31.021.653	39.890.783
Aumentos			
Alienações			
Transferências e abates	486.537	-486.537	
Saldo final 31/12/2012	9.355.667	30.535.116	39.890.783
DEPRECIAÇÕES			
Saldo inicial 31/12/2011		25.859.493	25.859.493
Aumentos		62.751	62.751
Alienações			
Transferências e abates			
Saldo final 31/12/2012		25.922.244	25.922.244
VALOR LÍQUIDO	9.355.667	4.612.872	13.968.539

2011	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	TOTAL
ATIVO BRUTO			
Saldo inicial 31/12/2010	8.869.130	31.021.653	39.890.783
Aumentos			
Alienações			
Transferências e abates			
Saldo final 31/12/2011	8.869.130	31.021.653	39.890.783
DEPRECIAÇÕES			
Saldo inicial 31/12/2010		25.420.400	25.420.400
Aumentos		439.093	439.093
Alienações			
Transferências e abates			
Saldo final 31/12/2011		25.859.493	25.859.493
VALOR LÍQUIDO	8.869.130	5.162.160	14.031.290

De referir que o custo de aquisição considerado no âmbito da transição para o normativo NCRF contém um efeito líquido de reavaliações legais no valor de 4.434.886 Euros.

Adicionalmente, de acordo com avaliações externas reportadas a 31 de dezembro de 2012, efetuadas por entidades especializadas independentes, e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, o justo valor daquelas propriedades de investimento ascendia a, aproximadamente, 61,7 milhões de Euros.

Anexo às Demonstrações

03. Financeiras

O detalhe dos ativos imobiliários registados na rubrica "Propriedades de Investimento" em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 pode ser detalhado como se segue:

Imóvel	LOCAL	VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR DE AVALIAÇÃO A 31/12/2012	VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR DE AVALIAÇÃO A 31/12/2011
Instalações Fabris	V.N. Gaia	854.709	9.048.000	965.663	9.121.000
Instalações Fabris	Carregado	6.190.975	20.928.000	6.285.496	21.026.000
Armazém industrial	V.N. Gaia	1.353.476	6.003.000	1.456.718	6.111.000
Instalações Comerciais	Lisboa	1.288.147	1.247.000	1.317.537	1.306.000
Instalações Comerciais	Vários locais	4.281.232	24.512.000	4.005.876	25.687.000
		13.968.539	61.738.000	14.031.290	63.251.000

O justo valor das propriedades de investimento que é objeto de divulgação em 31 de dezembro de 2012 foi determinado por avaliação imobiliária efetuada por uma entidade especializada independente – American Appraisal (Método de mercado, Método do custo e Método do rendimento) com referência a 2012.

7. GOODWILL

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não ocorreram quaisquer movimentos na rubrica *Goodwill*.

A rubrica *Goodwill* diz integralmente respeito ao montante apurado na aquisição da filial Movicargo, cuja atividade foi transferida para a empresa-mãe Toyota Caetano Portugal, S.A.

O *Goodwill* não é amortizado, sendo efetuados testes de imparidade com uma periodicidade anual.

Para efeitos de desenvolvimento do teste de imparidade, a quantia recuperável foi determinada com base no valor de uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados, tendo por base *business plans* desenvolvidos pelos responsáveis da empresa e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. e taxas de desconto que refletem os riscos inerentes ao negócio.

Em 31 de dezembro de 2012, o método e pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade, resumem-se no seguinte quadro:

Divisão de Equipamentos Industriais - Sul

<i>Goodwill</i>	611.997
Período Utilizado	Projeções de <i>cash flows</i> para 5 anos
Taxa de Crescimento (g) ⁽¹⁾	0%
Taxa de desconto utilizada ⁽²⁾	10,48%

¹ Taxa de crescimento usada para extrapolar os *cash flows* para além do período considerado no *business plan*

² Taxa de desconto aplicada aos *cash flows* projetados

Anexo às Demonstrações

03. Financeiras

O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais, descontados à taxa considerada aplicável, concluiu que, em 31 de dezembro de 2012, o valor contabilístico dos ativos líquidos, incluindo o goodwill (1,8 milhões de Euros), não excede o seu valor recuperável (9,7 milhões de Euros).

As projeções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nas expectativas de melhoria de eficiência. Os responsáveis deste segmento acreditam que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do valor recuperável, não irá originar perdas de imparidade.

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações, foram os seguintes:

2012	DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	TOTAL
ATIVO BRUTO			
Saldo inicial 31/12/2011	0	992.122	992.122
Aumentos			0
Alienações			0
Transferências e abates			0
Saldo final 31/12/2012	0	992.122	992.122
AMORTIZAÇÕES			0
Saldo inicial 31/12/2011	0	992.122	992.122
Aumentos			0
Alienações			0
Transferências e abates			0
Saldo final 31/12/2012	0	992.122	992.122
VALOR LÍQUIDO	0	0	0

2011	DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	TOTAL
ATIVO BRUTO			
Saldo inicial 31/12/2010	0	992.122	992.122
Aumentos			0
Alienações			0
Transferências e abates			0
Saldo final 31/12/2011	0	992.122	992.122
AMORTIZAÇÕES			0
Saldo inicial 31/12/2010	0	979.822	979.822
Aumentos		12.300	12.300
Alienações			0
Transferências e abates			0
Saldo final 31/12/2011	0	992.122	992.122
VALOR LÍQUIDO	0	0	0

Anexo às Demonstrações

03. Financeiras

9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2012 e a 31 de dezembro de 2011, as participações financeiras são como se segue:

	SCUK	MOVICARGO	CAETANO AUTO	CAETANO AUTO CV	SALTANO	MEP AJUSTAMENTOS	TOTAL
31 dezembro 2010	3.545.866	396.237	20.045.232	4.771.050	24.808.878	-550.472	53.016.791
Aquisições							0
Ganhos / Perdas		7.622	-761.734	425.942	-1.545.801	-184.511	-2.058.482
Outros Movimentos no Capital							0
Alienações	-3.545.866						-3.545.866
Outros (Margens Passivo)						-213.422	-213.422
Dividendos Recebidos			-176.980	-162.500			-339.480
31 dezembro 2011	0	403.859	19.106.518	5.034.492	23.263.077	-948.405	46.859.541
Aquisições							0
Ganhos / Perdas		12.479	-996.912	-121.780	-1.489.594	-208.452	-2.804.257
Outros Movimentos no Capital							0
Alienações/Liquidações							0
Outros						170.853	170.853
Dividendos Recebidos							0
31 dezembro 2012	0	416.338	18.109.606	4.912.712	21.773.483	-986.004	44.226.135

Apresenta-se em seguida, a evolução de percentagens de participação em empresas do grupo:

	MOVICARGO		CAETANO AUTO		CAETANO AUTO CV		SALTANO	
	31/DEZ/2012	31/DEZ/2011	31/DEZ/2012	31/DEZ/2011	31/DEZ/2012	31/DEZ/2011	31/DEZ/2012	31/DEZ/2011
Capital Próprio	424.201	411.723	38.906.387	41.059.284	5.970.032	6.145.268	21.746.905	22.942.126
Resultado Líquido	12.479	7.632	-2.152.898	-1.548.800	-149.902	230.439	-1.489.926	-1.614.269
% Direta	100%	100%	46,30%	46,30%	81,24%	81,24%	99,98%	99,98%
% Indireta	100%	100%	98,39%	98,39%	81,24%	81,24%	99,98%	99,98%

Resumem-se em seguida as posições financeiras e resultados das operações das subsidiárias em 31/12/2011 e 31/12/2012:

31/12/2012	MOVICARGO	CAETANO AUTO	CAETANO AUTO CV	SALTANO
Ativo				
Corrente	84.202	38.313.192	5.601.758	4.064.981
Não Corrente	340.000	54.420.941	1.794.873	23.630.403
Passivo				
Corrente		48.197.246	1.426.608	6.218.486
Não Corrente		5.630.501		
Capital Próprio	424.201	38.906.387	5.970.032	21.476.905
Rendimentos	15.795	126.029.288	8.744.212	1.250
Gastos	-3.316	-128.182.186	-8.894.113	-1.491.175
Resultado Líquido	12.479	-2.152.898	-149.902	-1.489.926

Anexo às Demonstrações

03. Financeiras

31-12-2011	MOVICARGO	CAETANO AUTO	CAETANO AUTO CV	SALTANO
Ativo				
Corrente	75.418	56.134.200	5.287.869	2.320.840
Não Corrente	340.000	52.881.477	1.610.195	25.049.737
Passivo				
Corrente	3.695	60.152.821	752.797	4.428.452
Não Corrente		7.803.571		
Capital Próprio	411.723	41.059.284	6.145.268	22.942.126
Rendimentos	11.627	163.471.309	12.293.968	15.447
Gastos	-3.995	-165.020.109	-12.063.529	-1.629.716
Resultado Líquido	7.632	-1.548.800	230.439	-1.614.269

10. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	2012	2011
Ativos Não Correntes		
Investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas	39.904	39.904
Ativos Correntes		
Suprimentos concedidos a Saltano, SGPS, S.A. (Nota 14)	6.148.199	4.398.199

Ambos os ativos financeiros mencionados encontram-se mensurados ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade.

Durante o período de 2012, verificou-se a concessão de suprimentos no montante de 1.750.000 Euros à Saltano.

Refira-se, no entanto, que relativamente aos investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.

11. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Em março de 2007, a Empresa optou pela aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS") previsto nos artigos 69º e 70º do código do IRC, com início de aplicação em 1 de janeiro de 2007. Neste regime, a sociedade dominante (Toyota Caetano Portugal, S.A.) deve registar os impostos calculados nas filiais incluídas no perímetro fiscal (Caetano Auto, Saltano, Caetano Components e Caetano Renting) de forma a determinar o imposto sobre o rendimento do Grupo.

O detalhe dos montantes e natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos registados no período findo em 31 de dezembro de 2012, pode ser resumido como se segue:

Anexo às Demonstrações

03. Financeiras

SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	IMPOSTO DIFERIDO ATIVO	IMPOSTO DIFERIDO PASSIVO	REFLETIDO EM RESULTADOS	REFLETIDO EM CAPITAL PRÓPRIO
Provisões e ajustamentos constituídos e não aceites como custos fiscais	528.798		188.285	
40% das amortizações resultantes das reavaliações legais efetuadas		(71.233)	(7.896)	
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações		(310.449)	(57.777)	
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº 7 Lei 30/G 2000		(18.336)	(6.112)	
Reserva Cativa		(104.085)		
Valorização de instrumentos derivados	160.221		(57.307)	
Prejuízo Fiscal	461.740		(461.740)	
Prejuízos Fiscais RETGS	1.358.265			
Ajustamentos de transição				
Provisões e ajustamentos constituídos e não aceites como custos fiscais		(95.265)	(47.632)	
Subsídio ao Investimento		(40.122)		(5.887)
Bens não capitalizáveis	52.598		26.299	
Anulação custos diferidos	14.695		7.347	
Bens intangíveis	15.085		7.542	
TOTAL	2.591.402	(639.490)	(408.989)	(5.887)

A linha de prejuízos fiscais de RETGS no valor de 1.358.265 Euros resulta dos prejuízos fiscais reconhecidos pelas empresas subsidiárias pertencentes ao regime.

Refira-se que os resultados futuros orçados pelas empresas que compõem o perímetro fiscal evidenciam total capacidade de recuperação do montante de ativo por imposto diferido relevado em Balanço.

Adicionalmente, a rubrica da demonstração dos resultados "Impostos sobre o rendimento" foi determinada como se segue:

Imposto sobre o rendimento do período findo em 31 de dezembro de 2012	483.808
Impostos diferidos líquidos do período	(408.989)
	<u>74.819</u>

O detalhe da rubrica "Estado e outros entes públicos", em 31 de dezembro de 2012, é como se segue:

RUBRICAS	PASSIVO CORRENTE
Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Coletivas 2012 (imposto estimado)	483.808
Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Coletivas 2012 (retenções na fonte suportadas, Pagamento especial por conta e pagamento por conta)	-282.437
Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (RETGS)	142.376
Imposto s/ Veículos	713.497
Direitos Aduaneiros	60.594
Imposto Sobre o Valor Acrescentado	2.649.536
Outras Contribuições e Impostos	520.711
TOTAL	4.288.086

Anexo às Demonstrações

03. Financeiras

O imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (RETGS) decompõe-se em:

Saltano	41.890
Caetano Components	-1.697
Caetano Renting	-13.736
Caetano Auto	115.919

	142.376

A rubrica do passivo “Estado e outros entes públicos”, em 31 de dezembro de 2012, não inclui dívidas em situação de mora.

A reconciliação do encargo de imposto efetivo com o encargo de imposto teórico dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2012, pode ser analisada como se segue:

	DEZ/12	DEZ/11
Resultado Antes de Imposto	-2.567.772	-1.884.175
Variações Patrimoniais - Regime Transitório	24.314	24.314
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	-941.459	
Reversão de perdas por imparidade tributadas	-710.540	
Mais valias contabilísticas	-701.861	-775.722
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos (art.º 51)		-339.480
Outros	-485.322	-240.214
Rendimentos não sujeitos a imposto	-2.839.182	-1.355.415
Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial (art.º 18, n.º 8)	2.804.257	2.397.962
Depreciações e amortizações (art.º 34, n.º 1), perdas por imparidade de ativos depreciáveis ou amortizáveis (art.º 35, n.º 4) e desvalorizações excepcionais (art.º 38), não aceites como gastos	303.871	365.266
50% Mais Valias Fiscais	212.146	269.230
Pagamento de Impostos não dedutíveis e insuficiência da estimativa para impostos	38.165	122.846
Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49)	216.252	213.574
Outros	65.533	97.899
Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais	3.640.224	3.466.776
Prejuízos Fiscais que deram origem a Impostos diferidos	1.742.415	0
Lucro tributável		251.500
Encargo Imposto Teórico (Imposto Calculado à taxa de imposto aplicável em Portugal)	0	65.085
Imposto diferido do exercício	-408.989	-162.280
Tributação Autónoma	483.808	243.251
Encargo de Imposto Efetivo	74.819	146.056

Anexo às Demonstrações

03. Financeiras

12. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	31/DEZ/2012	31/DEZ/2011
Mercadorias	24.228.065	33.714.564
Matérias-primas, subsidiária e de consumo	3.778.362	8.985.165
Produtos Acabados e Intermédios	2.378.823	4.429.563
Produtos e trabalhos em curso	1.191.005	5.024.190
Perdas por imparidade - Mercadorias (Nota 19)	-377.462	-1.087.972
	31.198.793	51.065.508

A demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no período findo a 31 de dezembro de 2012 é como se segue:

RUBRICAS	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL
Existências iniciais	33.714.564	8.985.165	42.699.728
Compras	93.808.475	14.593.110	108.401.585
Existências finais	24.228.065	3.778.362	28.006.428
	103.294.973	19.799.913	123.094.886

A demonstração da variação da produção ocorrida no período findo a 31 de dezembro de 2012 é como se segue:

RUBRICAS	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	TOTAL
Existências finais	2.378.823	1.191.005	3.569.828
Existências iniciais	4.429.563	5.024.190	9.453.752
	-2.050.740	-3.833.185	-5.883.924

13. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

RUBRICAS	31/DEZ/2012	31/DEZ/2011
Clientes	74.095.140	78.130.201
Perdas em Imparidade Acumuladas (Nota 19)	6.833.619	7.035.872
	67.261.521	71.094.330

De referir que os valores acima apresentados vencem-se no curto prazo.

Anexo às Demonstrações

03. Financeiras

14. EMPRESAS DO GRUPO TOYOTA CAETANO PORTUGAL

Os saldos a receber e a pagar com as empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal, S.A., que em 31 de dezembro de 2012 e 2011 se encontram refletidas nas rubricas do balanço "Clientes, c/c", "Fornecedores, c/c", "Acionistas", e "Outros Ativos Financeiros" podem ser resumidos como se segue:

	31/DEZ/2012	31/DEZ/2011
Contas a Receber	42.487.982	46.121.733
Contas a Pagar	-517.977	-1.891.014

ACIONISTAS Empresas do Grupo inseridas no "RETGS" (Nota 11)

Saltano,SGPS, S.A.	68.196	27.556
Caetano Components, S.A.	-354.976	-230.572
Caetano Renting, S.A.	-459.585	-196.615
Caetano Auto, S.A.	1.186.034	1.248.346
	439.669	848.715
Financiamentos Obtidos		
Movicargo, Lda	-340.000	-340.000
	-340.000	-340.000

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS (Nota 10)

Suprimentos Concedidos		
Saltano,SGPS, S.A.	6.148.199	4.398.199

CLIENTES E FORNECEDORES (Notas 13 e 22)

Apresenta-se em seguida o quadro-resumo de saldos e fluxos (contas de Clientes e Fornecedores) com empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

2012	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS AQUISIÇÕES	SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS		PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMENTOS
Caetano Components, S.A.	150.792	30.363	2.413	75.919			330		85.173
Caetano Auto CV, S.A.	999.486		6.194.587		-19.100				56.369
Caetano Renting, S.A.	9.130.910	40.160	8.961.566	12.652.240	16.300		78.616		1.565.886
Caetano Auto, S.A.	31.240.525	341.825	70.457.512	1.377.724	-721.745		6.789.620		2.748.831
Auto Partner - Comércio Automóveis, S.A.	949.106	37.306	3.796.730	325	-39.310		357.973		85.710
Caetano Colisão (Norte), S.A.	17.163	40.928		92.998			54.105		69.827
Comp. Admin. Imobiliária São Bernardo, S.A.									
Movicargo - Movimentação Industrial, S.A.		27.395							15.792
TOTAL	42.487.982	517.977	89.412.808	14.199.207	-763.855		7.280.644		4.611.796

Anexo às Demonstrações

03. Financeiras

2011	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS AQUISIÇÕES	SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS		PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMENTOS
Caetano Components, S.A.	54.016		215	357.784			4.979	11.563	82.382
Caetano Auto CV, S.A.	477.534	25	7.955.486				570		81.456
Caetano Renting, S.A.	2.811.969	8.468	12.154.601	13.384.109	81.527		24.914	362.804	2.788.071
Caetano Auto, S.A.	40.145.493	1.730.510	98.567.434	419.208			6.729.612	8.424.318	14.196.460
Auto Partner - Comércio Automóveis, S.A.	2.613.109	132.480	6.644.444	3.178			322.714	370.930	723.581
Caetano Colisão (Norte), S.A.	19.611	7.928					11.754	672	64.499
Movicargo - Movimentação Industrial, S.A.		11.603						11.603	
TOTAL	46.121.733	1.891.014	125.322.180	14.164.279	81.527		7.094.544	9.181.890	17.936.448

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR E A RECEBER

O detalhe da rubrica de Outras Contas a Pagar e a Receber é o seguinte:

OUTRAS CONTAS A PAGAR	31/DEZ/2012	31/DEZ/2011
Juros a liquidar	56.319	43.341
Campanhas de promoção de vendas	1.194.198	780.005
Encargos com férias e subsídios de férias	1.765.549	1.834.279
Especialização de Gastos afetos a viaturas vendidas	647.848	885.537
Outros fornecimentos externos	2.118.151	383.325
Garantias	48.200	59.709
Imposto s/ Veículos de viaturas vendidas e não matriculadas	283.824	449.996
Pessoal	261.479	11.396
Publicidade	271.515	223.297
Royalties	49.599	73.890
Seguros	118.866	132.429
TOTAL	6.815.549	4.877.205

De referir que a rubrica Outros fornecimentos e serviços externos inclui, entre outros, acréscimos de gastos relativos a comissões por conta da gestão do Fundo de Pensões na sequência da valorização do mesmo (Nota 25), bem como contribuição do Fundo de Pensões em cerca de 975 milhares de Euros.

OUTRAS CONTAS A RECEBER - ATIVO CORRENTE	31/DEZ/2012	31/DEZ/2011
Recuperação de campanhas de promoção de vendas	643.436	
Recuperação juros Indemnizatórios	352.203	
Outros devedores diversos	498.370	10.282
TOTAL	1.494.009	10.282

OUTRAS CONTAS A RECEBER - ATIVO NÃO CORRENTE	31/DEZ/2012	31/DEZ/2011
Outros devedores diversos	313.000	

Anexo às Demonstrações

03. Financeiras

16. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o detalhe destas rubricas era como se segue:

GASTOS A RECONHECER	2012	2011
Seguros	167.123	178.871
Juros de Papel Comercial	90.276	93.481
Outros Gastos a Reconhecer	147.583	112.287
TOTAL	404.982	384.639

RENDIMENTOS A RECONHECER	2012	2011
Juros debitados a clientes	13.079	37.287
Recuperação sinalética	875.318	971.796
Diferimento margem intra-grupo	3.137.855	2.967.002
Outros Rendimentos a Reconhecer	466.532	255.673
TOTAL	4.492.784	4.231.758

A rubrica de Outros Gastos a Reconhecer refere-se essencialmente a encargos com garantias bancárias.

A rubrica de Outros Rendimentos a Reconhecer refere-se essencialmente a recebimentos antecipados de rendas de máquinas de aluguer.

17. CAPITAL PRÓPRIO

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2012 o capital da Empresa é composto por 35.000.000 ações ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas coletivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Grupo Salvador Caetano (SGPS), S.A. 60,82%
- Toyota Motor Europe NV/S.A. 27,00%

De referir que a empresa-mãe Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S), S.A. se encontra sediada na Avenida Vasco da Gama, n.º 1410, Oliveira do Douro, Gaia.

DIVIDENDOS

Em relação a 2012 e dado o resultado apurado no exercício o Conselho de Administração não apresenta qualquer proposta no sentido de serem pagos dividendos. Esta proposta deve ser aprovada em Assembleia Geral.

RESERVA LEGAL

A Reserva Legal já se encontra totalmente constituída nos termos da legislação comercial em vigor (20% do capital social), pelo que já não é necessário que num mínimo de 5% dos Resultados Líquidos anuais seja destinado à sua dotação. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Anexo às Demonstrações

03. Financeiras

OUTRAS RESERVAS

Correspondem a Reservas Livres criadas pela empresa (75.272.557 Euros) acrescidas de uma Reserva Cativa referente a Prémio FEDER líquido de imposto diferido (288.688 Euros).

EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos acionistas, exceto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respetivos bens objeto de reavaliação forem alienados.

AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS

Ajustamentos de transição resultantes da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Inclui os Subsídios ao Investimento reconhecidos conforme exigido pela NCRF 22 (Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo).

Os montantes distribuíveis em Capital Próprio, excluindo Resultado Líquido do Período, incluem:

- Reservas Livres no valor de 75.275.557 Euros.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 2012

Em conformidade com o disposto na alínea b), nº 1, do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, a administração propõe que os resultados líquidos negativos apurados no exercício, no valor de 2.642.591,00 Euros expressos nas demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal sejam transpostos para a conta de Resultados Transitados.

18. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

O detalhe do registo contabilístico dos subsídios e apoios do Governo recebidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é como se segue (Nota 3 g):

PROGRAMA	SUBSÍDIOS RECEBIDOS EM PERÍODOS ANTERIORES	SUBSÍDIO RECEBIDO NO PERÍODO	RECONHECIDO NO PERÍODO	DIFERIDO PARA PERÍODOS FUTUROS
POE1.2 – SIME A candidatura 00/07099	159.606		15.208	144.397
SIME IDT - OPTIMO SEVEN	14.011		7.006	7.005
FEDER	392.773			392.773
Sub-total Incentivo ao investimento	566.390		22.214	544.176
Programa Formação de Aprendizagem e Ativos		1.770.151	1.770.151	
Sub-total Incentivo à exploração		1.770.151	1.770.151	

Anexo às Demonstrações

03. Financeiras

19. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 realizaram-se os seguintes movimentos nas contas de Imparidades e Provisões:

RUBRICAS 31/DEZ/2012	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS	UTILIZAÇÕES	REVERSÕES	SALDOS FINAIS
Imparidade Clientes	7.035.872	337.600	-252.786	-287.067	6.833.619
Imparidade Inventários	1.087.972			-710.510	377.462
	8.123.844	337.600	-252.786	-997.578	7.211.081

RUBRICAS 31/DEZ/2011	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS	UTILIZAÇÕES	REVERSÕES	SALDOS FINAIS
Imparidade Clientes	7.209.643	50.581	-163.666	-60.686	7.035.872
Imparidade Inventários	1.087.972				1.087.972
	8.297.615	50.581	-163.666	-60.686	8.123.844

Os reforços e reversões de ajustamentos evidenciados em 2012 e 2011 no quadro supra, resultam de avaliação interna efetuada à quantia recuperável de contas a receber e de inventários.

20. FINANCIAMENTOS OBTIDOS E GASTOS SUPOSTADOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o detalhe do financiamento obtido era como se segue:

	31/dez/2012	31/dez/2011
Financiamento c/Corrente Cauconada		7.670.000
Papel Comercial	19.500.000	38.300.000
Financiamento Bancário	1.842.105	
Loações Financeiras	931.202	975.421
Outros Financiamentos Obtidos	545.356	545.356
Passivo Corrente	22.818.663	47.490.777
Financiamento Bancário	9.736.842	
Loações Financeiras	1.093.106	1.239.725
Outros Financiamentos Obtidos	818.034	1.363.391
Passivo Não Corrente	11.647.982	2.603.116

Os financiamentos obtidos encontram-se mensurados pelo custo amortizado, sendo que a taxa efetiva implícita nos referidos financiamentos coincide com a respetiva taxa nominal.

Os juros respeitantes aos Programas de Papel Comercial e Financiamentos Bancários acima referidos encontram-se indexados à Euribor, sendo acrescidos de um "spread" que varia entre 175 e 590 pontos percentuais.

A linha de Outros Financiamentos Obtidos é constituída por um montante relativo a um subsídio reembolsável ao investimento recebido em 2009, com o seguinte plano de reembolso:

2013	545.356
2014	545.356
2015 e seguintes	272.678
	<u>1.363.390</u>

Anexo às Demonstrações

03. Financeiras

O detalhe dos gastos suportados com os financiamentos obtidos a 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como se segue (Nota 32):

	31/DEZ/2012	31/DEZ/2011
Papel Comercial	1.097.118	1.599.417
Financiamentos Bancários correntes	198.263	58.134
Financiamentos Bancários não corrente	437.138	
Locações Financeiras	34.017	50.778
Instrumentos Financeiros Derivados	283.183	104.787
Outros	92.341	147.811
	2.142.060	1.960.928

O detalhe das condições contratualizadas no âmbito dos instrumentos financeiros supra enunciados encontra-se enunciado na Nota 23.

Detalhamos, em seguida, o valor em aberto em balanço relativo a financiamentos obtidos para os quais foram concedidas garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis:

- Financiamento Bancário: 11.578.947;
- Papel Comercial: 7.000.000.

21. LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2012, a Empresa mantinha responsabilidades como locatária, relativas a rendas vincendas de contratos de locação financeira de equipamento de transporte de movimentação de carga no montante de 2.024.307 Euros, as quais se encontram incluídas na rubrica "Financiamentos Obtidos" (Nota 20).

Apresenta-se em seguida o plano de pagamentos dos contratos de locação financeira em aberto a 31 de dezembro de 2012:

CONTRATO	BEM LOCADO	CURTO PRAZO	MÉDIO/LONGO PRAZO			TOTAL	TOTAL
			2014	2015	2016 E SEQUINTE		
Diversos	Equipamento Industrial						
	Capital	931.202	582.740	189.720	320.646	1.093.106	2.024.308
	Juros	47.404	37.556	26.291	19.566	83.413	130.817

O justo valor das responsabilidades por locações financeiras é semelhante ao justo valor dos ativos locados.

22. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores, que se vencem todos no curto prazo.

Anexo às Demonstrações

03. Financeiras

23. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pela Toyota Caetano existentes em 31 de dezembro de 2012 respeitam a:

SWAPSTAXA DE JURO

Trata-se de três instrumentos financeiros derivados contraídos com o objetivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos (*cash flow hedges*), que contribuem para a redução da exposição à variação das taxas de juro ou para a otimização do custo do *funding*, não tendo sido designados para efeitos de contabilidade cobertura. O justo valor dos referidos instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2012 era negativo em 598.885 Euros (em 31 de dezembro de 2011 era negativo em 383.131 Euros) e compreende uma exposição total de 20 milhões de Euros, pelo prazo de 3 anos, a contar desde 21 de dezembro de 2010 e uma exposição de 11.578.947 Euros pelo prazo de 5 anos a contar desde 26 de junho de 2012.

Estes instrumentos financeiros derivados foram avaliados a 31 de dezembro de 2012 pela entidade bancária com quem os mesmos foram contratados, tendo em consideração *cash flows* futuros e risco estimados. É intenção da Toyota Caetano deter estes instrumentos até à sua maturidade, pelo que esta forma de avaliação traduz a melhor estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros a serem gerados pelos referidos instrumentos.

FORWARD CAMBIAL

Trata-se de um instrumento financeiro derivado contraído com o objetivo de cobertura do risco cambial de transações futuras altamente prováveis, que contribuem para a redução da exposição à variação da taxa de câmbio GBP:EUR, não tendo sido designados para efeitos de contabilidade cobertura.

O justo valor dos referidos instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2012 era negativo em 5.723 Euros (em 31 de dezembro de 2011 era negativo em 5.224 Euros), compreendendo um valor nominal 120.222 GBP, 424.428 NOK e 2.624.769 DKK pelo prazo de 1 ano (vencimentos mensais) a contar de 17 de janeiro de 2012.

Este instrumento financeiro derivado foi avaliado a 31 de dezembro de 2012 pela entidade bancária com quem o mesmo foi contratado, tendo em consideração *cash flows* futuros e risco estimados. É intenção da Toyota Caetano deter este instrumento até à sua maturidade, pelo que esta forma de avaliação traduz a melhor estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros a serem gerados pelo referido instrumento.

24. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 a Toyota Caetano tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

RESPONSABILIDADES	31/DEZ/2012	31/DEZ/2011
Por Fianças Prestadas	10.580.910	12.078.088
Outras Garantias Financeiras	996.562	1.151.308
Total	11.577.472	13.229.396

Dos montantes apresentados em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 relativos a "Fianças Prestadas", o montante de 8.080.910 Euros refere-se a caução prestada à Direção Geral das Alfândegas no âmbito do desalfandegamento de Existências alvo de importação.

Na sequência de financiamentos contratados no valor de 26,5 milhões de Euros, dos quais foram utilizados cerca de 19,5 milhões de Euros, encontrando-se, a esta data, por amortizar cerca de 18,6 milhões de Euros (Nota 20), a Toyota Caetano concedeu às respetivas instituições financeiras garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis avaliados, à data de contração dos referidos financiamentos, em cerca de 25,9 milhões de Euros.

Anexo às Demonstrações

03. Financeiras

25. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

FUNDO DE PENSÕES

A Toyota Caetano (em conjunto com outros associados) constituiu por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de janeiro de 1994, em 29 de dezembro de 1995, em 23 de dezembro de 2002 e em 30 de março de 2009.

Este Fundo de Pensões constituído previa, enquanto a Toyota Caetano mantivesse a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores (beneficiários) pudessem vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento de reforma não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

Em 19 de dezembro de 2006, foi solicitado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões Salvador Caetano (ESAF – Espírito Santo Ativos Financeiros, S.A.) que encetasse junto do ISP - Instituto de Seguros de Portugal as necessárias de marches tendo em vista alterar o Plano de Benefícios por forma a que o Fundo de Pensões Salvador Caetano passasse de um plano de “benefício definido” a um plano de “contribuição definida”, entre outras alterações.

Na sequência do atrás descrito, foi enviado em 18 de dezembro 2007 ao Instituto Seguros de Portugal um dossier contendo as propostas de alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Salvador Caetano, bem como a ata de aprovação das mesmas pela Comissão de Acompanhamento do Fundo, propondo, com efeitos a 1 de janeiro de 2008, a aprovação por aquele organismo dessas mesmas alterações.

A proposta de alteração ao regime dos complementos de reforma, devidamente aprovada pela Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões e anteriormente mencionada, inclui a manutenção de um regime de Benefício Definido para os atuais reformados e beneficiários de pensões diferidas, bem como para todos os atuais trabalhadores dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano e que à data de 1 de janeiro de 2008 tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço, sendo ainda criado um novo grupo (formado pelo restante universo de trabalhadores ao serviço dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano) que passará a estar incluído num Plano de Contribuição Definida.

Em 29 de dezembro de 2008 foi por esta Empresa rececionada uma carta contendo a aprovação pelo ISP - Instituto de Seguros de Portugal das alterações pretendidas e a vigorar desde 1 de janeiro de 2008. O Instituto de Seguros de Portugal determinou, na referida aprovação, que os funcionários dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, em 1 de janeiro de 2008, tivessem atingido 15 anos ao serviço do associado e tivessem uma idade inferior a 50 anos (e que passarão a integrar um Plano de Contribuição Definida) tivessem direito a um “capital inicial” individual segundo o novo plano, determinado em função das responsabilidades atuariais apuradas com referência a 31 de dezembro de 2007 e com base nos pressupostos e critérios utilizados naquele exercício.

Os pressupostos atuariais utilizados pela sociedade gestora incluem, o método de cálculo “Projected Unit Credit”, as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 73/77 e SuisseRe 2001, respetivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de desconto de 0%, 0% e 4,5%, respetivamente.

O movimento das responsabilidades da Empresa com o Plano de benefício definido no exercício de 2012 pode ser resumido como se segue:

Responsabilidades em 1 janeiro 2012	17.065.903
Custo dos serviços correntes	146.509
Custo dos juros	739.781
(Ganhos) e perdas atuariais	384.965
Pagamentos de Pensões	(1.252.651)
Responsabilidades em 31 dezembro 2012	17.084.506

Anexo às Demonstrações

03. Financeiras

O movimento da situação patrimonial do Fundo de pensões, que cobre os dois planos acima referidos, durante o exercício de 2012, foi como se segue:

RUBRICA	PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO	PLANO CONTRIBUIÇÃO DEFINIDO	TOTAL
Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2011	15.442.001	2.945.909	18.387.910
Contribuições	310.606	21.765	832.371
Retorno real dos ativos do plano	1.747.320	343.441	2.090.761
Pagamentos de Pensões	-1.252.651		-1.252.651
Utilização de conta Reserva	8.401	-8.401	0
Transferências entre Associados		53.995	53.995
Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2012	16.255.677	3.356.709	19.612.385

A 31 de dezembro de 2012, a decomposição da carteira de ativos do Fundo de Pensões que cobre o plano de benefício definido, foi como se segue:

CARTEIRA DO FUNDO	PESO CARTEIRA	VALOR 31-12-2012
Ações	13%	2.087.229
Obrigações	35%	5.754.510
Imobiliário	37%	5.967.459
Liquidez	11%	1.835.266
Outros Ativos	4%	611.213
Total	100%	16.255.677

A evolução das responsabilidades do Grupo com o Plano de benefício definido e da situação patrimonial do Fundo de pensões afeto pode ser resumido como se segue:

	2012	2011
Valor da responsabilidade	17.084.506	17.065.903
Valor do fundo	16.255.677	15.442.001

A responsabilidade líquida da Toyota Caetano acima evidenciada encontra-se acautelada através da provisão em cerca de 1 milhão de euros, refletida em Balanço na rubrica Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego.

26. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos durante o exercício de 2012 e 2011 foi como se segue:

CARTEIRA DO FUNDO	2012			2011			2012		
	MERCADO INTERNO	2011	VAR (%)	MERCADO EXTERNO	2011	VAR (%)	TOTAL	2011	VAR (%)
Viaturas Ligeiras	90.314.218	139.215.069	-35%	19.278.649	21.279.384	-9%	109.592.866	160.494.453	-32%
Veículos Pesados	2.527.680	2.171.369	16%	263.775	391.320	-33%	2.791.455	2.562.689	9%
Máquinas Industriais	5.731.287	7.441.811	-23%	244.662	140.649	74%	5.975.948	7.582.460	-21%
Peças e Acessórios	36.323.186	41.101.617	-12%	578.643	857.379	-33%	36.901.829	41.958.995	-12%
Outros	3.016.383	3.885.801	-22%	8.845	9.982	-11%	3.025.229	3.895.783	-22%
	137.912.754	193.815.667	-29%	20.374.574	22.678.713	-10%	158.287.327	216.494.380	-27%

Anexo às Demonstrações

03. Financeiras

27. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o detalhe do relato por segmentos foi o seguinte:

31/DEZ/2012	NACIONAL						EXTERNO					TOTAL
	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS		EQUIPAMENTO INDUSTRIAL			OUTROS	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS		EQUIPAMENTO INDUSTRIAL			
	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	MÁQUINAS	SERVIÇO OFICINAS	ALUGUER		INDÚSTRIA	COMÉRCIO	MÁQUINAS	SERVIÇO OFICINA	ALUGUER	
RÉDITOS												
Vendas e Serviços Prest.	15.384.750	114.374.588	5.953.214	2.203.462			14.354.756	5.766.311	241.402	8.845		158.287.327
Prov. Suplem. Alug. Máq.					9.806.250						3.260	9.809.510
RESULTADOS												
Resultados op. s/ efeito MEP	-2.000.608	4.464.164	-142.293	1.376.414	1.166.855		-1.897.477	457.158	10.466	8.130	249	3.443.057
Encargos de fin. líq.	213.922	1.975.050	74.885	33.837	604.311		213.680	85.085	5.635	109	59	3.206.572
Resultados em associadas	-317.646	-2.331.432	12.479			-45.878	-121.780					-2.804.257
Resultados líquidos	-2.214.530	2.450.148	-217.178	1.321.559	553.738		-2.111.157	366.248	4.755	7.896	187	-2.642.591
OUTRAS INFORMAÇÕES												
Ativos	42.796.062	111.261.308	3.563.100	121.982	35.363.426							193.105.879
Passivos	14.246.348	37.037.690	1.186.117	40.607	11.772.103							64.282.866
Investimentos Fin. (1)												
Dispêndios de cap. fixo (2)	641.452	955.758	52.592	3.166	1.565.037							3.218.005
Depreciações (3)	1.591.772	2.371.728	130.509	7.857	3.883.665							7.985.531

31/DEZ/2011	NACIONAL						EXTERNO					TOTAL
	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS		EQUIPAMENTO INDUSTRIAL			OUTROS	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS		EQUIPAMENTO INDUSTRIAL			
	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	MÁQUINAS	SERVIÇO OFICINAS	ALUGUER		INDÚSTRIA	COMÉRCIO	MÁQUINAS	SERVIÇO OFICINA	ALUGUER	
RÉDITOS												
Vendas e Serviços Prest.	20.242.095	163.338.573	7.712.175	2.524.823			15.186.860	7.341.222	138.649	9.982		225.988.893
Prov. Suplem. Alug. Máq.					9.492.514						2.000	
RESULTADOS												
Resultados op. s/ efeito MEP	-2.523.892	4.796.152	-130.229	1.542.769	788.661		-2.093.690	400.969	-1.430	6.652	542	2.786.504
Encargos de fin. líq.	170.097	1.707.622	40.006	23.717	458.404		144.860	66.582	804	74	33	2.612.199
Resultados em associadas	-698.206	-1.755.421	7.622			-38.419	425.942					-2.058.482
Resultados líquidos	-3.392.195	1.273.151	-162.613	1.478.813	360.628	-38.419	-2.238.550	684.296	-2.234	6.396	495	-2.030.231
OUTRAS INFORMAÇÕES												
Ativos	68.130.596	112.734.122	6.098.211	367.485	35.747.766	-38.419		425.942				225.737.607
Passivos	28.111.499	46.634.294	2.487.557	150.090	14.600.331							92.197.194
Investimentos Fin. (1)												
Dispêndios de cap. fixo (2)	711.121	1.043.132	152.444	16.975	2.006.146							3.929.818
Depreciações (3)	1.583.329	2.322.559	339.421	37.795	4.466.736							8.749.840

(1) Pelo Método de Equivalência Patrimonial

(2) Investimento: (Variação Líquida do Ativo Fixo Tangível e Intangível) + (Depreciações do Exercício)

(3) Do Exercício

Anexo às Demonstrações

03. Financeiras

28. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta a seguinte decomposição:

DESCRIÇÃO	31/DEZ/2012	31/DEZ/2011
Subcontratos	81.142	10.289
Trabalhos Especializados	3.256.889	3.437.663
Publicidade e Propaganda	9.046.147	10.272.272
Vigilância e Segurança	426.690	437.179
Honorários	637.008	761.314
Comissões	133.849	191.242
Conservação e Reparação	479.972	789.310
Outros	1.659.033	2.235.677
Serviços Especializados	15.639.588	18.124.656
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	51.055	85.599
Livros e Documentação Técnica	137.597	230.182
Material de Escritório	92.072	100.346
Artigos para Oferta	6.651	14.660
Outros	9.715.316	9.443.290
Materiais	10.002.690	9.874.076
Eletricidade	375.053	368.229
Combustíveis	496.019	504.488
Água	45.140	43.925
Energia e Fluidos	916.212	916.643
Deslocações e Estadas	728.196	665.510
Transporte de Pessoal	86.224	100.131
Transporte de Mercadorias	566.240	784.073
Deslocações, Estadas e Transportes	1.380.660	1.549.714
Rendas e Alugueres	474.586	453.901
Comunicação	355.644	294.679
Seguros	677.972	720.412
Royalties	335.225	429.672
Contencioso e Notariado	10.245	8.724
Limpeza, Higiene e Conforto	412.137	492.470
Serviços Diretos	2.265.809	2.399.858
TOTAL FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	30.286.099	32.875.236

Anexo às Demonstrações

03. Financeiras

29. GASTOS COM PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os principais gastos com pessoal foram como se segue:

DESCRIÇÃO	31/DEZ/2012	31/DEZ/2011
Remunerações Órgãos Sociais	377.476	449.445
Remunerações ao Pessoal	8.612.784	9.545.692
Benefícios Pós-Emprego	-118.978	1.696.364
Indemnizações	407.318	2.307.817
Encargos sobre Remunerações	2.462.903	2.427.382
Seguros Acidentes de Trabalho	201.134	254.698
Gastos de Ação Social	996.483	1.272.057
Outros Gastos com o Pessoal	680.548	769.573
TOTAL GASTOS COM O PESSOAL	13.619.666	18.723.028

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o número médio de pessoal foi o seguinte:

RUBRICA	DEZ'12	DEZ'11
Empregados	376	418
Pessoal afeto à Produção	150	169
	526	587

30. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações fixas dos membros dos órgãos sociais da Toyota Caetano Portugal, S.A. nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram como se segue:

ÓRGÃOS SOCIAIS	31/DEZ/2012	31/DEZ/2011
Conselho de Administração	367.780	427.870
Assembleia Geral		281
Conselho Fiscal	8.400	12.822

31. OUTROS GASTOS E RENDIMENTOS OPERACIONAIS

As rubricas Outros Gastos e Rendimentos Operacionais da Demonstração de Resultados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 detalham-se da seguinte forma:

OUTROS GASTOS E PERDAS	31/DEZ/2012	31/DEZ/2011
Impostos	1.015.706	640.852
Descontos de Pronto-Pagamento Concedidos	13.536	29.360
Dívidas Incobráveis	530	22.602
Perdas em Inventários	44.906	67.776
Perdas em Investimentos não Financeiros	419.148	81.218
Outros Gastos e Perdas	3.704.455	5.521.538
	5.198.281	6.363.347

Anexo às Demonstrações

03. Financeiras

A rubrica de outros gastos e perdas inclui gastos com incentivos comerciais e bonificações concedidos aos concessionários.

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	31/DEZ/2012	31/DEZ/2011
Rendimentos Suplementares	26.316.328	25.683.447
Descontos de Pronto-Pagamento Obtidos	7.925	11.291
Recuperação de Dividas Incobráveis	0	7.464
Ganhos em Inventários	108.619	141.645
Ganhos em Investimentos não Financeiros	1.174.497	937.074
Outros Rendimentos e Ganhos	1.402.870	212.945
	29.010.241	26.993.864

Os rendimentos suplementares referem-se a rendas de aluguer de equipamento e edifícios, serviços prestados (ex: gráfica do grupo) e recuperação de despesas diversas (ex: garantias).

A rubrica de outros rendimentos e ganhos inclui em 31 de dezembro de 2012 ganhos resultantes de recuperação de impostos, na sequência da impugnação de liquidações adicionais (Nota 35).

Os ganhos em investimentos não financeiros referem-se a mais-valias de alienação de imobilizado.

32. RESULTADOS FINANCEIROS

JUROS E GASTOS SIMILARES	31/DEZ/2012	31/DEZ/2011
Juros Suportados	2.142.060	1.960.928
Outras Gastos e Perdas Financeiros	1.227.719	1.012.877
	3.369.780	2.973.805

JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	31/DEZ/2012	31/DEZ/2011
Juros Obtidos	163.208	361.607

33. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	DEZ/2012	DEZ/2011
Resultado		
Básico	-2.642.591	-2.030.231
Diluído	-2.642.591	-2.030.231
Número de ações	35.000.000	35.000.000
Resultados por ação (básico e diluído)	-0,08	-0,06

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não ocorreu qualquer alteração ao número de ações.

Anexo às Demonstrações

03. Financeiras

34. OUTRAS PARTES RELACIONADAS

O detalhe dos saldos e transações entre a Empresa e as entidades relacionadas para além das referidas na Nota 14, pode ser resumido como se segue:

OUTRAS PARTES RELACIONADAS	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS AQUISIÇÕES	SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS		PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMENTOS
AMORIM BRITO & SARDINHA, LDA.	4.200								4.037
CAETANO BAVIERA - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.	498.573		3.211.212	9.339			153.246	260.186	324.866
CAETANO ACTIVE (SUL), LDA.	307		88						1.285
CAETANO CITY E ACTIVE (NORTE), S.A.	-1.124		55						1.082
CAETANO DRIVE SPORT URBAN (NORTE), S.A.	4.400		3.810						8.033
CAETANO FORMULA (NORTE), S.A.	-1.202		1.875						2.792
CAETANO MOTORS, S.A.	3.533	375	4.634				107		4.634
CAETANO PARTS, LDA.	3	5.530	2.227	301			2.183		7.737
CAETANO POWER, S.A.	2.447	594	3.132						10.679
CAETANO RETAIL SERVIÇOS, S.A.	266								230
CAETANO RETAIL SGPS, S.A.	13.459								61.963
CAETANO SPAIN, S.A.	353.774	648	19.089						
CAETANO STAR (SUL) S.A.	467		110						3.004
CAETANO TECHNIK E SQUADRA LDA.	-5.142		2.769						3.235
CAETANO UK LIMITED		4.840							
CAETANOBUS-FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS, S.A.	9.536.838	189.562	2.510.903	5.089			249.523	62.852	3.140.868
CAETANO AERONAUTIC	151								273
CAETANOLYRSA, S.A.							2.555		612
CAETSU, S.A.	-1.517	294.187					2.879.651	3.469	
CARPLUS-COMÉRCIO AUTOMÓVEIS, S.A.	3.746	1.363	990					31	12.327
CHOICE CAR-COMÉRCIO AUTOMÓVEIS, S.A.	302								1.762
CONTRAC GMBH MASCHINEN UND ANLAGEN	11.255	178.376	27.196				43.689		
ENP-ENERGIAS RENOVÁVEIS PORTUGAL, S.A.	555						3.034	1.346	6.721
EUFER-CAETANO-ENERGIAS RENOVÁVEIS, LDA.								24.000	
FINLOG - ALUGUER E COMÉRCIO AUTO, S.A.	308	145.603	13.445				375.990	34.259	3.760
GUERIN RENT A CAR, S.L.	138.915	45.501							257.362
GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A.		1.186					1.067		
GUÉRIN-RENT-A-CAR (DOIS), LDA.	316.555		71.574				299	45.239	57.771
IBERICAR AUTO NIPON, S.A.	23.201	13.311					28.560	1.268	
IBERICAR GALICIA AUTO, S.L.	324								324
IBERICAR KELDENICH, S.L.	380								660
LUSILECTRA - VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, S.A.	230.274	57.343	141.885	39.886			123.550	11.590	34.787

Anexo às Demonstrações

03. Financeiras

OUTRAS PARTES RELACIONADAS	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS AQUISIÇÕES	SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS		PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMENTOS
MDS AUTO - MEDIAÇÃO SEGUROS, S.A.	-1.595	-42.289				294.295			
PORTIANGA - COMÉRCIO INTERNACIONAL E PARTICIPAÇÕES, S.A.	86.702	4.021	36.786			23.442			83.595
RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO, S.A.	239.823	240.117	1.087	666		2.344.320		5.608	373.945
SALVADOR CAETANO AUTO AFRICA, SGPS, S.A.	22								18
VAS ÁFRICA	577								1.266
ATLÂNTICA	5.111								
GILLCAR NORTE - COM. IND. MAQUINAS E TINTAS, S.A.		2.760		5.758			787		
GRUPO SOARES DA COSTA	30.451								
COCIGA - CONSTRUÇÕES CIVIS DE GAIA, S.A.	26.840	100.415			40.164	188.019		247.096	25.472
SIMOGA - SOC. IMOBILIÁRIA DE GAIA, S.A.	465								258
POAL	17.806								
DICUORE-DECORAÇÃO, S.A.					4.126	27.150			
ALBITIN- CIMFT, LDA.		2.436		6.988					
SPRAMO - PUBLICIDADE & IMAGEM, S.A.		681							
RARCON - ARQUITECTURA E CONSULTADORIA, S.A.	176	33.840			19.190	86.210		5.850	2.581
NOVEF, SGPS	19.500								
LUSO ASSISTÊNCIA	205								1.150
ISLAND RENT	418								570
OESTE MAR	390								547
CIBERGUIA	9.954								
TURISPAIVA - SOCIEDADE TURÍSTICA PAIVENSE, LDA.	1.039								1.782
FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO	813.000								

35. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

LIQUIDAÇÕES DE IMPOSTOS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2009 a 2012 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de cinco anos. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Anexo às Demonstrações

03. Financeiras

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram recuperados cerca de 934.000 Euros, registados na rubrica de "Outros ganhos operacionais", referentes a:

- decisões favoráveis entretanto obtidas nos processos de impugnação judicial, referentes às liquidações adicionais em sede de IRC do exercício de 1995, no valor de 570.591 Euros de liquidações adicionais pagas e reconhecidas como custos em exercícios anteriores e 352.203 Euros dos respetivos juros indemnizatórios;
- 363.183 Euros relativos às impugnações judiciais relacionadas com as liquidações adicionais aos exercícios de 1997, 1998 e 1999.

PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

O Conselho de Administração e os seus consultores legais entendem que a argumentação apresentada por um anterior agente, que reclama uma indemnização pela cessação do contrato de agência, não está de acordo com a legislação aplicável, pelo que não resultarão assim perdas para a empresa, não tendo sido registada qualquer provisão nas demonstrações financeiras. De referir que a cessação do contrato em questão ficou a dever-se a incumprimentos de pagamento por parte do Agente.

Em janeiro de 2011, concluiu-se o julgamento com decisão favorável à Toyota Caetano Portugal, tendo no entanto, o referido Agente apresentado recurso em setembro de 2011, aguardando-se nova decisão. Durante o exercício de 2012 foram apresentadas alegações e contra-alegações de recurso para o Supremo Tribunal de Justiça.

É convicção da Administração de que não resultarão quais quer tipo de responsabilidades para a Empresa decorrentes do desfecho deste processo.

36. INFORMAÇÃO RELATIVA À ÁREA AMBIENTAL

A empresa adota as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objetivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração da Toyota Caetano não estima que existam riscos relacionados com a proteção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contra-ordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

37. VEÍCULOS EM FIM DE VIDA

Em setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma diretiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. A Toyota Caetano e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É no entanto nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efetivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto senão nulo.

Anexo às Demonstrações

03. Financeiras

Entretanto, e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a “ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.” – empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

38. REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Os honorários pagos à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, PricewaterhouseCoopers & Associados – S.R.O.C., Lda. no exercício de 2012 foi como se segue:

	31/12/2012
Honorários Totais referentes revisão legal de contas	32.900

39. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 8 de abril de 2013.

40. EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde a conclusão do ano de 2012, e até à presente data, não se observaram quaisquer factos relevantes suscetíveis de serem mencionados.

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Takishi Numa; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes



04. Contas Consolidadas

RELATÓRIO E CONTAS 2012. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

04. Demonstrações Financeiras

INDICADORES FINANCEIROS CONSOLIDADOS

	DEZ '12	DEZ '11	DEZ '10
VENDAS	216.271.646	293.443.182	426.258.266
CASH-FLOW BRUTO	11.127.691	17.864.964	31.880.061
GASTOS DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO	2.903.825	-950.976	-1.411.105
GASTOS COM O PESSOAL	36.178.916	43.887.670	48.509.077
INVESTIMENTO LÍQUIDO	8.702.901	10.294.356	22.717.629
VOLUME DE EMPREGO	1.571	1.744	1.898
RESULTADO LÍQUIDO COM INT. MINORITÁRIOS	-3.089.055	-2.187.135	11.936.710
RESULTADO LÍQUIDO SEM INT. MINORITÁRIOS	-2.853.034	-2.218.405	11.740.117
GRAU DE AUTONOMIA FINANCEIRA	60,40%	50,57%	48,37%

04. Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

ATIVO	NOTAS	31/12/2012	31/12/2011
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Goodwill	8	611.997	611.997
Ativos intangíveis	5	735.848	906.488
Ativos fixos tangíveis	6	83.466.849	89.833.363
Propriedades de investimento	7	16.002.786	17.113.956
Investimentos disponíveis para venda	9	3.181.038	3.092.979
Outras dívidas de terceiros	12	313.000	-
Ativos por impostos diferidos	14	3.440.928	2.088.849
Clientes	11	111.718	1.189.734
TOTAL DE ATIVOS NÃO CORRENTES		107.864.164	114.837.366
ATIVOS CORRENTES:			
Inventários	10 e 24	44.835.859	69.020.200
Clientes	11 e 24	42.891.844	50.053.168
Outras dívidas de terceiros	12	7.657.930	6.572.497
Estado e outros entes públicos	21	228.104	1.016.070
Outros ativos correntes	13	2.995.638	1.787.306
Caixa e equivalentes a caixa	15	7.507.699	18.006.246
TOTAL DE ATIVOS CORRENTES		106.117.074	146.455.487
TOTAL DO ATIVO		213.981.238	261.292.853
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	16	35.000.000	35.000.000
Reserva legal	16	7.498.903	7.498.903
Reservas de reavaliação	16	6.195.184	6.195.184
Reservas de conversão	16	(1.695.238)	(1.695.238)
Reservas de justo valor	9 e 16	102.455	14.396
Outras reservas	16	84.174.774	86.270.795
Resultado consolidado líquido do exercício		(2.853.034)	(2.218.405)
		128.423.044	131.065.635
INTERESSES NÃO CONTROLADOS	17	812.346	1.058.180
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		129.235.390	132.123.815
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos Obtidos	18	15.442.693	6.781.250
Responsabilidades por pensões	23	1.051.264	2.662.859
Provisões	24	315.464	-
PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	14	2.499.172	1.626.459
TOTAL DE PASSIVOS NÃO CORRENTES		19.308.593	11.070.568
PASSIVO CORRENTE:			
Financiamentos Obtidos	18	24.991.635	64.980.984
Provisões	24	-	345.026
Fornecedores	19	18.105.176	31.493.607
Outras dívidas a terceiros	20	2.445.622	2.186.237
Estado e outros entes públicos	21	5.925.322	6.374.333
Outros passivos correntes	22	13.364.892	12.329.927
Instrumentos financeiros derivados	25	604.608	388.356
TOTAL DE PASSIVOS CORRENTES		65.437.255	118.098.470
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		213.981.238	261.292.853

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2012.

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Takeshi Numa; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

04. Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

	NOTAS	31/12/2012	31/12/2011
Rendimentos Operacionais:			
Vendas	29	197.059.500	270.584.649
Prestações de serviços	29	19.212.146	22.858.533
Outros rendimentos operacionais	32	34.886.448	30.530.711
Varição da produção	10	(6.114.953)	568.674
Total de rendimentos operacionais		245.043.141	324.542.567
Gastos operacionais:			
Custo das vendas	10	(155.872.816)	(222.155.961)
Fornecimentos e serviços externos	30	(34.975.394)	(39.753.403)
Gastos com o pessoal	31	(36.178.916)	(43.887.670)
Amortizações e depreciações	5, 6 e 7	(16.263.166)	(18.410.932)
Provisões e perdas por imparidade	24	1.094.655	436.388
Outros gastos operacionais	32	(3.883.945)	(3.602.470)
Total de gastos operacionais		(246.079.582)	(327.374.048)
Resultados operacionais		(1.036.441)	(2.831.481)
Gastos e perdas financeiros	33	(3.599.476)	(2.861.820)
Rendimentos e ganhos financeiros	33	695.651	3.812.796
Resultados antes de impostos de operações continuadas		(3.940.266)	(1.880.505)
Impostos sobre o rendimento de operações continuadas	26	851.211	(306.630)
Resultado líquido consolidado do exercício		(3.089.055)	(2.187.135)
Resultado líquido consolidado das operações continuadas			
Atribuível:			
ao Grupo		(2.853.034)	(2.218.405)
a interesses não controlados		(236.021)	31.270
		(3.089.055)	(2.187.135)
Resultados por ação:			
de operações continuadas	27	-0,082	-0,063
de operações descontinuadas		-	-
Básico		-0,082	-0,063

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2012.

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Takeshi Numa; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

04. Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS LEGAIS	RESERVAS DE AVALIAÇÃO	RESERVAS DE CONVERSÃO CAMBIAL	RESERVAS DE JUSTO VALOR	OUTRAS RESERVAS	TOTAL DE RESERVAS	RESULTADO LÍQUIDO	SUBTOTAL	INTERESSES NÃO CONTROLADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	(271.329)	81.278.229	93.005.749	11.740.117	139.745.866	1.081.820	140.827.686
Alterações no período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado consolidado de 2010	-	-	-	-	-	5.090.117	5.090.117	(5.090.117)	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(54.910)	(54.910)
Rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	-	285.725	(97.551)	188.174	(2.218.405)	(2.030.231)	31.270	(1.998.961)
Operações com detentores de capital	-	-	-	-	-	-	-	(6.650.000)	(6.650.000)	-	(6.650.000)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	(6,650,000)	(6,650,000)	-	(6,650,000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	14.396	86.270.795	98.284.040	(2.218.405)	131.065.635	1.058.180	132.123.815
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	14.396	86.270.795	98.284.040	(2.218.405)	131.065.635	1.058.180	132.123.815
Alterações no período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado consolidado de 2011	-	-	-	-	-	(2.218.405)	(2.218.405)	2.218.405	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.812)	(9.812)
Rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	-	88.059	122.384	210.443	(2.853.034)	(2.642.591)	(236.023)	(2.878.613)
Operações com detentores de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	102.455	84.174.774	96.276.078	(2.853.034)	128.423.044	812.346	129.235.390

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2012.

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira
O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Takeshi Numa; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

04. Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

	31/12/2012	31/12/2011
Resultado consolidado líquido do exercício, incluindo interesses não controlados	(3.089.055)	(2.187.135)
Componentes de outro rendimento integral consolidado do exercício, líquido de imposto:		
Variação do justo valor de investimentos disponíveis para venda	88.059	285.725
Outros	122.383	(97.551)
Rendimento integral consolidado do período	(2.878.613)	(1.998.961)
Atribuível a:		
Acionistas da empresa mãe	(2.642.592)	(2.030.231)
Interesses não controlados	(236.021)	31.270

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2012.

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Takeshi Numa; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

04. Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

(Euros)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	DEZ-12	DEZ-11
Recebimentos de Clientes	246.958.919	336.333.743
Pagamentos a Fornecedores	(173.011.967)	(264.288.768)
Pagamentos ao Pessoal	(29.816.408)	(38.543.080)
Fluxo gerado pelas Operações	44.130.544	33.501.895
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento	1.051.891	(2.655.124)
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Atividade Operacional	(20.050.820)	(22.917.193)
Fluxo das Atividades Operacionais	25.131.615	7.929.578

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	DEZ-12	DEZ-11
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos Financeiros	107.000	29.012
Ativos Fixos Tangíveis	19.516.969	28.793.293
Ativos Intangíveis		635.329
Subsídios de Investimento	23.786	45.709
Juros e Proveitos Similares	274.058	30.003
Dividendos	19.921.813	29.533.346
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos Financeiros	(5.117.220)	(652.373)
Ativos Fixos Tangíveis	(11.955.468)	(29.600.583)
Ativos Intangíveis	(594)	(637.075)
Fluxo das Atividades de Investimento	2.848.531	(1.356.685)

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	DEZ-12	DEZ-11
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos Obtidos		3.958.073
Subsídios e doações		3.958.073
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos Obtidos	(30.727.065)	(543.152)
Amortização de Contratos de Locação Financeira	(3.730.035)	(1.687.318)
Juros e Custos Similares	(3.917.458)	(3.724.287)
Dividendos	(3.985)	(6.672.339)
Fluxo das Atividades de Financiamento	(38.378.543)	(8.669.023)

CAIXA E EQUIVALENTES	DEZ-12	DEZ-11
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período (Nota 4)	18.006.246	25.214.006
Variação do Perímetro (Nota 5)	100.150	
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período (Nota 4)	7.507.699	18.006.246
Variação de Caixa e Seus Equivalentes	(10.398.397)	(2.096.130)

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

RUBRICAS	31/12/2012	31/12/2011
Numerário	147.923	349.572
DISPONIBILIDADES CONSTANTES DO BALANÇO	7.507.699	18.006.246

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Takeshi Numa; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Toyota Caetano Portugal, S.A. ("Toyota Caetano" ou "Empresa") é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia e encabeça um Grupo ("Grupo Toyota Caetano" ou "Grupo"), cujas empresas exercem, sobretudo, atividades económicas inseridas no ramo automóvel, nomeadamente, a importação, montagem e comercialização de automóveis ligeiros e pesados, a indústria de autocarros, a comercialização e aluguer de equipamento industrial de movimentação de cargas, a comercialização de peças para veículos, bem como a correspondente assistência técnica.

O Grupo Toyota Caetano exerce a sua atividade essencialmente em Portugal e em Cabo Verde.

As ações da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde outubro de 1987.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (com arredondamento à unidade), dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera. As operações estrangeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o referido no ponto 2.2.c).

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Toyota Caetano e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS" – International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS"), emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas, respetivamente, pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e pelo Standing Interpretation Committee ("SIC"), que tenham sido adotadas pela União Europeia, em vigor para os exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2012.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o princípio do custo histórico e, no caso de alguns instrumentos financeiros, do justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4).

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ("endorsed") pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012, foram adotadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

A) NORMAS E INTERPRETAÇÕES QUE SE TORNARAM DE APLICAÇÃO EFETIVA A 1 DE JANEIRO DE 2011:

(i) Normas:

- IFRS 7 (alteração), 'Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferência de ativos financeiros (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2011). Esta alteração à IFRS 7 refere-se às exigências de divulgação a efetuar relativamente a ativos financeiros transferidos para terceiros mas não desconhecidos do balanço por a entidade manter obrigações associadas ou envolvimento continuado. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.

As normas identificadas abaixo, são de aplicação obrigatória pelo IASB, para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2012, no entanto, a sua aplicação não foi efetuada por ainda estar pendente da adoção pela União Europeia:

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

- **IAS 12** (alteração), 'Impostos sobre o rendimento'. Esta alteração requer que uma Entidade mensure os impostos diferidos relacionados com ativos dependendo se a Entidade estima recuperar o valor líquido do ativo através do uso ou da venda, exceto para as propriedades de investimento mensuradas de acordo com o modelo do justo valor. Esta alteração incorpora na IAS 12 os princípios incluídos na SIC 21, a qual é revogada. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade, na medida que a entidade estima recuperar o valor líquido dos seus ativos através do uso, sendo que a determinação do valor dos impostos diferidos já tinha em conta esta expectativa.
- **IFRS 1** (alteração), 'Adoção pela primeira vez das IFRS'. Esta alteração visa incluir uma isenção específica para as entidades que operavam anteriormente em economias hiperinflacionárias, e adotam pela primeira vez as IFRS. A isenção permite a uma Entidade optar por mensurar determinados ativos e passivos ao justo valor e utilizar o justo valor como "custo considerado" na demonstração da posição financeira de abertura para as IFRS. Outra alteração introduzida refere-se à substituição das referências a datas específicas por "data da transição para as IFRS" nas exceções à aplicação retrospectiva da IFRS. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.

B) NOVAS NORMAS E ALTERAÇÕES A NORMAS EXISTENTES, QUE APESAR DE JÁ ESTAREM PUBLICADAS, A SUA APLICAÇÃO APENAS É OBRIGATÓRIA PARA PERÍODOS ANUAIS QUE SE INICIEM A PARTIR DE 1 DE JULHO DE 2012 OU EM DATA POSTERIOR:

(I) NORMAS:

- **IAS 1** (alteração), 'Apresentação de demonstrações financeiras" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2012). Esta alteração requer que as Entidades apresentem de forma separada os itens contabilizados como Outros rendimentos integrais, consoante estes possam ser reciclados ou não no futuro por resultados do exercício e o respetivo impacto fiscal, se os itens forem apresentados antes de impostos. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.
- **IAS 19** (revisão 2011), 'Benefícios aos empregados' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta revisão introduz diferenças significativas no reconhecimento e mensuração dos gastos com benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego, bem como nas divulgações a efetuar para todos os benefícios concedidos aos empregados. Os desvios atuariais passam a ser reconhecidos de imediato e apenas nos "Outros rendimentos integrais (não é permitido o método do corredor). O custo financeiro dos planos com fundo constituído é calculado na base líquida da responsabilidade não fundeada. Os Benefícios de cessação de emprego apenas qualificam como tal se não existir qualquer obrigação do empregado prestar serviço futuro. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

Melhoria anual das normas 2009-2011, a aplicar maioritariamente para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013. Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. O processo de melhoria anual de 2011 afeta as normas: IFRS 1, IAS 1, IAS 16, IAS 32 e IAS 34. Estas melhorias foram adotadas pela Entidade, quando aplicáveis.

- **IFRS 10** (novo), 'Demonstrações financeiras consolidadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). A IFRS 10 substitui todos os princípios associados ao controlo e consolidação incluídos na IAS 27 e SIC 12, alterando a definição de controlo e os critérios aplicados para determinar o controlo. O princípio base de que o consolidado apresenta a empresa mãe e as subsidiárias como uma entidade única mantém-se inalterado. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.
- **IFRS 11** (novo), 'Acordos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). A IFRS 11 centra-se nos direitos e obrigações dos acordos conjuntos em vez da forma legal. Acordos conjuntos podem ser Operações conjuntas (direitos sobre ativos e obrigações) ou Empreendimentos conjuntos (direitos sobre o ativo líquido por aplicação do método da equivalência patrimonial). A consolidação proporcional deixa de ser permitida na mensuração de Entidades conjuntamente controladas. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

- **IFRS 12 (novo)** – ‘Divulgação de interesses em outras entidades’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma estabelece os requisitos de divulgação para todos os tipos de interesses em outras entidades, incluindo empreendimentos conjuntos, associadas e entidades de fim específico, de forma a avaliar a natureza, o risco e os impactos financeiros associados ao interesse da Entidade. Uma Entidade pode efetuar algumas ou todas as divulgações antecipadamente sem que tenha de aplicar a IFRS 12 na sua totalidade ou as IFRS 10 e 11 e as IAS 27 e 28. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.
- **Alteração IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12** – ‘Regime de transição’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta alteração clarifica que, quando da aplicação da IFRS 10 resulte um tratamento contabilístico de um investimento financeiro diferente do seguido anteriormente, de acordo com a IAS 27/SIC 12, os comparativos têm de ser reexpressos, e as diferenças apuradas, à data de início do período comparativo, são reconhecidas no capital próprio. As divulgações exigidas pela IFRS 12 aplicam-se também ao período comparativo. A Entidade aplicará esta alteração no exercício em que a mesma se tornar efetiva.
- **IFRS 13 (novo)** – ‘Justo valor: mensuração e divulgação’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. A IFRS 13 tem como objetivo aumentar a consistência, ao estabelecer uma definição de justo valor e constituir a única base dos requisitos de mensuração e divulgação do justo valor a aplicar de forma transversal por todas as IFRSs. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.
- **IAS 27 (revisão 2011)** ‘Demonstrações financeiras separadas’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. A IAS 27 foi revista após a emissão da IFRS 10 e contém os requisitos de contabilização e divulgação para investimentos em subsidiárias, e empreendimentos conjuntos e associadas quando uma Entidade prepara demonstrações financeiras separadas. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.
- **IAS 28 (revisão 2011)** ‘Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). A IAS 28 foi revista após a emissão da IFRS 11 passando a incluir no seu âmbito o tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, e estabelecendo os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.
- **IFRS 7 (alteração)**, ‘Divulgações – compensação de ativos e passivos financeiros’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração é parte do projeto de “compensação de ativos e passivos” do IASB e introduz novos requisitos de divulgação sobre os direitos de compensação (de ativos e passivos) não contabilizados, os ativos e passivos compensados e o efeito destas compensações na exposição ao risco de crédito. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.
- **IFRS 1 (alteração)** ‘Adoção pela primeira vez das IFRS – Empréstimos do governo’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração visa esclarecer como é que as entidades que adotam as IFRS pela primeira vez devem contabilizar um empréstimo do governo com uma taxa de juro inferior à taxa de mercado. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Entidade por já aplicar as IFRS.
- **IAS 32 (alteração)** ‘Compensação de ativos e passivos financeiros’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração é parte do projeto de “compensação de ativos e passivos” do IASB a qual clarifica a expressão “deter atualmente o direito legal de compensação” e clarifica que alguns sistemas de regularização pelos montantes brutos (câmaras de compensação) podem ser equivalentes à compensação por montantes líquidos. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

- IFRS 9 (novo), 'Instrumentos financeiros – classificação e mensuração' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2015). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. A IFRS 9 refere-se à primeira parte da nova norma sobre instrumentos financeiros e prevê duas categorias de mensuração: o custo amortizado e o justo valor. Todos os instrumentos de capital são mensurados ao justo valor. Um instrumento financeiro é mensurado ao custo amortizado apenas quando a Entidade o detém para receber os cash-flows contratuais e os cash-flows representam o nominal e juros. Caso contrário os instrumentos financeiros, são valorizados ao justo valor por via de resultados. A Entidade aplicará a IFRS 9 no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

(II) INTERPRETAÇÕES:

- IFRIC 20 (nova), 'Custos de remoção na fase de produção de uma mina de superfície' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta interpretação está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta interpretação refere-se ao registo dos custos de remoção de resíduos na fase inicial de uma mina de superfície, como um ativo, considerando que a remoção dos resíduos gera dois benefícios potenciais: a extração imediata de recursos minerais e a abertura de acesso a quantidade adicionais de recursos minerais a extrair no futuro. É previsível que a interpretação não terá impacto nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de gastos e rendimentos durante o período de reporte. Contudo, todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram baseadas no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

2.2. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

São os seguintes os princípios de consolidação adotados pelo Grupo:

A) INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM EMPRESAS DO GRUPO

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas ou Sócios e detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração consolidada dos resultados por naturezas, na rubrica "Interesses não controlados". As empresas do Grupo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

Quando os prejuízos atribuíveis aos acionistas minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, os minoritários absorvem esse excesso.

Para as concentrações empresariais anteriores a 2010 foi utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias. O custo de uma aquisição corresponderá ao justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial corresponderão inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados. A diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor da parcela do Grupo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registada como *Goodwill*. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração Consolidada dos Resultados.

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

Para as concentrações de atividades empresariais ocorridas após 1 de janeiro de 2010 o Grupo aplicou a IFRS 3 revista. Segunda esta norma revista o método da compra continua a ser aplicado nas concentrações de atividades, com algumas alterações significativas:

(i) os montantes que compõem o preço de compra são valorizados ao justo valor, existindo a opção, de transação a transação, mensurar os “interesses não controlados” pela proporção do valor dos ativos líquidos da entidade adquirida ou ao justo valor dos ativos e passivos adquiridos.

(ii) os custos associados à aquisição são registados como gastos

Igualmente foi aplicada desde 1 de janeiro de 2010 a IAS 27 revista, a qual exige que todas as transações com os interesses não controlados sejam registadas no Capital Próprio, quando não há alteração no controlo sobre a Entidade, não havendo lugar ao registo de *goodwill* ou ganhos ou perdas. Quando há perda do controlo exercido sobre a entidade, qualquer interesse remanescente sobre a entidade é remensurado ao justo valor, e um ganho ou perda é reconhecido nos resultados do exercício.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas com as usadas pelo Grupo. As transações, as margens geradas entre empresas do Grupo, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

B) INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM EMPRESAS ASSOCIADAS

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das Empresas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição e anualmente ajustadas pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício, bem como pelos dividendos recebidos e outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como *goodwill* e mantidas no valor da rubrica “*Goodwill*” (Nota 8). Se essas diferenças forem negativas são registadas como um ganho do período na rubrica da demonstração dos resultados “Resultados relativos a empresas associadas”, após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se confirmem. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, sendo nesses casos registada uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

Os ganhos não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento financeiro nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto que não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o Grupo não detinha investimentos financeiros em empresas associadas.

C) CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ENTIDADES ESTRANGEIRAS

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data da demonstração da posição financeira, e os gastos e os rendimentos bem como os fluxos de caixa são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial gerada após 1 de janeiro de 2004 é registada no capital próprio na rubrica “Reservas de conversão”. As diferenças cambiais acumuladas geradas até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida da rubrica do capital próprio “Outras reservas”.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

Nos exercícios de 2012 e 2011, as cotações utilizadas na conversão para Euros das contas das filiais estrangeiras foram as seguintes:

31/12/2012	MOEDA	CÂMBIO FINAL 2012	CÂMBIO HISTÓRICO MÉDIO 2012	CÂMBIO DATA CONSTITUIÇÃO	CÂMBIO FINAL 2011
Caetano Auto CV, S.A.	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
Aplicabilidade		Contas Balanço exceto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados

31/12/2011	MOEDA	CÂMBIO FINAL 2011	CÂMBIO HISTÓRICO MÉDIO 2011	CÂMBIO DATA CONSTITUIÇÃO	CÂMBIO FINAL 2010
Caetano Auto CV, S.A.	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
Aplicabilidade		Contas Balanço exceto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados

2.3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Os principais critérios valorimétricos usados pelo Grupo Toyota Caetano na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

A) ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao seu “deemed cost”, o qual corresponde ao seu custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (e nos países das respetivas subsidiárias do Grupo) até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas.

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica “Provisões e perdas por imparidade” da demonstração dos resultados.

As amortizações são calculadas a partir do momento em que os bens estejam em condições de utilização, pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

- Edifícios e outras construções	20 - 50
- Equipamento básico	7 - 16
- Equipamento de transporte	4 - 5
- Ferramentas e utensílios	4 - 14
- Equipamento administrativo	3 - 14
- Outros ativos tangíveis	4 - 8

As despesas com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são consideradas como gasto no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativo tangível ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são transferidos para ativos fixos tangíveis e amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração consolidada dos resultados como “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

B) ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o Grupo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas como gasto na demonstração consolidada dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto na demonstração consolidada dos resultados do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis são amortizados, pelo método das quotas constantes, durante um período de três a cinco anos.

As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Amortizações e depreciações”.

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

C) PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento, que correspondem a ativos imobiliários detidos para obtenção de rendimento através do seu arrendamento ou para valorização do capital, e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos, são registadas ao custo de aquisição, sendo o respetivo justo valor objeto de divulgação (Nota 7).

Sempre que o justo valor destes ativos se revele inferior ao seu respetivo custo de aquisição é registada uma perda de imparidade no exercício em que esta é estimada, por contrapartida da rubrica “Provisões e perdas por imparidade” na demonstração consolidada dos resultados. No momento em que as perdas por imparidade acumuladas registadas se deixem de verificar, são imediatamente revertidas por contrapartida da rubrica “Outros rendimentos operacionais” na demonstração consolidada dos resultados até ao limite do montante que teria sido determinado, líquido de amortizações ou depreciações, se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

O justo valor das propriedades de investimento que é objeto de divulgação foi determinado com base em avaliações imobiliárias efetuadas por entidade especializada independente – American Appraisal (modelos do Método de mercado, Método do custo, Método do rendimento e Método do uso), reportadas ao exercício de 2012.

D) LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível e as correspondentes responsabilidades são registadas como locações financeiras. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital, sendo os encargos financeiros imputados aos exercícios durante o prazo de locação, tendo em consideração uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, sendo o ativo fixo tangível amortizado conforme descrito na Nota 2.3.a), exceto se o prazo de locação for mais curto do que a vida útil estimada.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração consolidada dos resultados do exercício a que respeitam (Nota 35).

E) INVENTÁRIOS

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.

Os produtos acabados e intermédios bem como os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra direta, gastos gerais de fabrico e serviços executados no exterior.

As perdas de imparidade acumuladas para depreciação de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários.

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

F) SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS OU DE OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Subsídios não reembolsáveis

Os subsídios e participações recebidos a fundo perdido, para financiamento de ativos fixos tangíveis, são registados, apenas quando existe uma garantia razoável de recebimento, nas rubricas “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes” sendo reconhecidos como ganho na demonstração consolidada dos resultados proporcionalmente às amortizações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

Os subsídios relacionados com gastos incorridos são registados como ganho na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que a empresa já tenha incorrido nos gastos subsidiados e que cumpram com as condições exigidas para a sua concessão.

Subsídios reembolsáveis

O benefício de um financiamento governamental com uma taxa de juro inferior à do mercado é tratado como um subsídio governamental. O empréstimo deve ser reconhecido e aferido em conformidade com a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O benefício da taxa de juro inferior à do mercado deve ser medido como a diferença entre a quantia escriturada inicial do empréstimo determinada em conformidade com a IAS 39 e os proventos recebidos. O benefício é contabilizado em conformidade com a IAS 20. A entidade deve ter em conta as condições e obrigações que foram, ou devem ser, satisfeitas ao identificar os custos que o benefício do empréstimo visa compensar.

G) IMPARIDADE DE ATIVOS

Ativos não correntes exceto Goodwill

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos do Grupo à data de cada demonstração da posição financeira e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para ativos detidos para alienação), é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos operacionais”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Goodwill

O valor do Goodwill não é amortizado sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. A quantia recuperável é determinada com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo. As perdas por imparidade do Goodwill são registadas na demonstração de resultados do exercício em que a perda é constatada na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”.

As perdas por imparidade relativas a Goodwill não podem ser revertidas.

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

H) ENCARGOS FINANCEIROS

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos (juros, prémios, custos acessórios e juros de locações financeiras) são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, exceto se esses encargos estiverem diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos, caso em que são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando o ativo se encontra pronto a ser utilizado ou quando o projeto se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

I) PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado, sempre que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data (Nota 24).

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

J) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

i) Investimentos

O Grupo classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos financeiros disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

INVESTIMENTOS REGISTADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos financeiros derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se forem designados para efeitos de contabilidade de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o Grupo Toyota Caetano não detinha instrumentos financeiros inseridos nas categorias "ativos financeiros detidos para negociação" e "instrumentos registados ao justo valor através de resultados".

INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ AO VENCIMENTO

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento. Estes investimentos são classificados como Ativos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

INVESTIMENTOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo Toyota Caetano detinha Unidades de Participação do Cimóvel - Fundo de Investimento Imobiliários Fechado (Nota 9).

JUSTO VALOR DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. Um mercado é considerado ativo se existirem preços cotados fácil e regularmente disponíveis através de trocas, corretagem ou agências reguladoras, e se esses preços representarem transações atuais e regulares ocorridas em mercado em livre concorrência. No caso de não existir um mercado ativo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado (ex: modelos de fluxos de caixa descontados que incorporam curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado, no caso de instrumentos financeiros derivados).

Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os "investimentos registados ao justo valor através de resultados". Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os "investimentos financeiros disponíveis para venda" e os "investimentos registados ao justo valor através de resultados" são posteriormente mantidos ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data de demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os "investimentos financeiros disponíveis para venda" representativos de partes de capital em ações de empresas não cotadas são registados ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica "Reservas de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que o Grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os "investimentos registados ao justo valor através de resultados". Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os "investimentos financeiros disponíveis para venda" e os "investimentos registados ao justo valor através de resultados" são posteriormente mantidos ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data de demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os "Investimentos detidos até à maturidade" são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos "Investimentos registados ao justo valor através de resultados" são registados na demonstração dos resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

venda, são reconhecidos no capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor” até ao investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

O justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/ líquido (investimentos não cotados), o Grupo regista ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho do mercado bolsista onde os mesmos são transacionados, à data da demonstração da posição financeira.

O Grupo efetua avaliações à data de cada demonstração da posição financeira sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para ‘Investimentos financeiros disponíveis para venda’, as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração dos resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração dos resultados.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira.

Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

ii) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros que não vençam juros são mensuradas ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade para que as mesmas reflitam o seu valor presente realizável líquido. Todavia, estes montantes não se encontram descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

As dívidas de terceiros que vençam juros (nomeadamente as respeitantes a vendas de viaturas a prestações) são registadas no ativo pelo seu valor total, sendo a parcela respeitante aos juros registada no passivo, como um proveito diferido e reconhecida na demonstração dos resultados em função do seu vencimento.

Evidência de existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos nos pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para as dívidas a receber, o Grupo utiliza informação histórica e informação dos seus departamentos de controlo de crédito e jurídico, que lhe permitem efetuar uma estimativa dos montantes em imparidade.

iii) Financiamentos

Os financiamentos são registados no passivo pelo seu valor nominal deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

iv) Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros que não vençam juros são mensuradas ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade para que as mesmas reflitam o seu valor presente realizável líquido. Todavia, estes montantes não se encontram descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

v) Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de reduzir a sua exposição a esses riscos. Os instrumentos financeiros derivados normalmente utilizados correspondem a “Swaps” de taxa de juro e “forwards” cambiais e visam a cobertura do risco de variação da taxa de juro em financiamentos obtidos e variações da taxa de câmbio em transações futuras em moeda estrangeira.

Os derivados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor à data em que é tomada parte nas suas disposições contratuais, e mensurados subsequentemente ao seu justo valor. O método pelo qual se reconhecem as variações de justo valor depende da designação (ou não) desse derivado como instrumento de cobertura e, no caso de estar designado, da natureza do item coberto.

Para cada transação, e aquando da sua origem, o grupo prepara documentação que justifique a relação entre o instrumento de cobertura e o item coberto, assim como o objetivo de gestão de risco e a estratégia para a transação de cobertura. O grupo documenta também, quer à data de negociação da cobertura, quer numa base contínua, a sua análise da eficácia com que o instrumento de cobertura compensa as variações do justo valor, ou dos fluxos de caixa dos instrumentos cobertos. De acordo com a IAS 39, o justo valor dos derivados do tipo opção é separado no seu valor intrínseco e no seu valor temporal, dado que apenas o valor intrínseco destes instrumentos pode ser designado como instrumento de cobertura. Assim, os testes de eficácia dos derivados do tipo opção incluem apenas o valor intrínseco destes instrumentos.

O justo valor dos derivados contratados para efeitos de cobertura é apresentado na Nota 25. Os movimentos na reserva de cobertura são apresentados na demonstração consolidada de alterações no capital próprio. A totalidade do justo valor de um derivado de cobertura é classificada como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade residual do instrumento coberto é maior do que 12 meses, e como um ativo ou passivo corrente quando esta é menor do que 12 meses. Derivados de negociação são classificados como ativos ou passivos correntes.

Os instrumentos derivados, em relação aos quais a empresa aplicou “hedge accounting”, são registados inicialmente pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, e posteriormente reavaliados ao justo valor, sendo as variações deste registadas em “Reservas de Justo Valor”, no caso de cobertura de fluxos de caixa e em Resultados do exercício no caso de cobertura de justo valor.

Os instrumentos derivados, em relação aos quais a empresa não aplicou “hedge accounting”, embora tenham sido contratados com objetivos de cobertura económica, são registados inicialmente pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de avaliações efetuadas pelas entidades bancárias com quem o Grupo celebra os respetivos contratos, afetam diretamente as rubricas de Resultados financeiros da demonstração consolidada dos resultados.

vi) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

K) COMPLEMENTOS DE REFORMA (PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS E PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA)

O Grupo Toyota Caetano constituiu, em conjunto com outras entidades (“Associados”) por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988, o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de janeiro de 1994, em 29 de dezembro de 1995 e em 23 de dezembro de 2002.

Este Fundo de Pensões constituído prevê, enquanto o Grupo Toyota Caetano mantivesse a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que a generalidade dos trabalhadores pudesse vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições, configurando um plano de benefícios definidos. Para cobrir estas responsabilidades, encontra-se constituído um Fundo Autónimo (o qual é gerido pela ESAF – Espírito Santo Ativos Financeiros, S.A.).

Entretanto, na sequência de pedido de alteração ao funcionamento daquelas compensações, solicitado ao ISP – Instituto de Seguros de Portugal, este Plano de Benefícios Definidos passou a abranger, a partir de 1 de janeiro de 2008, apenas os atuais reformados, os ex-funcionários do Grupo Toyota Caetano com “pensões diferidas” e os atuais funcionários e quadros do Grupo com mais de 50 anos de idade e pelo menos 15 anos ao serviço do Grupo.

Adicionalmente, e na sequência das alterações acima referidas e introduzidas no exercício de 2008 em conformidade com autorização do ISP – Instituto de Seguros de Portugal, uma parte dos funcionários do Grupo Toyota Caetano que estava anteriormente abrangido pelo Plano de Benefícios Definidos acima referido, deixou de beneficiar daquele Plano e passou a beneficiar de um Plano de Contribuição Definida. Relativamente a este Plano de Contribuição Definida, o Grupo Toyota Caetano (através dos associados que fazem parte daquele Plano) efetua contribuições para um Fundo Autónimo (igualmente gerido pela ESAF – Espírito Santo Ativos Financeiros, S.A.) correspondentes a 3 % da massa salarial anual de cada um dos respetivos beneficiários.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, o Grupo segue o procedimento de obter anualmente cálculos atuariais dessas responsabilidades determinadas de acordo com o “Projected Unit Credit Method”.

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data da demonstração da posição financeira representam o valor presente dos benefícios futuros deduzido do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões (Nota 23). A este propósito, refira-se que o Grupo não adota o método do “Corridor”, reconhecendo a totalidade dos ganhos.

L) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, sendo os mesmos divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo mas divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas quando é provável a existência de benefício económico futuro.

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

M) IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Com exceção da Companhia Administradora Imobiliária São Bernardo e da Movicargo, os impostos sobre o rendimento do exercício são calculados com base no Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS"), o qual inclui as empresas do Grupo Toyota Caetano com sede em Portugal:

- Consolidado Fiscal Toyota Caetano Portugal: Toyota Caetano Portugal, Caetano Renting, Caetano Components, Saltano e Caetano Auto;
- Consolidado Fiscal Auto Partner: Caetano Retail (Norte) II SGPS, Auto Partner - Comércio Automóvel, Caetano Colisão (Norte).

Para a única empresa do Grupo Toyota Caetano com sede no estrangeiro (Caetano Auto Cabo Verde), a tributação é efetuada numa base individual e em conformidade com a legislação aplicável.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de *goodwill* ou do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não através de operações de concentração empresarial. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

N) ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS E RÉDITO

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes".

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido, são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Administração das empresas do Grupo.

O rédito é reconhecido líquido de impostos e descontos comerciais, pelo justo valor do montante recebido ou a receber, sendo que:

- O rédito da venda é reconhecido na demonstração dos resultados quando parte significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos seja transferida para o comprador, seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo Toyota Caetano Portugal e que o montante dos referidos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado;
- O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período de contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

O) CLASSIFICAÇÃO DE DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes, sendo igualmente incluídos nestas rubricas os ativos e os passivos por impostos diferidos.

P) SALDOS E TRANSAÇÕES EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações da posição financeira. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como ganhos e gastos na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

Q) INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio e geográficos aplicáveis ao Grupo.

A informação relativa ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 28.

R) ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente, devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor, deduzido de custos com a sua venda.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não existiam ativos não correntes detidos para venda e que cumpram com os requisitos e condições acima referidos.

S) EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

2.4. JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração do Grupo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos tangíveis e intangíveis;
- b) Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões;
- c) Testes de imparidade realizados ao *goodwill*;
- d) Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados; e
- e) Apuramento das responsabilidades com complementos de reforma.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

2.5 POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco do Grupo é essencialmente controlada pelo departamento financeiro da Toyota Caetano, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam o risco de taxa de juro e o risco de crédito.

i) Risco de taxa de câmbio

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo opera internacionalmente e detém uma subsidiária a operar em Cabo Verde. Por política do Grupo, é eleita uma moeda funcional por cada participada (Escudo de Cabo Verde, relativamente à subsidiária Caetano Auto Cabo Verde), correspondendo à moeda do seu ambiente económico principal e aquela que melhor representa a composição dos seus cash flows. O risco de taxa de câmbio resulta assim essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais. A Grupo recorre a instrumentos financeiros derivados (forwards cambiais), como forma de gestão do risco cambial.

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação (em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta situação não é aplicável a nenhuma subsidiária do Grupo).

O risco de taxa de câmbio associado à conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras, também denominado de risco contabilístico, traduz o potencial de alteração da situação líquida da Empresa-mãe por força da necessidade de converter as demonstrações financeiras das participadas no exterior.

Conforme mencionado na Nota 2.2 c), os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data de demonstração da posição financeira e os gastos e ganhos dessas demonstrações financeiras são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do exercício. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica "Reservas de conversão".

O montante de ativos e passivos (em Euros) do Grupo registados em moeda diferente do Euro, pode ser resumido como se segue:

	ATIVOS		PASSIVOS	
	DEZ-12	DEZ-11	DEZ-12	DEZ-11
Escudo de Cabo Verde (CVE)	7.396.636	6.854.306	1.426.606	741.638
Libra Esterlina (GBP)	302.278	338.654	-	751
Coroa dinamarquesa (DKK)	146.150	-	-	-
Coroa Norueguesa (NOK)	1.918	-	-	-
Coroa Sueca (SEK)	55.732	37.550	-	-
Yene Japonês (JPY)	-	-	39.216	732.429
Dólar Americano (USD)	-	-	-	(298)

A sensibilidade do Grupo a variações da taxa de câmbio pode ser resumida como se segue (aumentos/diminuições):

	VARIAÇÃO	DEZ-12		DEZ-11	
		RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO
Escudo de Cabo Verde (CVE)	5%	(7.495)	298.502	9.892	305.633
Libra Esterlina (GBP)	5%	15.114	-	16.895	-
Coroa dinamarquesa (DKK)	5%	7.307	-	-	-
Coroa Norueguesa (NOK)	5%	96	-	-	-
Coroa Sueca (SEK)	5%	2.787	-	1.878	-
Yene Japonês (JPY)	5%	(1.961)	-	(34.669)	-
Dólar Americano (USD)	5%	-	-	15	-

ii) Risco de preço

O Grupo está exposto a alterações dos preços das matérias-primas utilizadas nos seus processos de produção, nomeadamente das componentes automóveis. No entanto, tendo em conta que a aquisição de matérias-primas não está de acordo com um preço cotado em bolsa ou formado em mercados voláteis, este risco de preço não é significativo.

O Grupo Toyota Caetano, durante os exercícios de 2012 e 2011, esteve exposto ao risco de variação de preço dos "Investimentos financeiros disponíveis para venda". Aquela rubrica é composta em 31 de dezembro de 2012 e 2011 unicamente por Unidades de Participação do Címovel - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado. Em virtude de aqueles instrumentos financeiros estarem classificados como "Investimentos financeiros disponíveis para venda", o efeito

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

de alterações no respetivo justo valor é reconhecido de acordo com os princípios descritos na Nota 2.3.j) para aquele tipo de instrumento financeiro.

A sensibilidade do Grupo a variações da cotação nos referidos Investimentos financeiros disponíveis para venda pode ser resumida como se segue (aumentos/diminuições):

	VARIAÇÃO	DEZ-12		DEZ-11	
		RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO
FUNDO CIMOVEL	10%	-	311.640	-	302.834
FUNDO CIMOVEL	-10%	-	(311.640)	-	(302.834)

iii) Risco de taxa de juro

O endividamento do Grupo encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio do Grupo não é significativo pelo efeito dos seguintes fatores: (i) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge"); e (ii) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Conselho de Administração da Toyota Caetano aprova os termos e condições dos financiamentos, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixa/variável) e, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, é responsável pela decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro abaixo descrita foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros existentes à data da demonstração da posição financeira. Para os passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- ⟨i⟩ A taxa de juro efetiva é superior em 1 p.p. face à taxa de juro suportada;
- ⟨ii⟩ A base utilizada para o cálculo foi o financiamento do Grupo no final do exercício;
- ⟨iii⟩ Manutenção dos spreads negociados.

As análises de sensibilidade pressupõem a manipulação de uma variável, mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar relacionadas.

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

A sensibilidade do Grupo a variações de taxas de juro nos referidos instrumentos financeiros pode ser resumida como se segue (aumentos/diminuições):

	VARIAÇÃO	DEZ-12		DEZ-11	
		RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO
Empréstimos - mútuo	1 p.p	115.789	-	-	-
Contas correntes caucionadas	1 p.p	-	-	139.700	-
Descobertos Bancários	1 p.p	2.197	-	69.000	-
Papel Comercial	1 p.p	210.000	-	421.000	-
TOTAL		327.987	-	629.700	-
Empréstimos - mútuo	<1 p.p)	<(115.789)	-	-	-
Contas correntes caucionadas	<1 p.p)	-	-	-139.700	-
Descobertos Bancários	<1 p.p)	<(2.197)	-	-69.000	-
Papel Comercial	<1 p.p)	<(210.000)	-	-421.000	-
TOTAL		<(327.987)	-	-629.700	-

A análise acima não entra em consideração com o efeito de instrumentos financeiros derivados de cobertura contratados pelo Grupo para fazer face a variações na taxa de juro (Nota 25).

iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações nos prazos definidos e a um preço razoável.

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez no Grupo Toyota Caetano tem por objetivo:

- <i> Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;
- <ii> Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- <iii> Eficiência financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Todo e qualquer excedente de liquidez existente no Grupo é aplicado na amortização de dívida de curto prazo, de acordo com critérios de razoabilidade económico-financeira.

No quadro seguinte pode verificar a maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

DEZ-12	MENOS DE 1 ANO	ENTRE 1 A 2 ANOS	ENTRE 2 E 4 ANOS	MAIS DE 4 ANOS	TOTAL
Financiamentos obtidos	24.991.635	3.314.566	5.026.116	7.102.011	40.434.328
Fornecedores	18.105.176	-	-	-	18.105.176
Outras dívidas a terceiros	2.445.622	-	-	-	2.445.622
	45.542.433	3.314.566	5.026.116	7.102.011	60.985.126

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o Grupo apresenta um endividamento líquido de 32.926.629 Euros e 53.755.988 Euros, respetivamente, divididos entre financiamentos correntes e não correntes (Nota 18) e caixa e equivalentes de caixa (Nota 15) contratados junto de diversas instituições.

v) Risco de capital

O objetivo primordial da Administração é assegurar a continuidade das operações, proporcionando uma adequada remuneração aos acionistas e os correspondentes benefícios aos restantes stakeholders da empresa. Para a prossecução deste objetivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura ótima dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo. No sentido de manter ou ajustar a estrutura de capitais considerada adequada, a Administração pode propor à Assembleia Geral dos acionistas as medidas consideradas necessárias.

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio e a assegurar a continuidade e expansão. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida/(dívida remunerada líquida+capital próprio)).

	DEZ-12	DEZ-11
Financiamento obtido	40.434.328	71.762.234
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.507.699	18.006.246
Endividamento líquido	32.926.629	53.755.988
Capital Próprio	129.235.390	132.123.815
Rácio de alavancagem financeira	20,3%	28,9%

O gearing permanece dentro de níveis aceitáveis, conforme estabelecidos pela gestão.

vi) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando em perdas para o Grupo.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua atividade operacional. Antes de aceitar novos clientes, a Empresa obtém informação de agências de avaliação de crédito e efetua análises internas de risco de cobrança através de departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e gestão de processos em contencioso, atribuindo limites de crédito por cliente, com base na informação recolhida.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do Grupo. Este risco é monitorizado de forma regular, sendo que o objetivo da gestão é (i) limitar o crédito concedido a clientes, considerando prazos médios de recebimento de clientes, grupos homogêneos de clientes e individualmente por cliente, (ii) monitorizar a evolução do nível de crédito concedido e (iii) efetuar análises de imparidade aos montantes a receber numa base regular. O Grupo obtém garantias de crédito, sempre que a situação financeira de um cliente assim o recomende.

Com efeito, relativamente aos clientes que representam concessionários e reparadores automóveis, o Grupo exige a obtenção de garantias bancárias "on first demand", cujo montante, em 31 de dezembro de 2012 era de, aproximadamente, 8.259.965 Euros (9.413.462 em 31 de dezembro de 2011), que quando ultrapassado, implica a cessação dos fornecimentos (Nota 10).

As imparidades de contas a receber são calculadas tomando em consideração (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 encontram-se divulgados na Nota 24.

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o Grupo considera que não existe a necessidade de perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de uma forma resumida, na Nota 24.

O montante relativo a clientes e outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, CORREÇÃO DE ERROS E ALTERAÇÕES DE ESTIMATIVAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

4. EMPRESAS DO GRUPO INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As Empresas do Grupo incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral e a respetiva proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, são como se segue:

EMPRESAS	PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO EFETIVA	
	DEZ-12	DEZ-11
Toyota Caetano Portugal, S.A.	Empresa Mãe	
Saltano - Investimentos e Gestão (SGPS), S.A.	99,98%	99,98%
Caetano Components, S.A.	99,98%	99,98%
Caetano Auto CV, S.A.	81,24%	81,24%
Caetano Renting, S.A.	99,98%	99,98%
Caetano - Auto, S.A.	98,39%	98,39%
Caetano Retail (Norte) II SGPS, S.A.	49,20%	49,20%
Auto Partner - Comércio de Automóveis, S.A.	49,20%	49,20%
Caetano Colisão (Norte), S.A.	49,20%	49,20%
Movicargo - Movimentação Industrial, Lda.	100,00%	100,00%
Caisb - Companhia Administradora Imobiliária São Bernardo, S.A.	98,39%	-

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, conforme estabelecido pelo IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e individuais” (controlo da subsidiária através da maioria dos direitos de voto, ou de outro mecanismo, sendo titular de capital da empresa).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, verificou-se uma alteração da composição do perímetro de consolidação, derivada da aquisição da Caisb - Companhia Administradora Imobiliária São Bernardo, S.A..

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

31-12-2012	PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	TRESPASSES	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Ativo bruto:					
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2011	140.816	81.485	2.016.656	594	2.239.551
Adições	-	-	-	594	594
Saldo final em 31 de dezembro de 2012	140.816	81.485	2.016.656	1.188	2.240.145
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2011	71.519	81.485	1.180.059	-	1.333.063
Amortização do exercício	23.295	-	148.330	-	171.625
Alienações, abates e transferências	(391)	-	-	-	(391)
Saldo final em 31 de dezembro de 2012	94.423	81.485	1.328.389	-	1.504.297
Valor líquido	46.393	-	688.267	1.188	735.848

31-12-2011	PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	TRESPASSES	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Ativo bruto:					
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2010	140.816	81.485	1.164.675	200.000	1.586.976
Adições	-	-	651.481	594	652.075
Transferências e abates	-	-	200.500	(200.000)	500
Saldo final em 31 de dezembro de 2011	140.816	81.485	2.016.656	594	2.239.551
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2010	47.604	81.485	1.144.086	-	1.273.175
Amortização do exercício	24.305	-	35.473	-	59.778
Alienações, abates e transferências	(390)	-	500	-	110
Saldo final em 31 de dezembro de 2011	71.519	81.485	1.180.059	-	1.333.063
Valor líquido	69.297	-	836.597	594	906.488

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

31-12-2012	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Ativo bruto:								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2011	14.632.311	86.773.405	59.873.383	56.300.601	7.702.379	4.163.309	2.675.056	232.120.444
Adições	-	1.239.511	413.569	19.976.871	29.473	21.517	675.001	22.355.942
Alienações e abates	(251.329)	(664.525)	(737.343)	(28.312.144)	(39.978)	(99.813)	(543.407)	(30.648.539)
Variações de perímetro	1.270.000	4.807.679	-	-	-	-	-	6.077.679
Transferências	986.537	164.063	1.090	531.704	-	-	(371.293)	1.312.101
Saldo final em 31 de dezembro de 2012	16.637.519	92.320.133	59.550.699	48.497.032	7.691.874	4.085.013	2.435.357	231.217.627
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2011	-	55.566.616	52.409.163	23.568.102	7.214.027	3.529.173	-	142.287.081
Depreciação do exercício	-	2.331.003	2.065.754	10.771.160	163.844	228.214	-	15.559.975
Alienações, abates e transferências	-	(73.219)	(598.010)	(9.296.903)	(34.574)	(93.572)	-	(10.096.278)
Saldo final em 31 de dezembro de 2012	-	57.824.400	53.876.907	25.042.359	7.343.297	3.663.815	-	147.750.778
VALOR LÍQUIDO	16.637.519	34.495.733	5.673.792	23.454.673	348.577	421.198	2.435.357	83.466.849

31-12-2011	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Ativo bruto:								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2010	16.215.089	87.181.644	59.512.044	58.358.847	7.719.612	4.197.971	1.441.337	234.626.544
Adições	101.250	991.915	851.503	27.667.008	120.511	55.878	1.349.519	31.137.584
Alienações e abates	(56.175)	(1.175.454)	(490.199)	(30.374.156)	(131.896)	(95.141)	-	(32.323.021)
Transferências	(1.627.853)	(224.700)	35	648.902	(5.848)	4.601	(115.800)	(1.320.663)
Saldo final em 31 de dezembro de 2011	14.632.311	86.773.405	59.873.383	56.300.601	7.702.379	4.163.309	2.675.056	232.120.444
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2010	-	54.507.624	50.353.072	20.822.436	7.119.409	3.380.675	-	136.183.216
Depreciação do exercício	-	2.716.850	2.453.112	12.160.048	215.932	238.223	-	17.784.165
Alienações, abates e transferências	-	(1.657.858)	(397.021)	(9.414.382)	(121.314)	(89.725)	-	(11.680.300)
Saldo final em 31 de dezembro de 2011	-	55.566.616	52.409.163	23.568.102	7.214.027	3.529.173	-	142.287.081
VALOR LÍQUIDO	14.632.311	31.206.789	7.464.220	32.732.499	488.352	634.136	2.675.056	89.833.363

Os movimentos registados na rubrica “Equipamento de transporte” referem-se essencialmente a viaturas e a máquinas de movimentação de carga (“Empilhadores”) ao serviço do Grupo, bem como para aluguer operacional a clientes.

A variação evidenciada na rubrica de variações de perímetro refere-se à incorporação no consolidado do imóvel detido pela CAISB na Avenida da República.

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

Durante o ano, o Grupo recorreu a entidades especializadas independentes de forma a determinar o justo valor de alguns dos seus Ativos Fixos Tangíveis para os quais, tendo em conta fatores internos e externos, existiam indícios de que poderiam estar escriturados por um valor superior ao seu justo valor.

A Administração entende que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor não irá originar perdas de imparidade, para além da perda já registada.

A 31 de dezembro de 2012, os bens utilizados em regime de locação financeira apresentam-se como segue:

DEZ-12	VALOR BRUTO	A. ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
Ativos Fixos Tangíveis	10.431.622	3.457.108	6.974.513

7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a rubrica “Propriedades de investimento” corresponde a ativos imobiliários detidos pelo Grupo que se encontram a gerar rendimento através do respetivo arrendamento ou para valorização. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição.

Em 2012, procedeu-se à apresentação de rendimentos de imóveis na rubrica de “Outros rendimentos operacionais” (Nota 32). Em 2011 estes rendimentos estavam refletidos na rubrica “Rendimentos e ganhos financeiros” (Nota 33).

Estes rendimentos ascenderam a 2.682.933 Euros no período findo em 31 de dezembro de 2012 (2.751.712 Euros em 31 de dezembro de 2011).

Adicionalmente, de acordo com avaliações externas reportadas a 31 de dezembro de 2012, efetuadas por entidades especializadas independentes, e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, o justo valor daquelas propriedades de investimento ascendia a, aproximadamente, 47 milhões de Euros.

A Administração entende que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor não irá originar perdas de imparidade, para além das perdas registadas em anos anteriores.

O detalhe dos ativos imobiliários registados na rubrica “Propriedades de Investimento” em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, pode ser detalhado como se segue:

IMÓVEL	LOCAL	VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR DE AVALIAÇÃO	VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR DE AVALIAÇÃO
Instalações Fabris	V.N. Gaia	854.709	9.048.000	965.663	9.121.000
Instalações Fabris	Carregado	6.190.974	20.928.000	6.285.496	21.026.000
Armazém industrial	V.N. Gaia	1.353.476	6.003.000	1.456.718	6.111.000
Instalações Comerciais	Vários locais	2.790.003	5.335.400	3.133.186	5.760.000
Terrenos não utilizados	Vários locais	3.525.476	4.446.000	3.955.357	4.633.000
Outros		1.288.147	1.247.000	1.317.537	1.327.000
		16.002.786	47.007.400	17.113.956	47.978.000

O justo valor das propriedades de investimento, que é objeto de divulgação em 31 de dezembro de 2012, foi determinado por avaliação imobiliária efetuada nos exercícios de 2012 e 2011 por uma entidade especializada independente – American Appraisal (modelos do Método de mercado, Método do custo, Método do rendimento e Método do uso).

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

O movimento da rubrica "Propriedades de investimento" em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foi como se segue:

31-12-2012

VALOR BRUTO	TERRENOS	EDIFÍCIOS	TOTAL
Saldo Inicial	9.813.893	32.576.383	42.390.276
Aumentos	107.000	10.220	117.220
Alienações e abates	(36.880)	(427.611)	(464.491)
Transferências	(500.000)	(208.435)	(708.435)
Saldo final	9.384.013	31.950.557	41.334.570

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	TERRENOS	EDIFÍCIOS	TOTAL
Saldo Inicial	-	25.276.320	25.276.320
Aumentos	-	531.566	531.566
Alienações e abates	-	(361.136)	(361.136)
Transferências	-	(114.966)	(114.966)
Saldo final	-	25.331.784	25.331.784

31-12-2011

VALOR BRUTO	TERRENOS	EDIFÍCIOS	TOTAL
Saldo Inicial	8.919.187	32.633.940	41.553.127
Transferências	894.706	(57.557)	837.149
Saldo final	9.813.893	32.576.383	42.390.276

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	TERRENOS	EDIFÍCIOS	TOTAL
Saldo Inicial	-	24.642.599	24.642.599
Aumentos	-	566.989	566.989
Transferências	-	66.732	66.732
Saldo final	-	25.276.320	25.276.320

8. GOODWILL

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não ocorreram quaisquer movimentos na rubrica "Goodwill".

A rubrica "Goodwill" diz integralmente respeito ao montante apurado na aquisição da filial Movicargo cuja atividade foi transferida para a empresa-mãe Toyota Caetano Portugal, S.A.

O Goodwill não é amortizado. São efetuados testes de imparidade ao valor do Goodwill com uma periodicidade anual.

Para efeitos da análise de imparidade, a quantia recuperável foi determinada com base no valor de uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados, tendo por base business plans desenvolvidos pelos responsáveis das empresas e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo e utilizando taxas de desconto que refletem os riscos inerentes do negócio.

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

Em 31 de dezembro de 2012, o método e pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade, foram como se segue:

	DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS BT - SUL
Goodwill	611.997
Período Utilizado	Projeções de cash flows para 5 anos
Taxa de Crescimento (g) (1)	0%
Taxa de desconto utilizada (2)	10,48%

(1) Taxa de crescimento usada para extrapolar os cash flows para além do período considerado no *business plan*

(2) Taxa de desconto aplicada aos cash flows projetados.

O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais, descontados à taxa considerada aplicável, concluiu que, em 31 de dezembro de 2012, o valor contabilístico dos ativos líquidos, incluindo goodwill (1,8 milhões de Euros), não excede o seu valor recuperável (9,7 milhões de Euros).

As projeções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nas expectativas de melhoria de eficiência. Os responsáveis deste segmento acreditam que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do valor recuperável não irá originar perdas de imparidade.

9. INVESTIMENTOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os movimentos ocorridos na rubrica "Investimentos financeiros disponíveis para venda" foi como se segue:

	DEZ-12	DEZ-11
Justo valor em 1 de janeiro	3.092.979	3.395.705
Alienações durante o ano	-	(588.451)
Aumento/(diminuição) no justo valor	88.059	285.725
Justo valor em 31 de dezembro	3.181.038	3.092.979

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2011 procedeu-se à alienação de ações de sociedades cotadas na Euronext Lisboa (BCP).

A 31 de dezembro de 2012, os "Investimentos financeiros disponíveis para venda" incluem o montante de 3.116.402 Euros correspondentes a 580.476 Unidades de Participação do Cimóvel - Fundo de Investimento Imobiliários Fechado (9,098%) estando as mesmas registados ao valor da Unidade de Participação divulgada a 31 de dezembro de 2012 (o custo de aquisição das referidas ações ascendeu a 3.013.947 Euros, encontrando-se constituída uma reserva em Capital (Reserva de Justo Valor) no montante de 102.455 Euros. Os restantes "Investimentos financeiros disponíveis para venda" representam investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, sendo que o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.

Adicionalmente, o efeito no capital próprio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 do registo dos "Investimentos financeiros disponíveis para venda" ao seu justo valor pode ser resumido como se segue:

	DEZ-12	DEZ-11
Varição no justo valor	88.059	285.725
Efeito no capital próprio	88.059	285.725

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

10. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	DEZ-12	DEZ-11
Matérias-primas, Subsidiárias, e de Consumo	5.149.542	10.714.407
Produtos e Trabalhos em Curso	1.380.575	5.229.612
Produtos Acabados e Intermédios	3.199.930	5.470.765
Mercadorias	36.870.898	50.095.180
	46.600.945	71.509.964
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 24)	(1.765.086)	(2.489.764)
	44.835.859	69.020.200

A variação ocorrida em perdas por imparidade acumuladas refere-se essencialmente à reversão de ajustamentos de viaturas usadas reconhecida pela Toyota Caetano Portugal, S.A.

O custo das vendas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foi apurado como se segue:

	DEZ-12			DEZ-11		
	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL
Existências Iniciais	50.095.180	10.714.407	60.809.587	49.655.887	9.398.703	59.054.590
Compras Líquidas	121.121.448	15.962.221	137.083.669	189.404.260	34.506.698	223.910.958
Existências Finais	(36.870.898)	(5.149.542)	(42.020.440)	(50.095.180)	(10.714.407)	(60.809.587)
TOTAL	134.345.730	21.527.086	155.872.816	188.964.967	33.190.994	222.155.961

A variação da produção nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foi apurada como se segue:

	PRODUTOS ACABADOS, INTERMÉDIOS E PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	
	DEZ-12	DEZ-11
Existências finais	4.580.505	10.700.377
Regularização de existências	4.919	(26.615)
Existências iniciais	(10.700.377)	(10.105.088)
TOTAL	(6.114.953)	568.674

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

11. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ATIVOS CORRENTES		ATIVOS NÃO CORRENTES	
	DEZ-12	DEZ-11	DEZ-12	DEZ-11
Cientes, conta corrente	44.815.712	51.782.069	111.718	1.189.734
Cientes, letras a receber	77.210	10.971	-	-
Cientes cobrança duvidosa	9.877.836	10.816.033	-	-
	54.770.758	62.609.073	111.718	1.189.734
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 24)	(11.878.914)	(12.555.905)		
	42.891.844	50.053.168	111.718	1.189.734

As contas a receber de Clientes classificadas como ativos não correntes correspondem a um montante a receber de clientes da subsidiária Caetano Auto, S.A., no âmbito de acordos de pagamento de dívidas em prestações (cujos prazos variam entre 1 e 6 anos, e se encontram a vencer juros).

ANTIGUIDADE DE CONTAS A RECEBER

Maturidade das dívidas sem reconhecimento de perda de imparidade

2012	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Cientes	21.916.799	2.393.061	999.502	15.056.859	40.366.221
Funcionários	18	-	509	208.367	208.894
Concessionários Independentes	3.876.010	177.315	112.458	263.742	4.429.525
TOTAL	25.792.827	2.570.376	1.112.469	15.528.968	45.004.640

2011	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Cientes	33.043.225	1.740.499	2.253.233	10.819.521	47.856.478
Funcionários	-	-	-	1.334.204	1.334.204
Concessionários Independentes	3.329.496	210.723	72.476	179.397	3.792.092
TOTAL	36.372.721	1.951.222	2.325.709	12.333.122	52.982.774

Maturidade das dívidas com reconhecimento de perda de imparidade

2012	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Cientes Cob. Duvidosa	5.815	1.291	29.965	9.840.765	9.877.836
TOTAL	5.815	1.291	29.965	9.840.765	9.847.871

2011	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Cientes Cob. Duvidosa	-	-	-	10.816.033	10.816.033
TOTAL	-	-	-	10.816.033	10.816.033

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

Os montantes apresentados no Balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas na data de balanço. A concentração de risco de crédito é limitada, uma vez que a base de clientes é abrangente e não relacional. Assim, o Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber de clientes se aproximam do seu justo valor.

12. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ATIVOS CORRENTES		ATIVOS NÃO CORRENTES	
	DEZ-12	DEZ-11	DEZ-12	DEZ-11
Adiantamentos a fornecedores	27.679	9.102	-	-
Outros devedores	7.630.251	6.563.395	313.000	-
	7.657.930	6.572.497	313.000	-

A rubrica "Outras dívidas de terceiros" inclui o montante de, aproximadamente, 5,2 milhões de Euros (5,2 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2011) que corresponde a adiantamentos efetuados pelo Grupo relativamente à realização de obras e benfeitorias em instalações para o desenvolvimento da atividade de retalho automóvel os quais foram integralmente faturados em exercícios anteriores, sendo que o montante a receber se estima que venha a ser suportado por terceiros no curto prazo.

Adicionalmente, esta rubrica inclui, em 31 de dezembro de 2012, o montante de, aproximadamente, 800.000 Euros a receber da empresa relacionada Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A. (800.000 Euros em 31 de dezembro de 2011).

Finalmente, refira-se que a presente rubrica inclui igualmente um saldo a receber no valor de 1.430.686 Euros da parte relacionada Fundação Salvador Caetano (313 milhares de Euros não correntes e o remanescente corrente).

13. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	DEZ-12	DEZ-11
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Comparticipação em Frotas e Campanhas	796.753	458.716
Juros a receber	467.732	93.418
Reclamações de Garantia	447.621	350.852
Bónus de Fornecedores	268.880	10.561
Comissões de intermediação de contratos de financiamento	217.896	58.323
Seguros	20.835	38.806
Rendas	-	72.000
Outros	182.863	63.472
	2.402.580	1.146.148
Gastos a reconhecer		
Seguros	187.065	244.412
Rendas	133.677	138.701
Juros	90.276	93.481
Custos oficiais	15.487	15.461
Outros	166.553	149.103
	593.058	641.158
TOTAL	2.995.638	1.787.306

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

14. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe e movimento dos montantes e a natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas em 31 de dezembro de 2012 e 2011, podem ser resumidos como se segue:

31/12/2012	DEZ-11	TRANSFERÊNCIA DE SALDOS	OUTRAS VARIÁÇÕES	IMPACTO EM RESULTADOS	DEZ-12
ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS:					
Perdas por imparidade e provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	909.496	-	-	(173.884)	735.612
Prejuízos fiscais reportáveis	157.111	-	5.669	304.629	467.409
RETGS - IRC	-	549.099	-	809.166	1.358.265
Efeito da conversão para os IFRS:					
Anulação de ativos fixos tangíveis	876.797	-	-	(190.647)	686.150
Anulação de gastos a reconhecer	27.781	-	-	(9.260)	18.521
Valorização de instrumentos derivados	117.664	-	-	57.307	174.971
	2.088.849	549.099	5.669	797.311	3.440.928
PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS :					
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(1.090.890)	-	(26.719)	40.165	(1.077.444)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações	(368.225)	-	-	57.777	(310.448)
Gastos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	(142.899)	-	-	47.632	(95.267)
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº7 Lei 30/G 2000	(24.445)	-	-	6.111	(18.334)
Imputação do justo valor de ativos fixos tangíveis	-	-	(997.679)	-	(997.679)
	(1.626.459)	-	(1.024.398)	151.685	(2.499.172)
Efeito líquido (Nota 26)			-	948.996	

31/12/2011	DEZ-10	VARIÁÇÕES DE PERÍMETRO	IMPACTO EM RESULTADOS	DEZ-11
ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS:				
Perdas por imparidade e provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	1.156.801	-	(247.305)	909.496
Prejuízos fiscais reportáveis	215.574	(1)	(58.462)	157.111
EFEITO DA CONVERSÃO PARA OS IFRS:				
Anulação de ativos fixos tangíveis	1.036.015	-	(159.218)	876.797
Anulação de gastos a reconhecer	37.040	-	(9.259)	27.781
Valorização de instrumentos derivados	61.067	-	56.597	117.664
	2.506.497	(1)	(417.647)	2.088.849
PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS :				
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(1.124.447)	-	33.557	(1.090.890)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de ativos fixos tangíveis	(426.002)	-	57.777	(368.225)
Gastos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	(190.529)	-	47.630	(142.899)
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº7 Lei 30/G 2000	(30.557)	-	6.112	(24.445)
	(1.771.535)	-	145.076	(1.626.459)
Efeito líquido (Nota 26)		-	(272.571)	

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais obtidos em Portugal o período de reporte de prejuízos fiscais para os exercícios ainda em aberto, é como segue:

- i) Prejuízos fiscais gerados até 31 de dezembro de 2009: 6 anos
- ii) Prejuízos fiscais gerados em 2010 e 2011: 4 anos
- iii) Prejuízos fiscais gerados em 2012 e anos seguintes: 5 anos

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (data das últimas declarações fiscais entregues), as empresas do Grupo que tinham prejuízos fiscais reportáveis relativamente aos quais foram registados ativos por impostos diferidos eram como se segue:

Com limite de data de utilização:	DEZ-12		DEZ-11		DATA LIMITE DE UTILIZAÇÃO
	PREJUÍZO FISCAL	IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS	PREJUÍZO FISCAL	IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS	
GERADOS EM 2006					
- Caetano Colisão, S.A.	-	-	388.146	-	2012
GERADOS EM 2007					
- Caetano Colisão, S.A.	1.100.930	-	1.100.930	-	2013
- Auto Partner CA, S.A.	81.957	-	81.957	-	2013
GERADOS EM 2008					
- Caetano Colisão, S.A.	117.929	-	117.929	-	2014
- Auto Partner CA, S.A.	343.145	-	343.145	85.786	2014
GERADOS EM 2009					
- Auto Partner CA, S.A.	409.584	-	409.584	71.325	2015
GERADOS EM 2011					
- Caetano Colisão, S.A.	58.577	-	58.577	-	2015
- Auto Partner CA, S.A.	193.548	-	193.548	-	2015
- Consolidado fiscal Toyota Caetano Portugal	2.196.396	549.099	-	-	2015
GERADOS EM 2012					
- Auto Partner CA, S.A.	296.350	-	-	-	2017
- Caisb, S.A.	21.391	5.669	-	-	2017
- Consolidado fiscal Toyota Caetano Portugal	5.083.624	1.270.906			2017
	9.903.430	1.825.674	2.693.816	157.111	

Numa ótica de prudência, algumas das Empresas do Grupo Toyota Caetano não procedem ao registo dos ativos por impostos diferidos associados à totalidade dos prejuízos fiscais reportáveis.

A partir de 2012 (inclusive) a dedução de prejuízos fiscais reportados, apurados em exercícios anteriores ou em curso (i.e compreende todos prejuízos reportados identificados nas alíneas i), ii) e iii) acima) está limitada a 75% do lucro tributável apurado em cada exercício. Esta situação obriga à avaliação anual do montante de imposto diferido passível de ser recuperado nos prazos acima indicados.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 as taxas de imposto utilizadas para apuramento dos ativos e passivos por impostos diferidos foram as seguintes:

	Taxa de imposto	
	Dez-12	Dez-11
País origem da filial:		
Portugal	26,5% - 25%	26,5% - 25%
Cabo Verde	25,5%	25,5%

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

Com exceção da Movicargo e da Cais B, as empresas do Grupo Toyota Caetano sediadas em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS") previsto nos artigos 69º e 70º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Toyota Caetano e empresas do Grupo sediadas em Portugal estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos, exceto no caso de prejuízos fiscais (6 anos). Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2009 a 2012 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de cinco anos. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, as empresas sediadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

15. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 o detalhe de caixa e equivalentes a caixa era o seguinte:

	DEZ-12	DEZ-11
Numerário	147.923	349.572
Depósitos bancários	7.357.203	17.655.731
Equivalentes a Caixa	2.573	943
	7.507.699	18.006.246

A Empresa e as suas participadas têm disponíveis linhas de crédito em 31 de dezembro de 2012 no montante de, aproximadamente, 68 milhões de Euros que poderão ser utilizadas para futuras atividades operacionais e para satisfazer compromissos financeiros, não havendo qualquer restrição à utilização dessa facilidade.

16. CAPITAL PRÓPRIO

CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 35.000.000 ações ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas coletivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Grupo Salvador Caetano SGPS, S.A.	60,82%
- Toyota Motor Europe NV/S.A.	27,00%

DIVIDENDOS

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 28 de abril de 2011, foi pago um dividendo de 0,19 Euros por ação (dividendo total de 6.650.000 Euros). Durante o exercício de 2012 não foram distribuídos quaisquer dividendos.

RESERVA LEGAL

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital da Empresa. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos acionistas, exceto se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respetivos bens objeto de reavaliação tenham sido alienados.

RESERVAS DE CONVERSÃO

As reservas de conversão refletem as variações cambiais ocorridas na transposição das demonstrações financeiras de filiais em moeda diferente do Euro e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos.

RESERVAS DE JUSTO VALOR

As reservas de justo valor refletem as variações de justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos (Nota g).

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal, apresentadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

OUTRAS RESERVAS

Referem-se a reservas com natureza de reserva livre, logo distribuíveis de acordo com a legislação comercial em vigor.

17. INTERESSES NÃO CONTROLADOS

O movimento desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foi como se segue:

A decomposição do valor por empresa subsidiária consolidada integralmente nas Demonstrações Financeiras apresentadas é

	DEZ-12	DEZ-11
Saldo inicial em 1 de janeiro	1.058.180	1.081.820
Outros	(9.813)	(54.910)
Resultado do exercício atribuível aos interesses minoritários	(236.021)	31.270
	812.346	1.058.180

como se segue:

O resumo da informação financeira das empresas subsidiárias discriminadas acima encontra-se evidenciado no quadro abaixo:

Subsidiária	% INC	INTERESSES NÃO CONTROLADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE INTERESSES NÃO CONTROLADOS
Saltano SGPS	0,02%	4.580	-10
Caetano Components	0,02%	-351	-73
Caetano Auto CV	18,76%	1.127.779	-28.699
Caetano Renting	0,02%	392	58
Caetano Auto	1,61%	701.925	-31.262
Caetano Retail (Norte) II SGPS	50,80%	1.016.952	-2.991
Auto Partner Comércio Automóvel	50,80%	-878.771	-246.907
Caetano Colisão (Norte)	50,80%	-1.087.202	73.863
Cais B	1,61%	-72.960	-
		812.346	-236.021

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

RUBRICA	CAETANO AUTO		CAETANO RETAIL (NORTE) II, SGPS		APCA		CAETANO COLISÃO (NORTE)		CAIS B	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Ativo Não Corrente	54.420.941	52.881.476	-	157.110	68.711	251.107	170.166	236.129	276.646	327.545
Ativo Corrente	38.313.187	56.134.200	3.273.676	2.968.212	1.860.059	3.853.807	4.353.154	3.256.666	259.097	7.918.142
Total Ativo	92.734.133	109.015.676	3.273.676	3.125.322	1.928.770	4.104.914	4.523.320	3.492.795	535.743	8.245.686
Passivo Não Corrente	5.630.501	5.808.381	352.145	1.986	-	-	1.392.275	1.302.735	28.273	28.273
Passivo Corrente	48.197.241	62.148.011	4.737.091	4.582.849	2.462.220	4.140.675	2.949.739	2.156.283	66.411	7.711.477
Capital Próprio	38.906.387	41.059.284	-1.815.561	-1.459.514	-533.449	-35.761	181.305	33.776	441.058	505.937
Vendas e Prestações de Serviços	117.487.509	155.071.606	-	-	5.925.649	9.244.692	5.165.458	5.407.583	830.899	620.192
Resultados Operacionais	-2.361.391	-1.630.071	-354.052	-104.178	-330.335	-85.652	152.793	6.816	376.874	515.789
Resultados Financeiros	55.459	273.408	-1.995	-2.135	-2.244	-12.386	-1.263	-1.474	-263.752	-311.613
Impostos	153.034	-192.137	-	-	-165.110	-4.000	-4.000	-3.000	-30.000	-54.986
Resultado Líquido	-2.152.898	-1.548.800	-356.047	-106.313	-497.689	-102.038	147.529	2.343	83.122	149.190

RUBRICA	CAETANO COMPONENTS		CAETANO RENTING		SALTANO		MOVICARGO		CAETANO AUTO CV	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Rubrica	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Ativo Não Corrente	1.407.170	1.836.039	10.070.318	16.104.764	23.630.403	25.049.737	340.000	340.000	1.794.888	1.610.206
Ativo Corrente	3.181.931	3.652.092	2.164.687	3.575.193	4.064.988	2.320.840	84.201	75.418	5.601.797	5.701.328
Total Ativo	4.589.101	5.488.131	12.235.005	19.679.957	27.695.391	27.370.577	424.201	415.418	7.396.686	7.311.534
Passivo Não Corrente	169.367	335.903	200.014	243.468	-	-	-	-	-	-
Passivo Corrente	2.934.511	3.373.991	10.159.517	17.556.325	6.218.486	4.428.452	-	3.695	1.426.615	1.191.562
Capital Próprio	1.485.223	1.778.237	1.875.474	1.880.164	21.476.905	22.942.126	424.201	411.723	5.970.070	6.119.972
Vendas e Prestações de Serviços	2.564.814	5.289.798	4.569.186	5.781.439	-	-	-	-	8.464.045	12.074.302
Resultados Operacionais	-419.753	-833.525	288.899	274.328	-1.448.036	-1.586.345	-3.086	-3.889	-149.477	293.531
Resultados Financeiros	-29.261	-28.449	-556.003	-509.400	-	15.447	15.794	11.521	-425	-
Impostos	131.296	154.357	262.415	173.653	-41.890	-43.470	-229	-	-	-88.427
Resultado Líquido	-317.718	-707.616	-4.689	-61.418	-1.489.926	-1.614.269	12.479	7.632	-149.902	205.104

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

18. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 a rubrica de Financiamentos Obtidos tem o seguinte detalhe:

	DEZ-12			DEZ-11		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Empréstimos Bancários	22.842.106	9.736.842	32.578.948	56.070.000	-	56.070.000
Descobertos Bancários	219.731	-	219.731	6.900.036	-	6.900.036
Outros empréstimos	628.689	984.636	1.613.325	628.690	1.540.343	2.169.033
Locação Financeira	1.301.109	4.721.215	6.022.324	1.382.258	5.240.907	6.623.166
	24.991.635	15.442.693	40.434.328	64.980.984	6.781.250	71.762.235

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o detalhe dos empréstimos bancários, descobertos bancários, outros empréstimos e Programas de Papel Comercial, bem como as suas respetivas condições, é como se segue:

2012 DESCRIÇÃO/EMPRESA BENEFICIÁRIA	MONTANTE UTILIZADO	LIMITE	DATA INÍCIO	PRAZO
NÃO CORRENTE				
Empréstimos - mútuo				
Toyota Caetano Portugal	9.736.842	9.736.842	22-06-2012	5 anos
Subsídio reembolsável:				
Toyota Caetano Portugal	818.034	818.034	30-01-2009	5 anos
Linha de crédito PME Invest III:				
Caetano Components	166.601	166.601	24-04-2009	5 anos
	10.721.478	10.721.478		
CORRENTE				
Empréstimos - mútuo				
	1.842.105	1.842.105	22-06-2012	
Descobertos bancários				
	219.731	17.500.000		
Subsídios reembolsáveis				
	628.690	628.690	30-01-2009	5 anos
Faturas descontadas em regime de "Confirming"				
		5.000.000		
Papel comercial:				
Toyota Caetano Portugal	12.500.000	15.000.000	30-07-2008	5 anos
Toyota Caetano Portugal	7.000.000	7.000.000	27-12-2012	5 anos
Caetano Auto	1.500.000	10.400.000	28-09-2007	2 anos
	23.690.526	57.370.795		
	34.412.004	68.092.272		

Detalhamos, em seguida, o valor em aberto em balanço relativo a financiamentos obtidos para os quais foram concedidas garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis (nota 37):

- Empréstimos - mútuo: 11.578.947;
- Papel Comercial: 7.000.000

De referir que, dos 628.690 Euros de subsídio reembolsável corrente, 545.356 Euros dizem respeito ao programa SIME A, sendo o remanescente referente à linha de crédito PME Invest III.

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

2011 DESCRIÇÃO/EMPRESA BENEFICIÁRIA	MONTANTE UTILIZADO	LIMITE	DATA INÍCIO	PRAZO
NÃO CORRENTE				
Subsídio reembolsável:				
Toyota Caetano Portugal	1.363.390	1.363.390	30-01-2009	5 anos
Linha de crédito PME Invest III:				
Caetano Components	176.953	176.953	24-04-2009	5 anos
	1.540.343	1.540.343		
CORRENTE				
Contas correntes caucionadas				
	13.970.000	29.400.000		
Descobertos bancários				
	6.900.036	17.500.000		
Subsídios reembolsáveis				
	628.690	628.690	30-01-2009	5 anos
Faturas descontadas em regime de "Confirming"				
	-	5.000.000		
Papel comercial:				
Toyota Caetano Portugal	7.800.000	11.600.000	21-08-2006	5 anos
Toyota Caetano Portugal	10.000.000	10.000.000	02-05-2011	5 anos
Toyota Caetano Portugal	12.500.000	15.000.000	30-07-2008	5 anos
Toyota Caetano Portugal	8.000.000	8.000.000	12-07-2007	5 anos
Caetano Auto	3.800.000	4.000.000	25-05-2011	1 ano
	63.598.726	101.128.690		
	65.139.069	102.669.033		

Os juros respeitantes aos empréstimos bancários acima referidos encontram-se indexados à Euribor, acrescidos de um "spread" que varia entre 1,00% e 6,5%.

Com o encerramento do projeto da candidatura n.º 00/07099 no âmbito do programa SIME A junto da AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.) foi concedido um incentivo reembolsável com o seguinte plano de amortização:

DEZ-12	2013	2014	2015	TOTAL
Subsídio reembolsável:				
Amortização	545.356	545.356	272.678	1.363.390
	545.356	545.356	272.678	1.363.390

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

A rubrica Locação Financeira (corrente e não corrente) corresponde a responsabilidades do Grupo como locatário relativos à aquisição de instalações e de bens de equipamento. O detalhe desta rubrica, bem como o plano de pagamentos pode ser resumido como se segue:

CONTRATO	BEM LOCADO	CURTO PRAZO	MÉDIO/LONGO PRAZO				TOTAL	TOTAL
			2014	2015	2016	>2017		
343616	Instalações comerciais							
	Capital	77.342	-	-	-	-	-	77.342
	Juros	2.526	-	-	-	-	-	2.526
2028278	Instalações comerciais							
	Capital	93.053	93.858	94.670	95.489	509.625	793.642	886.695
	Juros	7.275	6.471	5.659	4.839	11.658	28.627	35.902
559769	Instalações comerciais							
	Capital	59.827	60.249	60.675	61.104	805.877	987.905	1.047.732
	Juros	7.183	6.761	6.335	5.907	35.454	54.457	61.640
626064	Instalações comerciais							
	Capital	139.686	144.654	149.799	155.127	1.396.982	1.846.562	1.986.248
	Juros	66.690	61.722	56.577	51.249	194.138	363.686	430.376
Diversos	Equipamento Industrial							
	Capital	931.201	582.740	189.720	182.706	137.940	1.093.106	2.024.307
	Juros	47.404	37.556	26.291	14.966	4.600	83.413	130.817
	Total Capital	1.301.109	881.501	494.864	494.426	2.850.424	4.721.215	6.022.324
	Total Juros	131.078	112.510	94.862	76.961	245.850	530.183	661.261

MATURIDADE DA DÍVIDA

As maturidades dos financiamentos existentes em 31 de dezembro de 2012 são as seguintes:

	2013	2014	2015	2016	> 2016	TOTAL
Empréstimos – mútuo	1.842.105	1.842.105	1.842.105	1.842.105	4.210.527	11.578.947
Descobertos Bancários	219.731	-	-	-	-	219.731
Papel comercial	21.000.000	-	-	-	-	21.000.000
Loações Financeiras	1.301.109	881.501	494.864	494.426	2.850.424	6.022.324
Subsídios reembolsáveis	628.690	590.960	287.635	64.981	41.059	1.613.325
Total financiamentos	24.991.635	3.314.566	2.624.604	2.401.512	7.102.010	40.434.327

19. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores, que se vencem todos no curto prazo.

O Grupo, no âmbito da gestão dos riscos financeiros, implementou políticas para assegurar que todas as responsabilidades serão liquidadas dentro dos prazos de pagamento definidos.

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

20. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	PASSIVOS CORRENTES	
	DEZ-12	DEZ-11
Acionistas	33.501	37.486
Adiantamentos de Clientes	689.470	876.085
Outros Credores	1.722.651	1.272.666
	2.445.622	2.186.237

A rubrica de Outros Credores inclui 215.154 euros relativos a responsabilidades por pensões.

21. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A decomposição da rubrica de Estado e Outros Entes Públicos refletida no Passivo a 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como se segue:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS:	DEZ-12	DEZ-11
Retenção de impostos sobre o Rendimento	277.937	315.658
Imposto sobre o Valor Acrescentado	3.805.230	4.478.923
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (imposto estimado) (Nota 26)	843.437	34.059
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (pagamentos por conta e ret. fonte)	(589.872)	(1.533.222)
Imposto Automóvel	713.497	2.052.758
Direitos aduaneiros	60.594	170.407
Contribuições para a Segurança Social	596.122	642.098
Outros	218.375	213.651
	5.925.322	6.374.333

IMPOSTO CORRENTE	DEZ-12
Insuficiência de estimativa de imposto	197.057
Restituição de impostos	(934.446)
Excesso de estimativa de imposto	(8.263)
Estimativa de imposto do ano	843.437
	97.785

Não existem dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

O valor da rubrica de Estado e Outros Entes públicos refletido no Ativo respeita a IVA a recuperar de caráter corrente.

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

22. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como se segue:

	DEZ-12	DEZ-11
CREDORES POR ACRÉSCIMOS DE GASTOS		
Encargos com férias e subsídios de férias	4.517.130	4.820.418
Campanhas publicitárias e promoção vendas	1.122.253	1.441.979
Encargos de rappel atribuíveis a entidades gestoras de frotas	1.030.404	575.271
Responsabilidades por pensões	975.081	-
Comissões a liquidar	799.671	319.861
Comissões de gestão do fundo de pensões	651.788	-
Especialização de custos afetos a viaturas vendidas	647.848	791.536
Antecipação de encargos com outros FSE's	465.123	406.822
Imposto Automóvel de viaturas vendidas e não matriculadas	283.824	449.996
Gastos de aprovisionamento	266.792	602.481
Seguros a liquidar	201.243	191.852
Imposto Municipal Imóveis	84.180	77.526
Juros a liquidar	57.000	48.349
Royalties	49.599	73.890
Reclamações de garantia	48.200	59.709
Outros	195.351	85.731
	11.395.487	9.945.420
RENDIMENTOS A RECONHECER		
Recuperação de encargos c/ publicidade noutros meios	875.318	971.796
Subsídio ao investimento	553.373	674.742
Juros debitados a clientes	13.079	37.287
Rappel	-	306.960
Outros	527.635	393.722
	1.969.405	2.384.507
TOTAL	13.364.892	12.329.927

O aumento observado ao nível das comissões de gestão do fundo de pensões, prende-se com a valorização do mesmo (ver nota 23).

23. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES

Toyota Caetano (em conjunto com outros associados) constituiu por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de janeiro de 1994, em 29 de dezembro de 1995 e 23 de dezembro de 2002.

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

Em 31 de dezembro de 2012, as seguintes empresas do Grupo Toyota Caetano eram associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano:

- Toyota Caetano Portugal, S.A.
- Caetano Auto, S.A.
- Caetano Components, S.A.
- Caetano Renting, S.A.

Este Fundo de Pensões constituído prevê, enquanto os seus associados mantiverem a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores (beneficiários) possam vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento de reforma não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

Em 19 de dezembro de 2006 solicitado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões Salvador Caetano (ESAF – Espírito Santo Ativos Financeiros, S.A.) que encetasse junto do ISP-Instituto de Seguros de Portugal as necessárias demarches tendo em vista alterar o Plano de Benefícios por forma a que o Fundo de Pensões Salvador Caetano passasse de um plano de “benefício definido” a um plano de “contribuição definida”, entre outras alterações.

Na sequência do atrás descrito foi enviado em 18 de dezembro de 2007 ao Instituto Seguros de Portugal um dossier contendo as propostas de alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Salvador Caetano, bem como a ata de aprovação das mesmas pela Comissão de Acompanhamento do Fundo propondo, com efeitos a 1 janeiro 2008, a aprovação por aquele organismo dessas mesmas alterações.

A proposta de alteração ao regime dos complementos de reforma, devidamente aprovada pela Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões e anteriormente mencionada, inclui a manutenção de um regime de Benefício Definido para os reformados e beneficiários de pensões diferidas à data de 1 de janeiro de 2008, bem como para todos os trabalhadores associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano e que à data de 1 de janeiro de 2008 tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço, sendo ainda criado um novo grupo (formado pelo restante universo de trabalhadores ao serviço dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano) que passará a estar incluído num Plano de Contribuição Definida.

Em 29 de dezembro de 2008 foi rececionada pela Toyota Caetano Portugal, S.A. uma carta contendo a aprovação pelo ISP - Instituto de Seguros de Portugal das alterações pretendidas e a vigorar desde de 1 de janeiro de 2008. O Instituto de Seguros de Portugal determinou na referida aprovação que os funcionários dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, em 1 de janeiro de 2008 tivessem atingido 15 anos ao serviço do associado e tivessem uma idade inferior a 50 anos (e que passarão a integrar um Plano de Contribuição Definida) tivessem direito a um “capital inicial” individual segundo o novo plano, determinado em função das responsabilidades atuariais apuradas com referência a 31 de dezembro de 2007 e com base nos pressupostos e critérios utilizados naquele exercício.

Os pressupostos atuariais utilizados pela sociedade gestora incluem, o método de cálculo “Projected Unit Credit”, as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 73/77 e SuisseRe 2001, respetivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de desconto de 0%, 0% e 4,5%, respetivamente.

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

O movimento das responsabilidades da Empresa com o Plano de benefício definido no exercício de 2012 pode ser resumido como se segue:

RESPONSABILIDADE 1/1/2011	29.550.745
Correção ao valor das responsabilidades posterior a 31/12/2010	53.176
Custos dos serviços correntes	220.950
Custos dos juros	1.430.519
(Ganhos) e perdas atuariais	418.675
Pagamentos de pensões	(1.987.121)
RESPONSABILIDADE 31/12/2011	29.686.944
RESPONSABILIDADE 1/1/2012	29.686.944
Custos dos serviços correntes	308.792
Custos dos juros	1.288.368
(Ganhos) e perdas atuariais	479.551
Pagamentos de pensões	(2.113.121)
RESPONSABILIDADE 31/12/2012	29.650.534

O movimento da situação patrimonial do Fundo de pensões, que cobre os dois planos de benefícios acima referidos, durante o exercício de 2012, foi como se segue:

RUBRICA	PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO	PLANO CONTRIBUIÇÃO DEFINIDO	TOTAL
VALOR DO FUNDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	28.812.418	7.920.838	36.733.256
Contribuições	121.885	552.005	673.890
Retorno real dos ativos do plano	(365.034)	(180.998)	(546.032)
Pagamentos de Pensões	(1.987.121)	-	(1.987.121)
Transferências entre Associados	(40.925)	-	(40.925)
VALOR DO FUNDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	26.541.223	8.291.845	34.833.068
Contribuições	661.322	21.765	683.087
Retorno real dos ativos do plano	3.023.932	955.242	3.979.174
Pagamentos de Pensões	(2.113.121)	-	(2.113.121)
Transferências da quota-parte de outro Associado	-	54.105	54.105
Transferências para a quota-parte de outro Associado	(43.746)	(95.883)	(139.629)
Utilizações de Conta Reserva	374.844	(374.844)	-
VALOR DO FUNDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	28.444.454	8.852.230	37.296.684

A 31 de dezembro de 2012, a decomposição da carteira de ativos do Fundo de Pensões que cobre o plano de benefício definido, foi como se segue:

CARTEIRA DO FUNDO	PESO CARTEIRA	VALOR 31-12-2012	PESO CARTEIRA	VALOR 31-12-2011
Ações	13%	3.652.268	14%	3.710.463
Obrigações	35%	10.069.337	41%	10.794.315
Imobiliário	37%	10.441.959	39%	10.340.460
Liquidez	11%	3.211.379	4%	1.117.385
Outros Ativos	4%	1.069.511	2%	578.600
TOTAL	100%	28.444.454	100%	26.541.223

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

A 31 de dezembro de 2012, os investimentos individuais com um peso superior a 5% do total da carteira de ativos do Fundo de Pensões que cobre o plano de benefício definido, apresentam-se como se segue:

ATIVO	PESO CARTEIRA	VALOR
Cimóvel - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	37%	10.441.959

De referir que a 31 de dezembro de 2012, o fundo de Pensões detinha cerca de 623.626 ações da Toyota Caetano Portugal, S.A. (312.945 ações em dezembro de 2011), cuja valorização na carteira do fundo ascendia a cerca de 598.681 Euros (1.247.252 Euros em dezembro de 2011).

A evolução das responsabilidades do Grupo com o Plano de benefício definido e da situação patrimonial do Fundo de pensões afeto pode ser resumido como se segue:

PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO	2012	2011	2010	2009	2008	2007
Valor da responsabilidade	29.650.534	29.686.944	29.550.745	29.035.762	28.358.503	28.258.700
Valor do fundo	28.444.454	26.541.223	28.812.418	28.901.854	28.067.165	27.916.070

24. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foi o seguinte:

31/12/2012 RUBRICAS	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS	UTILIZAÇÕES E DIMINUIÇÕES	OUTRAS REGULARI- ZAÇÕES	TOTAL
Perdas de imparidade acumuladas investimentos	1.781.995	-	-	-	1.781.995
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 11)	12.555.905	760.587	(1.184.792)	(252.786)	11.878.914
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 10)	2.489.764	228.636	(953.314)	-	1.765.086
Provisões	345.026	54.228	-	(83.790)	315.464

31/12/2011 RUBRICAS	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS	UTILIZAÇÕES E DIMINUIÇÕES	OUTRAS REGULARI- ZAÇÕES	TOTAL
Perdas de imparidade acumuladas investimentos	1.781.995	-	-	-	1.781.995
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 11)	12.878.734	131.611	(290.774)	(163.666)	12.555.905
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 10)	2.361.786	218.645	(90.667)	-	2.489.764
Provisões	1.101.702	80.885	(486.088)	(351.473)	345.026

A variação ocorrida na rubrica de perdas por imparidade refere-se essencialmente à reversão líquida de ajustamentos de inventários relativos a viaturas usadas (711 milhares de euros) e de clientes (677 milhares de euros).

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pelo Grupo existentes em 31 de dezembro de 2012 respeitam a:

SWAPS TAXA DE JURO

Trata-se de dois instrumentos financeiros derivados contraídos com o objetivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos (cash flow hedges), que contribuem para a redução da exposição à variação das taxas de juro ou para a otimização do custo do funding, não tendo sido designados para efeitos de contabilidade cobertura. O justo valor dos referidos instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2012 era negativo em 598.885 Euros (em 31 de dezembro de 2011 era negativo em 383.131 Euros) e compreende uma exposição total de 20 milhões de Euros, pelo prazo de 3 anos, a contar desde 21 de dezembro de 2011 e uma exposição de 11.578.947 Euros pelo prazo de 6 anos a contar desde 26 de junho de 2012.

Estes instrumentos financeiros derivados foram avaliados a 31 de dezembro de 2012 pela entidade bancária com quem os mesmos foram contratados, tendo em consideração cash flows futuros e risco estimados (nível 2 de hierarquia de justo valor conforme parágrafo 27-A da IFRS 7 – inputs indiretamente observáveis no mercado).

É intenção da Toyota Caetano deter estes instrumentos até à sua maturidade, pelo que esta forma de avaliação traduz a melhor estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros a serem gerados pelos referidos instrumentos.

FORWARD CAMBIAL

Trata-se de um instrumento financeiro derivado contraído com o objetivo de cobertura do risco cambial de transações futuras altamente prováveis, que contribuem para a redução da exposição à variação das taxas de câmbio GBP:EUR, NOK:EUR e DKK:EUR, não tendo sido designados para efeitos de contabilidade cobertura.

O justo valor dos referidos instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2012 era negativo em 5.723 Euros (em 31 de dezembro de 2011 era negativo em 5.224 Euros), compreendendo um valor nominal 120.222 GBP, 424.428 NOK e 2.624.769 DKK pelo prazo de 1 ano (vencimentos mensais) a contar de 17 de janeiro de 2012.

Este instrumento financeiro derivado foi avaliado a 31 de dezembro de 2012 pela entidade bancária com quem o mesmo foi contratado, tendo em consideração cash flows futuros e risco estimados (nível 2 de hierarquia de justo valor conforme parágrafo 27-A da IFRS 7 – inputs indiretamente observáveis no mercado).

É intenção da Toyota Caetano deter este instrumento até à sua maturidade, pelo que esta forma de avaliação traduz a melhor estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros a serem gerados pelo referido instrumento.

Refira-se que as variações de justo valor de instrumentos financeiros derivados detidos pelo Grupo encontram-se reconhecidas em gastos ou rendimentos financeiros (Nota 33).

26. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são detalhados como se segue:

	DEZ-12	DEZ-11
Imposto corrente (Nota 21)	97.785	34.059
Imposto diferido	(948.996)	272.571
Prejuízo fiscal (RETGS)	(1.270.906)	-
Outros (Nota 14)	321.910	272.571
	(851.211)	306.630

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

A reconciliação do encargo de imposto efetivo, com o encargo de imposto teórico dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 pode ser analisada como se segue:

	DEZ-12	DEZ-11
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	(3.940.266)	(1.880.505)
Taxa nominal de imposto	26,50%	26,50%
ENCARGO DE IMPOSTO TEÓRICO	(1.044.170)	(498.334)
IMPOSTO CORRENTE DO PERÍODO		
Tributação autónoma	831.208	457.795
Excesso/Insuficiência estimativas de imposto	188.794	122.846
Restituição de Impostos	(934.446)	(363.183)
Outros	12.229	(183.399)
TOTAL	97.785	34.058
IMPOSTOS DIFERIDOS DO PERÍODO		
Prejuízos fiscais reportáveis	(1.113.795)	58.462
Perdas por imparidade e Provisões não aceites como custo fiscal	173.884	247.305
Anulação de ativos fixos tangíveis	190.647	159.219
Anulação de gastos a reconhecer	9.260	9.259
Valorização de instrumentos derivados	(57.307)	(56.597)
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(40.165)	(33.557)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienação de ativos fixos tangíveis	(57.777)	(57.777)
Gastos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	(47.632)	(47.630)
Mais valia fiscal de acordo com nº7 artº7 Lei30/G 2000	(6.111)	(6.112)
TOTAL	(948.996)	272.572
ENCARGO DE IMPOSTO EFETIVO	(851.211)	306.630

29. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	DEZ-12	DEZ-11
Resultado		
Básico	(2.853.034)	(2.218.405)
Diluído	(2.853.034)	(2.218.405)
Número de ações	35.000.000	35.000.000
Resultados por ação (básico e diluído)	(0,082)	(0,063)

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não ocorreu qualquer alteração ao número de ações.

28. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o detalhe do relato por segmentos é o seguinte:

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

2012	NACIONAL										EXTERNO				CONSO- LIDADO
	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS			EQUIPAMENTO INDUSTRIAL			OUTROS	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS			EQUIPAMENTO INDUSTRIAL		ELIMINA- ÇÕES		
	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	SERVIÇOS	ALUGUER	MÁQUINAS	SERVIÇOS		ALUGUER	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	SERVIÇOS	MÁQUINAS		SERVIÇOS	
RÉDITO	17.860.022	221.986.655	16.066.946	8.481.851	5.953.214	2.203.462	10.846.112	830.899	14.444.297	17.952.367	241.402	8.845	3.260	-90.798.176	226.081.156
RESULTADOS															
Resultados operacionais	-2.418.586	1.308.264	-188.634	199.498	-145.379	1.376.414	1.232.603	-1.590	-1.902.171	231.859	10.466	8.130	249	-747.563	-1.036.441
Resultados financeiros	-239.587	-1.200.749	7.012	-343.288	-59.091	-33.837	-730.847	-262.765	-214.357	-83.366	-5.635	-109	-59	262.851	-2.903.825
Resultados líquidos com Interesses Minoritários	-2.526.877	40.797	-177.135	57.254	-204.699	1.321.559	552.671	-299.023	-2.116.528	147.514	4.755	7.896	187	102.574	-3.089.055
OUTRAS INFORMAÇÕES															
Ativos	47.968.779	194.585.943	12.780.481	11.317.037	4.013.852	123.646	38.630.140	36.291.428	10.333.877					-142.063.943	213.981.238
Passivos	17.319.123	85.943.532	8.506.652	9.793.572	1.160.926	40.499	14.098.451	14.749.903	3.131.898					-69.998.708	84.745.848
Investimentos em Associadas (1)															
Dispêndios de capital fixo (2)	432.411	1.835.463	38.824	-1.787.234	52.592	3.166	1.995.544		400.512					6.223.167	9.194.446
Depreciações (3)	1.836.275	4.807.511	375.947	4.273.906	130.509	7.857	4.315.033		303.044					-318.482	15.731.600

2011	NACIONAL										EXTERNO				CONSO- LIDADO
	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS			EQUIPAMENTO INDUSTRIAL			OUTROS	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS			EQUIPAMENTO INDUSTRIAL		ELIMINA- ÇÕES		
	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	SERVIÇOS	ALUGUER	MÁQUINAS	SERVIÇOS		ALUGUER	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	SERVIÇOS	MÁQUINAS		SERVIÇOS	
RÉDITO	25.688.202	314.562.099	19.408.619	7.246.676	7.712.175	2.524.823	10.731.859		15.263.617	19.415.443	138.649	9.982	2.000	-119.533.372	303.170.772
RESULTADOS															
Resultados operacionais	-3.316.695	1.682.687	-2.573.158	119.637	-134.224	1.542.769	847.468	-116.775	-2.137.572	728.506	-1.430	6.652	542	520.111	-2.831.481
Resultados financeiros	-195.302	2.288.967	-24.941	-304.318	-28.379	-23.717	-567.603	15.447	-144.944	-66.581	-804	-74	-33	3.257	950.976
Resultados líquidos com Interesses Minoritários	-3.357.640	3.491.724	-2.404.265	-50.008	-162.603	1.477.027	309.710	-144.698	-2.282.515	555.574	-2.233	6.396	495	375.903	-2.187.135
OUTRAS INFORMAÇÕES															
Ativos	74.316.933	203.909.372	24.786.419	15.459.482	6.482.304	367.485	39.968.241	33.381.730	6.898.064					-144.277.176	261.292.853
Passivos	31.901.032	113.201.995	6.764.829	13.984.118	2.467.549	150.090	18.416.006	10.331.962	752.797					-68.801.341	129.169.038
Investimentos em Associadas (1)															
Dispêndios de capital fixo (2)	924.667	1.659.616	350.716	3.957.016	152.444	16.975	2.191.562		659.642					-85.974	9.826.665
Depreciações (3)	2.007.533	3.896.363	1.264.118	5.154.798	339.421	37.795	4.976.705		188.464					-21.253	17.843.943

(1) Pelo Método de Equivalência Patrimonial
(2) Investimento: (Variação do Fixo Tangível e Intangível) + (Depreciações do Exercício)
(3) Do Exercício

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

A linha "Volume de negócios" inclui as rubricas Vendas, Prestação de Serviços e o montante de cerca de 9.809.510 Euros (9.727.590 Euros em 2011) referente a Aluguer de Equipamento contabilizados na rubrica Outros rendimentos Operacionais (nota 32).

A coluna "Eliminações" inclui essencialmente a anulação das transações entre as empresas do Grupo incluídas na consolidação, principalmente pertencentes ao segmento "Veículos Automóveis".

29. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E ATIVIDADE

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foi como se segue:

MERCADO	DEZ-12		DEZ-11	
	VALOR	%	VALOR	%
Nacional	189.816.060	87,77%	262.555.681	89,47%
Bélgica	11.905.022	5,50%	12.938.944	4,41%
PALOPS	11.863.668	5,49%	14.931.005	5,09%
Alemanha	1.757.680	0,81%	28.846	0,01%
Reino Unido	181.056	0,08%	346.180	0,12%
Espanha	35.065	0,02%	305.690	0,10%
Outros Mercados	713.095	0,33%	2.336.836	0,80%
	216.271.646	100,00%	293.443.182	100,00%

Adicionalmente, a repartição das vendas e prestação de serviços por atividade é como se segue:

ATIVIDADE	DEZ-12		DEZ-11	
	VALOR	%	VALOR	%
Veículos	145.787.821	67,41%	209.709.241	71,47%
Peças	48.718.860	22,53%	55.467.551	18,90%
Reparações	19.212.146	8,88%	22.858.533	7,79%
Outros	2.552.819	1,18%	5.407.857	1,84%
	216.271.646	100,00%	293.443.182	100,00%

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

30. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresenta-se da seguinte forma:

	DEZ-12	DEZ-11
Subcontratos	1.712.164	1.820.266
Serviços especializados	17.251.167	19.910.838
Trabalhos especializados	5.597.776	6.240.723
Publicidade e propaganda	8.880.936	10.171.354
Vigilância e segurança	607.571	620.427
Honorários	760.501	905.532
Comissões	172.632	320.016
Conservação e reparação	1.231.751	1.652.786
Materiais	390.189	570.464
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	107.084	175.347
Livros e documentação técnica	147.806	232.715
Material de escritório	115.121	139.544
Artigos para oferta	20.178	22.858
Energia e fluidos	2.937.298	3.110.868
Eletricidade	1.112.842	1.132.330
Combustíveis	1.478.929	1.599.019
Água	187.116	206.237
Outros	158.411	173.282
Deslocações, estadas e transportes	1.747.364	2.019.542
Deslocações e estadas	980.762	967.700
Transportes de pessoal	90.464	104.827
Transportes de mercadorias	676.138	947.015
Serviços diversos	10.937.212	12.321.425
Rendas e alugueres	2.674.145	2.482.287
Comunicação	749.740	855.906
Seguros	1.032.230	1.083.500
Royalties	335.225	449.666
Contencioso e notariado	31.191	34.967
Despesas de representação	-	5.040
Limpeza, higiene e conforto	778.832	950.610
Outros serviços	5.335.849	6.459.449
	34.975.394	39.753.403

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

31. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal decompõem-se da seguinte forma:

	DEZ-12	DEZ-11
Remunerações dos órgãos sociais	377.476	591.099
Remunerações do pessoal	24.889.907	26.678.679
Pensões	84.099	3.327.012
Indemnizações	1.482.684	3.075.522
Encargos sobre remunerações	6.102.032	6.482.852
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	357.226	432.987
Outros gastos com o pessoal	2.885.492	3.299.519
	36.178.916	43.887.670

Durante os exercícios findos em dezembro de 2012 e 2011, o número médio de pessoal foi o seguinte:

PESSOAL	DEZ-12	DEZ-11
Empregados	1.058	1.148
Assalariados	513	596
	1.571	1.744

32. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Outros rendimentos operacionais" tem a seguinte composição:

OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS	DEZ-12	DEZ-11
Aluguer de equipamento	9.839.938	9.727.590
Recuperação de encargos com garantias e outras despesas operacionais	9.526.865	9.360.768
Rendas cobradas	2.682.933	-
Serviços prestados	2.151.200	1.813.494
Recuperação de encargos com publicidade e promoção de vendas	2.122.524	1.294.100
Subsídios à exploração	1.802.810	1.292.999
Recuperação de despesas	1.553.940	2.315.620
Trabalhos para a própria empresa	1.400.474	1.974.727
Mais - valias na alienação de ativo fixo tangível	1.394.839	1.825.515
Comissões de intermediação nos financiamentos de viaturas	1.368.251	857.832
Correções relativas a exercícios anteriores	1.042.673	68.067
	34.886.448	30.530.711

Detalhando os principais valores acima mencionados, temos a referir que:

- a rubrica Recuperação de encargos inclui essencialmente redébitos à Toyota Motor Europe relativos a garantias e redébitos a concessionários associados a despesas operacionais;
- a rubrica "Serviços Prestados" refere-se essencialmente a débitos de fees administrativos a empresas fora do perímetro Toyota Caetano;
- a rubrica "Recuperação de despesas" inclui, entre outros, rendimentos relacionados com serviços sociais (débito de despesas com cantina e formação a empresas fora do perímetro Toyota Caetano) e rendimentos obtidos com redébitos de rendas de instalações de Rio de Mouro ao Fundo Cimóvel.

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Outros gastos operacionais" tem a seguinte composição:

OUTROS GASTOS OPERACIONAIS	DEZ-12	DEZ-11
Impostos	1.267.366	834.214
Dívidas incobráveis	442.797	136.379
Perdas em Inventários	55.960	126.966
Descontos pronto pagamento concedidos	16.560	54.330
Perdas nos restantes investimentos financeiros	-	107
Perdas nos restantes investimentos não financeiros	366.883	409.656
Correções relativas a exercícios anteriores	150.420	74.931
Donativos	6.018	6.436
Quotizações	13.768	40.541
Ofertas e Amostras de inventários	-	101
Multas e penalidades	88.412	32.517
Outros não especificados	1.475.761	1.886.292
Outros	1.734.379	2.040.818
	3.883.945	3.602.470

33. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os resultados financeiros consolidados têm a seguinte composição:

GASTOS E PERDAS	DEZ-12	DEZ-11
Juros Suportados	2.884.892	2.648.246
Outros gastos e perdas financeiros	714.584	213.575
	3.599.476	2.861.820
RENDIMENTOS E GANHOS	DEZ-12	DEZ-11
Juros Obtidos	695.651	1.061.084
Rendimentos de Imóveis	-	2.751.712
	695.651	3.812.796

A rubrica de outros gastos e perdas financeiros inclui variações de justo valor de derivados no valor de 216.252 Euros (Nota 25).

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

34. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Apresentamos abaixo um quadro resumo dos instrumentos financeiros do grupo a 31 de dezembro de 2012 e 2011:

DESCRIÇÃO	NOTA	ATIVOS FINANCEIROS		PASSIVOS FINANCEIROS	
		DEZ-12	DEZ-11	DEZ-12	DEZ-11
Investimentos Financeiros Derivados	25	-	-	604.608	388.356
Investimentos Financeiros Disponíveis para Venda	9	3.181.038	3.092.979	-	-
Clientes	11	43.003.562	51.242.902	-	-
Outras Dívidas de Terceiros – Corrente	12	7.657.930	6.572.497	-	-
Outras Dívidas de Terceiros – Não Corrente	12	313.000	-	-	-
Empréstimos Bancários	18	-	-	32.578.948	56.070.000
Locações Financeiras	18	-	-	6.022.324	6.623.165
Descobertos Bancários	18	-	-	219.731	6.900.036
Outros Empréstimos	18	-	-	1.613.326	2.169.033
Dívidas a Terceiros	20	-	-	2.445.622	2.186.237
Outros Passivos Correntes	22	-	-	13.364.892	12.329.927
Fornecedores	19	-	-	18.105.176	31.493.607
Caixa e Equivalentes a Caixa	15	7.507.699	18.006.246	-	-
		61.663.229	78.914.624	74.954.627	118.160.361

INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR

DESCRIÇÃO	NOTA	ATIVOS FINANCEIROS		PASSIVOS FINANCEIROS	
		DEZ-12	DEZ-11	DEZ-12	DEZ-11
Instrumentos Financeiros Derivados	25	-	-	(604.608)	(388.356)
Investimentos Financeiros Disponíveis para Venda	9	3.181.038	3.092.979	-	-
		3.181.038	3.092.979	(604.608)	(388.356)

CLASSIFICAÇÃO E MENSURAÇÃO

DESCRIÇÃO	ATIVO DISPONÍVEL PARA VENDA		INSTRUMENTOS DERIVADOS		NÍVEL
	AO JUSTO VALOR	AO CUSTO	COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA	NEGOCIAÇÃO	
Fundo Cível	3.116.402	-	-	-	1)
Diversos	-	64.636	-	-	3)
Swap taxa juro	-	-	-	(598.885)	2)
Forward cambial	-	-	-	(5.723)	2)

Dando cumprimento ao disposto no parágrafo 27-A da IFRS 7, divulga-se em seguida a classificação de mensurações de justo valor de instrumentos financeiros, por nível hierárquico:

- nível 1 - preços cotados - ativos financeiros disponíveis para venda: 3.116.402 Euros (3.028.343 Euros em 2011);
- nível 2 - *inputs* diferentes dos preços cotados incluídos no nível 1 que sejam observáveis para o ativo ou passivo, quer diretamente (preços), quer indiretamente (derivados dos preços) - derivados de negociação (*swaps* e *forward*): -604.608 Euros (-388.356 Euros em 2011);
- nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não se baseiem em dados de mercado observáveis (*inputs* não observáveis).

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

IMPACTO NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA E NO CAPITAL PRÓPRIO

DESCRIÇÃO	IMPACTO EM CAP. PRÓPRIO		IMPACTO EM RESULTADOS	
	DEZ-12	DEZ-11	DEZ-12	DEZ-11
Instrumentos Financeiros Derivados	-	-	216.252	213.574
Investimentos Financeiros Disponíveis para Venda	88.059	285.725	-	-
	88.059	285.785	216.252	213.574

35. LOCAÇÃO OPERACIONAL

Durante o período de 2012, os pagamentos mínimos relativos a locações operacionais ascenderam a cerca de 10,98 milhões de Euros. Do referido montante, 1,9 milhões referem-se a pagamentos com maturidade de um ano, 5,7 milhões respeitam a pagamentos a ocorrer no período entre dois a cinco anos e 3,4 milhões referem-se a pagamentos de maturidade superior a cinco anos.

36. ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos e transações entre a Empresa-mãe e as suas subsidiárias, que são entidades relacionadas da Empresa-mãe, foram eliminados no processo de consolidação, pelo que não serão divulgadas nesta Nota. O detalhe dos saldos e transações entre o Grupo Toyota Caetano e as entidades relacionadas, pode ser resumido como se segue:

EMPRESAS RELACIONADAS	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMENTOS
ALBITIN - CIMFT, LDA	-	2.436	-	6.988	-	-	-	-	-	-
AMORIM BRITO & SARDINHA, LDA	4.200	-	-	-	-	-	-	-	-	4.037
ASSISTENCIA DEL ESTRECHO, S.L.	-	-	-	-	-	-	-	-	24.000	-
ATLÂNTICA - COMPANHIA PORTUGUESA DE PESCA, S.A.	5.111	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AUTO PARTNER IMOBILIARIA, S.A.	-	78.525	-	-	-	-	-	316.091	-	-
BAVIERA - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.	506.837	174.107	3.230.289	452.052	-	-	3.629	207.715	260.186	360.586
CAETANO ACTIVE (SUL), LDA.	21.643	19.153	5.273	20.877	-	-	(764)	26.880	-	46.743
CAETANO AERONAUTIC, S.A.	151	-	-	-	-	-	-	-	-	273
CAETANO CITY E ACTIVE (NORTE), S.A.	26.694	47.756	31.211	139.999	-	-	3.965	4.800	-	62.163
CAETANO DRIVE, SPORT E URBAN, S.A.	141.820	676.367	383.432	252.075	2.220.017	2.141.652	(33.858)	309.150	-	214.939
CAETANO FORMULA, S.A.	108.884	116.393	20.321	254.215	70.709	61.207	38.403	37.036	-	51.159
CAETANO MOTORS, S.A.	12.679	35.006	(4.878)	138	21.138	-	(21.507)	57.911	-	176.376
CAETANO PARTS, LDA.	9.442	837.761	1.028.504	3.896.304	-	-	26.743	16.803	-	365.219
CAETANO POWER, S.A.	(10.443)	92.192	7.635	114.536	-	7.719	854	9.728	-	178.420
CAETANO RETAIL, SGPS, S.A.	-	24.844	-	-	-	-	-	31.747	-	-
CAETANO RETAIL SERVIÇOS, S.A.	266	-	-	-	-	-	-	-	-	230

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

EMPRESA RELACIONADAS	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMENTOS
CAETANO SPAIN, S.A.	371.074	64.758	19.089	-	-	-	-	-	-	-
CAETANO STAR, S.A.	72.059	19.339	50.465	170.668	-	-	8.475	31.011	-	160.590
CAETANO TECHNIK, S.A.	37.893	345.854	30.227	557.192	62.234	33.198	60.045	39.433	119	173.202
CAETANO UK LIMITED	-	4.840	-	-	-	-	-	-	-	-
CAETANO BUS-FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS, S.A.	9.881.743	230.326	5.026.794	57.807	2.000	-	130.560	289.760	64.835	3.180.551
CAETANO LYRSA, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	2.555	-	612
CAETSU PUBLICIDADE, S.A.	(318)	298.352	717	-	-	-	3.080	2.898.222	3.469	-
CARPLUS-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.	228.677	173.542	98.786	104.123	158.700	326.542	41.420	1.997	31	231.741
CHOICE CAR, S.A.	302	-	-	-	-	-	-	-	-	1.762
CIBERGUIA - INTERNET MARKETING, S.A.	9.954	-	-	-	-	-	-	-	-	-
COCIGA - CONSTRUÇÕES CIVIS DE GAIA, S.A.	32.434	100.415	-	-	90.353	-	249	191.408	247.096	25.472
CONTRAC GMBH MASCHINEN UND ANLAGEN	11.255	335.733	27.196	-	-	-	-	46.940	-	-
DICUORE - DECORAÇÃO, S.A.	600	-	-	-	4.126	-	-	27.150	-	-
ENP-ENERGIAS RENOVÁVEIS PORTUGAL, S.A.	2.190	993	-	-	-	-	3.545	5.476	1.346	6.721
FINLOG - ALUGUER E COMÉRCIO AUTO, S.A.	159.445	156.874	288.013	30.488	-	29.866	186.987	1.207.678	38.117	3.800
FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO	1.430.686	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GILLCAR NORTE - COM. IND. MAQUINAS E TINTAS, S.A.	-	2.760	-	5.758	-	-	-	787	-	-
GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A.	-	1.186	-	-	-	-	-	1.067	-	-
GUERIN RENT A CAR, SL (SOCIEDAD UNIPERSONAL)	1.124.533	1.060.119	-	1.014.618	-	-	-	-	-	257.362
GUÉRIN-RENT-A-CAR (DOIS), LDA.	357.186	96.748	118.516	11.585	-	-	640.558	250.375	45.239	72.964
HDICUORE DESIGN, LDA.	6.743	-	-	-	-	-	5.344	-	-	249
IBERICAR AUTO NIPON, S.L.	23.976	49.411	-	36.100	-	-	-	28.560	1.268	-
IBERICAR GALICIA AUTO, S.L.	324	-	-	-	-	-	-	-	-	324
IBERICAR KELDENICH, S.L.	380	-	-	-	-	-	-	-	-	660
ISLAND RENT, ALUGUER DE AUTOMÓVEIS, S.A.	418	-	-	-	-	-	-	-	-	570
LAVORAUTO-ADMINIST. CONSULT. EMPRESAS, S.A.	-	207.649	-	-	-	-	-	53.389	260.852	-
LIDERA SOLUCIONES, S.L.	-	-	-	-	-	-	-	103.125	-	-
LUSILECTRA - VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, S.A.	234.878	133.639	156.693	218.806	22.020	-	6.296	270.724	11.590	34.994
LUSO ASSISTÊNCIA-GESTÃO DE ACIDENTES, S.A.	1.508	5.665	1.582	1.053	-	-	678	4.038	-	1.150
MDS AUTO- MEDIAÇÃO DE SEGUROS, S.A.	7.784	(46.566)	5.530	-	-	-	1.583	350.674	-	139.888
NOVEF-SGSPS	19.500	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OESTE MAR, LDA.	390	-	-	-	-	-	-	-	-	547

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

EMPRESA RELACIONADAS	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMENTOS
POAL - PAVIMENTAÇÕES E OBRAS ACESSÓRIAS, S.A.	17.806	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PORTIANGA - COMÉRCIO INTERNAC. PARTICIP. S.A.	88.361	4.021	38.734	-	-	-	1.562	23.442	-	83.595
RARCON - ARQUITECTURA E CONSULTADORIA, S.A.	176	33.877	-	-	19.190	-	-	107.850	5.850	2.581
RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO, S.A.	274.408	522.874	3.916	146.026	811	-	136.703	3.986.025	6.301	472.777
SALVADOR CAETANO AUTO AFRICA, SGPS, S.A.	22	-	-	-	-	-	-	150	-	18
SIMOGA - SOC. IMOBILIÁRIA DE GAIA, S.A.	465	-	-	-	-	-	-	-	-	258
SPRAMO - PUBLICIDADE & IMAGEM, S.A.	-	681	-	-	-	-	-	-	-	-
TURISPAIVA - SOCIEDADE TURÍSTICA PAIVENSE, LDA.	1.039	-	-	-	-	-	-	-	-	1.782
VAS AFRICA (SGPS), S.A.	577	-	-	-	-	-	-	-	-	1.266
	15.225.840	5.907.807	10.568.045	7.491.406	2.671.298	2.600.185	1.244.549	11.334.833	970.298	6.315.581

A compra e venda de bens e prestação de serviços a entidades relacionadas foram efetuadas a preços de mercado.

37. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Compromissos financeiros assumidos e não incluídos no Balanço Consolidado:

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o Grupo Toyota Caetano tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

RESPONSABILIDADES	DEZ-12	DEZ-11
Por Créditos Abertos	243.175	277.546
Por Fianças Prestadas	13.578.088	13.255.604
	13.821.263	13.533.150

Dos montantes apresentados em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, relativos a "Fianças Prestadas", o montante de 8.080.910 Euros refere-se à caução prestada à Direção Geral das Alfândegas no âmbito do desalfandegamento de Existências alvo de importação.

Na sequência de financiamentos contratados em 2012, no valor de 29,9 milhões de Euros, dos quais foram utilizados cerca de 19,5 milhões de Euros, encontrando-se, a esta data, por amortizar cerca de 18,6 milhões de Euros (ver detalhe nota 18), o Grupo concedeu às respetivas instituições financeiras garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis avaliados, à data de contração dos referidos financiamentos, em cerca de 37,8 milhões de Euros.

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

LIQUIDAÇÕES DE IMPOSTOS:

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos, exceto para prejuízos fiscais (6 anos). Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2009 a 2012 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de cinco anos. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram recuperados cerca de 934.446 Euros, reconhecidos na rubrica de "Imposto sobre o Rendimento e operações continuadas", referentes a decisões favoráveis entretanto obtidas nos processos de impugnação judicial relativos às liquidações adicionais em sede de IRC dos períodos de 1995 (570.591 Euros) e 1997, 1998 e 1999 (363.855 Euros). Aos referidos montantes enunciados, acresceram juros indemnizatórios igualmente recebidos no valor de 352.203 Euros.

Relativamente à fiscalização efetuada aos exercícios de 2003 e 2004, foram reclamadas as liquidações adicionais, pagas e reconhecidas como custo em exercícios anteriores, e que totalizaram 725.542 Euros, dado a Empresa entender existirem igualmente razões legais válidas para estas contestações. Deste montante, foram recuperados no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cerca de 218.000 Euros por via de reclamação graciosa.

CAETANO – AUTO, S.A.

Em relação à fiscalização efetuada ao exercício de 2003, recebeu-se durante 2007 nota de liquidação adicional em sede de IRC no montante de 453.895 Euros, entretanto paga e reconhecida como gasto e para a qual entendeu a Empresa apresentar também reclamação parcial do montante em causa.

Por sua vez, em relação à fiscalização efetuada ao exercício de 2004, recebeu-se durante 2007 nota de liquidação adicional em sede de IRC no montante de 677.473 Euros, entretanto paga e reconhecida como gasto, para a qual a Empresa elaborou contestação, dado entender existirem razões legais válidas para a mesma. Ainda no âmbito desta fiscalização, recebeu-se notificação para a correção de prejuízos fiscais reportáveis entretanto utilizados em exercícios anteriores, no montante de 354.384 Euros, registada na rubrica "Outros gastos operacionais" em exercícios anteriores.

PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

Reclamação de indemnização por cessação de contrato de agência

O Conselho de Administração e os seus consultores legais entendem que a argumentação apresentada por um anterior agente, que reclama uma indemnização pela cessação do contrato de agência, não está de acordo com a legislação aplicável, pelo que não resultarão assim perdas para o Grupo, não tendo sido registada qualquer provisão nas demonstrações financeiras. De referir que a cessação do contrato em questão ficou a dever-se a incumprimentos de pagamento por parte do agente.

Em janeiro de 2011, concluiu-se o julgamento com decisão favorável ao Grupo, tendo no entanto, o referido agente apresentado recurso em setembro de 2011.

Em setembro de 2012, a Toyota Caetano foi notificada do acórdão da Relação, que não trouxe alterações relevantes à decisão tomada no julgamento de 2011.

Na sequência de novo recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, a Toyota Caetano apresentam contra-alegações em janeiro de 2013.

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

É convicção da administração de que não resultarão quaisquer tipo de responsabilidades para o Grupo decorrentes do desfecho deste processo.

Impugnação Judicial de despedimento coletivo

O Conselho de Administração e os seus consultores legais entendem que o processo de despedimento coletivo se encontra sustentado em motivos de mercado, estruturais e tecnológicos, razão pela qual não se espera que advenham quaisquer responsabilidades para o Grupo decorrentes do desfecho deste processo.

VEÍCULOS EM FIM DE VIDA

Em setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma diretiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. A Salvador Caetano e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É no entanto nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efetivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto, senão nulo.

Entretanto, e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a "ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda." – Empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

INFORMAÇÃO RELATIVA À ÁREA AMBIENTAL

O Grupo adota as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objetivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração do Grupo Toyota Caetano não estima que existam riscos relacionados com a proteção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contraordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício de 2012.

38. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos membros dos órgãos sociais do Grupo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram como se segue:

ORGÃOS SOCIAIS	DEZ-12	DEZ-11
Conselho de Administração		
Remuneração fixa	550.505	653.755
Remuneração variável	-	82.500

Notas às Demonstrações

04. Financeiras

39. REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Os honorários pagos à sociedade de Revisores oficiais de contas, PricewaterhouseCoopers & Associados – S.R.O.C., Lda. no exercício de 2012 foi como segue:

	DEZ-12
Honorários Totais referentes revisão legal de contas	98.650
Honorários referentes apoio verificação doc. Projetos Investimento	4.100
	102.750

40. EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde a conclusão do ano de 2012 e até à presente data, não se observaram quaisquer factos relevantes suscetíveis de serem mencionados.

41. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 8 de abril de 2013.

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Takeshi Numa; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes



05.Pareceres

RELATÓRIO E CONTAS 2012.TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

05. Pareceres

Senhores Acionistas,

1. De harmonia com o disposto na alínea g) do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais e no contrato social, compete-nos submeter à vossa apreciação o relatório sobre a atividade desenvolvida e dar parecer sobre os documentos de prestação de Contas Individuais e Consolidadas da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., referentes ao exercício de 2012 que nos foram presentes pelo Conselho de Administração.
2. No desempenho das funções que nos foram cometidas, procedemos, durante o exercício, ao acompanhamento dos negócios sociais, sua evolução e, com a frequência e extensão consideradas aconselháveis e adequadas, à análise geral dos procedimentos contabilísticos e à confirmação, por amostragem, dos respetivos registos.
3. Não tomamos conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.
4. Analisamos a Certificação Legal das Contas individuais e a Certificação Legal das Contas consolidadas emitidas pelo Revisor Oficial de Contas, com as quais concordamos.

Assim sendo,

5. Vêm todos os membros do Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, afirmar que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado, incluindo os documentos de prestação de Contas Individuais e Consolidadas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo ainda uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.
6. E, nos termos do n.º 5 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. declara que o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário inclui os elementos referidos no artigo 245.º- A do Código dos Valores Mobiliários.
7. Nestes termos, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual:
 - a. Aprove o relatório do Conselho de Administração e as Contas Individuais e Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012;
 - b. Aprove a proposta de Aplicação de Resultados contida no relatório do Conselho de Administração.

Vila Nova de Gaia, 9 de abril de 2013

José Domingos da Silva Fernandes – Presidente
Alberto Luis Lema Mandim - Vogal
Takehiko Kuriyama – Vogal
Maria Lívia Fernandes Alves – Suplente

05. Pareceres

Declaração do Conselho Fiscal

Todos os membros do Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado, incluindo os documentos de prestação de Contas Individuais e Consolidadas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo ainda uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

Vila Nova de Gaia, 9 de abril de 2013

José Domingos da Silva Fernandes – Presidente
Alberto Luis Lema Mandim - Vogal
Takehiko Kuriyama – Vogal
Maria Livia Fernandes Alves – Suplente

05. Pareceres

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Individual

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório único de gestão e nas demonstrações financeiras anexas da Toyota Caetano Portugal, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um total de 193.105.879 euros e um total de capital próprio de 128.823.013 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.642.591 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório único de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

05. Pareceres

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Toyota Caetano Portugal, S.A., em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245^o-A do Código dos Valores Mobiliários.

8 de abril de 2013

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 9077
representada por:

José Pereira Alves, R.O.C.

05. Pareceres

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório único de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da Toyota Caetano Portugal, S.A., as quais compreendem a Demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de 213.981.238 euros e um total de capital próprio de 129.235.390 euros, o qual inclui interesses não controlados de 812.346 euros e um resultado líquido negativo de 2.853.034 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada do rendimento integral, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório único de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório único de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

05. Pareceres

OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Toyota Caetano Portugal, S.A. em 31 de dezembro de 2012, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

7. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório único de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

8 de abril de 2013

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

José Pereira Alves, R.O.C.

05. Pareceres

Declaração da Comissão de Remunerações

A Comissão de Remunerações da sociedade Toyota Caetano Portugal, S.A. vem declarar o seguinte:

a. Cumprimento da Política de Remunerações definida para o Exercício de 2012:

Analisados todos os elementos contabilísticos e demais registos da Toyota Caetano Portugal, foi por esta Comissão constatado que não ocorreu qualquer alteração remuneratória dos elementos dos órgãos sociais durante o exercício de 2012, tendo assim sido cumpridas a proposta desta Comissão aprovada na Assembleia Geral de 27 de abril de 2012.

b. Política de Remuneração a aplicar durante o Exercício de 2013:

Face à conjuntura económica atual e atendendo às previsões de atividade e resultados para o exercício de 2013, fornecidas pela Administração da Sociedade, é entendimento desta Comissão que devem ser mantidos os valores remuneratórios de natureza fixa para todos os elementos dos Órgãos Sociais até ao término do presente mandato e caso estes mantenham funções executivas.

Contudo, esta Comissão admite a possibilidade de rever a política agora definida, como medida estratégica de adaptação à evolução da conjuntura económica e dos seus impactos no setor automóvel.

Para os elementos não executivos é parecer desta Comissão que os mesmos não devem auferir qualquer remuneração, a exemplo, aliás, da prática até agora seguida.

Quanto à remuneração variável dos elementos executivos do Conselho de Administração, esta tem vindo a ser atribuída em função dos resultados obtidos pela Sociedade, conjugando-se com a política de distribuição de dividendos aos Acionistas e de gratificações a pagar aos Colaboradores.

Em 2012, esta componente de remuneração não ultrapassou os 2% dos resultados distribuíveis, conforme proposta desta Comissão.

Assim sendo e reportando-se à alínea b) do número 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, vem esta Comissão de Remunerações propor a manutenção do critério estipulado para 2012, ou seja, que a remuneração variável dos membros Executivos do Conselho de Administração não exceda os 2% dos resultados distribuíveis apurados no exercício.

A decisão de atribuição de Remuneração Variável em função dos resultados obtidos tem implícita a verificação do alinhamento dos interesses dos membros do órgão de Administração com os interesses da Sociedade, sendo, portanto, um dos mecanismos a ser enquadrado na alínea a) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho e, simultaneamente, dando resposta à alínea e) do mesmo artigo, garantindo a limitação da remuneração variável no caso dos resultados apurados serem de natureza negativa.

Tendo em vista a informação relativa à alínea c) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009 de 19 de junho, cumpre-nos atestar a não existência de qualquer plano de atribuição de ações ou opção de aquisição de ações por parte dos membros dos órgãos de Administração e fiscalização, sendo proposta desta Comissão a manutenção deste critério.

A prática da empresa nos timings de pagamentos anuais deve, segundo nossa opinião, manter-se, sendo portanto de excluir a possibilidade elencada na alínea d) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009.

Vila Nova de Gaia, 4 de março de 2013

A Comissão de Remunerações

Alberto Luis Lema Mandim

Maria Conceição Monteiro da Silva

Francelim Costa da Silva Graça



06.Governo das Sociedades

RELATÓRIO E CONTAS 2012.TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

06. Governo das Sociedades

CAPÍTULO O DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

01. O Relatório foi elaborado no cumprimento das orientações constantes do Regulamento da CMVM n.º 1/2010 de 1 de fevereiro, que revogou o Regulamento da CMVM n.º 1/2007 e com as recomendações emitidas em janeiro de 2010 constantes do Código de Governo das Sociedades da CMVM. Encontra-se disponível no sítio da Empresa em www.toyotacaetano.pt, bem como no domínio da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em www.cmvm.pt.
02. De seguida indica-se o cumprimento das recomendações contidas no Código de Governo das Sociedades da CMVM e os capítulos do presente relatório onde se descrevem as medidas para o seu cumprimento:

Recomendações da CMVM	Cumprimento	Relatório
I. ASSEMBLEIA GERAL		
I.1 MESA DA ASSEMBLEIA GERAL		
I.1.1 O presidente da mesa da Assembleia Geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.	Sim	I1/I2
I.1.2 A remuneração do presidente da mesa da Assembleia Geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Sim	I3
I.2 PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA		
I.2.1 A antecedência imposta para a recepção, pela mesa, das declarações de depósito ou bloqueio das Ações para a participação em assembleia geral não deve ser superior a cinco dias úteis.	Sim	I4
I.2.2 Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período que medeia até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência exigida na primeira sessão.	Sim	I5
I.3 VOTO E EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO		
I.3.1 As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária ao voto por correspondência e, quando adotado e admissível, ao voto por correspondência eletrónico.	Sim	I9/I10/I12
I.3.2 O prazo estatutário de antecedência para a receção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a três dias úteis.	Não	I9/I11
I.3.3 As sociedades devem assegurar a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação acionista, preferencialmente através de previsão estatutária que faça corresponder um voto a cada ação. Não cumprem a proporcionalidade as sociedades que, designadamente: i) tenham ações que não confirmam o direito de voto; ii) estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.	Sim	I6/I7
I.4 QUÓRUM DELIBERATIVO		
As sociedades não devem fixar um quórum constitutivo ou deliberativo superior ao previsto por lei.	Não	I8
I.5 ATAS E INFORMAÇÃO SOBRE DELIBERAÇÕES ADOTADAS		
Extratos de ata das reuniões da Assembleia Geral, ou documentos de conteúdo equivalente devem ser disponibilizadas aos acionistas no sítio Internet da sociedade, no prazo de cinco dias após a realização da Assembleia Geral, ainda que não constituam informação privilegiada. A informação divulgada deve abranger as deliberações tomadas, o capital representado e os resultados das votações. Estas informações devem ser conservadas no sítio da Internet da sociedade durante pelo menos três anos.	Sim	I13/I14
I.6 MEDIDAS RELATIVAS AO CONTROLO DAS SOCIEDADES		
I.6.1 As medidas que sejam adotadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus acionistas. Os estatutos das sociedades que, respeitando esse princípio, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos será sujeita a deliberação pela Assembleia a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal - e que nessa deliberação se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Sim	I20
I.6.2 Não devem ser adotadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Sim	I20

06. Governo das Sociedades

II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

II.1. TEMAS GERAIS

II.1.1. ESTRUTURA E COMPETÊNCIA

II.1.1.1 O órgão de administração deve avaliar no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade o modelo adotado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de atuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.

Sim 115

II.1.1.2 As sociedades devem criar sistemas internos de controlo e gestão de riscos, em salvaguarda do seu valor e em benefício da transparência do seu governo societário, que permitam identificar e gerir o risco. Esses sistemas devem integrar, pelo menos, as seguintes componentes: i) fixação dos objetivos estratégicos da sociedade em matéria de assumpção de riscos; ii) identificação dos principais riscos ligados à concreta atividade exercida e dos eventos susceptíveis de originar riscos; iii) análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais; iv) gestão do risco com vista ao alinhamento dos riscos efetivamente incorridos com a opção estratégica da sociedade quanto à assunção de riscos; v) mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adotadas e da sua eficácia; vi) adopção de mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos;

Sim 116/119

II.1.1.3 O órgão de administração deve assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, cabendo ao órgão de fiscalização a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respetivo ajustamento às necessidades da sociedade.

Sim 115/119

II.1.1.4. As sociedades devem, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade: i) identificar os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da atividade; ii) descrever a atuação e eficácia do sistema de gestão de riscos.

Sim 115/119

II.1.1.5. Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade.

Não 111

II.1.2. INCOMPATIBILIDADES E INDEPENDÊNCIA

II.1.2.1 O conselho de administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros executivos.

Não 114

II.1.2.2 De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.

Não 114

II.1.2.3. A avaliação da independência dos seus membros não executivos feita pelo órgão de administração deve ter em conta as regras legais e regulamentares em vigor sobre os requisitos de independência e o regime de incompatibilidades aplicáveis aos membros dos outros órgão sociais, assegurando a coerência sistemática e temporal na aplicação dos critérios de independência a toda a sociedade. Não deve ser considerado independente administrador que, noutro órgão social, não pudesse assumir essa qualidade por força das normas aplicáveis.

Sim 114

II.1.3 ELEGIBILIDADE E NOMEAÇÃO

II.1.3.1. Consoante o modelo aplicável, o presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.

Sim 1121

II.1.3.2. O processo de selecção de candidatos a administradores não executivos deve ser concebido de forma a impedir a interferência dos administradores executivos.

Sim 116

II.1.4. POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

II.1.4.1 A sociedade deve adotar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.

Sim 1135

II.1.4.2 As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o Governo das Sociedades.

Sim 1135

06. Governo das Sociedades

II.1.5. REMUNERAÇÃO

II.1.5.1 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses de longo prazo da sociedade, basear-se em avaliação de desempenho e desincentivar a assunção excessiva de riscos. Para este efeito, as remunerações devem ser estruturadas, nomeadamente, da seguinte forma: i) a remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho realizada pelos órgãos competentes da sociedade, de acordo com critérios mensuráveis pré-determinados, que considere o real crescimento da empresa e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da empresa.; ii) a componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes; iii) uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período; iv) Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade; v) Até ao termo do seu mandato, devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações; vi) Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos; vii) Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de administrador não seja paga se a destituição ou cessação por acordo é devida a desadequado desempenho do administrador; viii) A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deverá incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da sociedade.

Não II30/II33/II34

II.1.5.2 A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, deve, além do conteúdo ali referido, conter suficiente informação: i) sobre quais os grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração; ii) sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.

Não II32

II.1.5.3 A declaração sobre a política de remunerações a que se refere o art. 2.º da Lei n.º 28/2009 deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa e a contenção na tomada de riscos.

Não II32

II.1.5.4 Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições gerais a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em assembleia geral as principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.

Sim II8

II.1.5.6 Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas Assembleias Gerais de acionistas.

Sim II5

II.1.5.7 Deve ser divulgado, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade, o montante da remuneração recebida, de forma agregada e individual, em outras empresas do grupo e os direitos de pensão adquiridos no exercício em causa.

Sim II31

II.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

II.2.1 Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.

Não II6

II.2.2 O conselho de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.

Sim II6

06. Governo das Sociedades

II.2.3 Caso o presidente do conselho de administração exerça funções executivas, o conselho de administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos acionistas no âmbito do relatório sobre o Governo da Sociedade.	Não	II17
II.2.4 O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a atividade desenvolvida pelos administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Sim	II6/II17
II.2.5. A sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Sim	II11
II.3. ADMINISTRADOR DELEGADO, COMISSÃO EXECUTIVA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO		
II.3.1 Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Sim	II8
II.3.2 O presidente da comissão executiva deve remeter, respetivamente, ao presidente do conselho de administração e, conforme aplicável, ao presidente da conselho fiscal ou da comissão de auditoria, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.	Sim	II 10
II.3.3 O presidente do conselho de administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.	Não Aplicável	
II.4. CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÕES PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, COMISSÕES DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL		
II.4.1 O conselho geral e de supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do conselho de administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) a definição da estratégia e das políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Não Aplicável	
II.4.2 Os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem ser objeto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.	Sim	III5
II.4.3 Os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem incluir a descrição sobre a atividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Sim	III5
II.4.4 O conselho geral e de supervisão, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respetiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios.	Sim	II24
II.4.5 O conselho geral e de supervisão, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Sim	II24
II.4.6. Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance) devem reportar funcionalmente à Comissão de Auditoria, ao Conselho Geral e de Supervisão ou, no caso das sociedades que adotem o modelo latino, a um administrador independente ou ao Conselho Fiscal, independentemente da relação hierárquica que esses serviços mantenham com a administração executiva da sociedade.	Não	II5/II6
II.5. COMISSÕES ESPECIALIZADAS		
II.5.1 Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) refletir sobre o sistema de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria; iii) identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de administrador.	Não	II2
II.5.2 Os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	Sim	II38

06. Governo das Sociedades

II.5.3. Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração, ao próprio Conselho de Administração da sociedade ou que tenha relação atual com consultora da empresa. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Sim	II39
II.5.4 Todas as comissões devem elaborar atas das reuniões que realizem.	Sim	II12

III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA

III.1 DEVERES GERAIS DE INFORMAÇÃO

III.1.1 As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos acionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.	Sim	III6
III.1.2 A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês: a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais; b) Estatutos; c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado; d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso; e) Documentos de prestação de contas; f) Calendário semestral de eventos societários; g) Propostas apresentadas para discussão e votação em Assembleia Geral; h) Convocatórias para a realização de Assembleia Geral.	Sim	III5
III.1.3. As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	Sim	III8
III.1.4. O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	Sim	III8
III.1.5. A sociedade não deve contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	Não	III7

IV. CONFLITOS DE INTERESSES

IV.1. RELAÇÕES COM ACIONISTAS

IV.1. Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.	Sim	III2
IV.1.2. Os negócios de relevância significativa com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do órgão de fiscalização. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção.	Não	III3

03. Relativamente às recomendações que não são cumpridas cumpre-nos informar o seguinte:

I.3.2.

De acordo com os atuais Estatutos estabelece-se um prazo mínimo de cinco dias úteis de antecedência na recepção do voto por correspondência.

I.4.

Embora não estando fixado um quórum constitutivo superior ao previsto na lei, encontram-se definidas nos Estatutos da Empresa um conjunto de deliberações, conforme o transcrito no ponto I8 do Relatório, as quais obrigam a um quórum mínimo de 75% do capital social da Empresa, superior ao previsto na lei.

06. Governo das Sociedades

II.1.1.5

A Empresa está a desenvolver esforços no sentido da criação e divulgação na página da Internet da Empresa dos regulamentos de funcionamento dos órgãos de administração e fiscalização.

II.1.2.1

O Conselho de Administração é constituído por um total de sete membros, dos quais dois são não executivos (ver ponto II.1.4 do Relatório para mais detalhe relativo à composição do Conselho, representando, o número de não executivos, 29% do total dos administradores.

II.1.2.2

Os membros não executivos do Conselho de Administração (2 num total de 7 membros), nomeados pela Toyota Motor Europe, não podem ser considerados independentes.

II.1.5.1

Pese embora todas as medidas cumpridas e explicitadas no número II.33 a opção pela explicitação do não cumprimento advém do não alinhamento da remuneração variável dos Administradores com uma política de médio e longo prazo de maximização dos resultados da Empresa.

II.1.5.2

A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização efetuada pela comissão de remunerações tal como descrita no ponto II.32 não contempla deliberações sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.

II.1.5.3

Embora seja emitida e submetida a apreciação da Assembleia Geral de Acionistas a declaração de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização, contendo todos os elementos obrigatórios nos termos da referida Lei, tal declaração não abrange especificamente o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da Sociedade nem a referência à contenção na tomada de riscos, já que a mesma decorre do eficiente sistema de controlo interno implementado na Empresa.

II.2.1

Não houve delegação formal de competências nos administradores executivos.

A delegação de poderes do Conselho de Administração encontra-se descrita no ponto II.6 do Relatório.

II.2.3

Recomendação não adotada uma vez que os membros não executivos não são independentes conforme o ponto II.4 do relatório.

II.4.6

Tal como descrito nos pontos II.5 e II.6 o controlo de riscos inerentes à atividade é efetuado pelo Conselho de Administração.

II.5.1

O Conselho de Administração não criou até ao momento comissões especializadas com vista a assegurar a avaliação independente do desempenho dos seus membros.

III.1.5

A rubrica de outros serviços prestados pelo auditor externo compreende a verificação de documentação de suporte do projeto de investimento enquadrado no Sistema de incentivos à Investigação & Desenvolvimento do Programa Operacional do QREN tendo cabido ao Conselho de Administração assegurar antes da adjudicação, que aos auditores e sua respetiva rede, não são contratados serviços que, nos termos da Recomendação da Comissão Europeia nº C (2002) 1873 de 16 de maio de 2002 possam por em causa a sua independência.

IV.1.2

O Conselho Fiscal no âmbito das suas competências não procedeu à avaliação prévia dos negócios realizados entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, uma vez que considera que os mesmos foram realizados em condições normais de mercado.

04.

Conselho de Administração:

Dado na sua composição não existirem elementos independentes, não é possível exarar uma declaração de independência de cada um dos seus membros.

Conselho Fiscal:

Este órgão, através de declaração escrita, ajuizou sobre a independência de cada um dos seus membros, não tendo detetado qualquer facto que determine a sua perda.

06. Governo das Sociedades

RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

CAPÍTULO I ASSEMBLEIA GERAL

I.1. A Assembleia Geral é composta por todos os acionistas com direito de voto, a quem compete deliberar sobre alterações estatutárias, proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade, deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício, proceder à eleição dos corpos sociais de sua competência e, de uma forma geral, deliberar sobre todos os termos que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração.

A Mesa da Assembleia Geral é composta por 4 membros conforme a seguir indicado:

José Lourenço Abreu Teixeira – Presidente
Manuel Fernando Monteiro da Silva – Vice-Presidente
António Manuel de Oliveira Saramago – Secretário
Maria Olívia Almeida Madureira – Secretário

A sociedade coloca à disposição dos membros da mesa da Assembleia Geral os recursos humanos e logísticos e apoio adequados às suas necessidades, através do departamento legal da sociedade. Este colabora ativamente na preparação das Assembleias Gerais, garantindo a publicação das respetivas convocatórias, recepção e controlo de todas as comunicações de acionistas e intermediários financeiros, trabalhando em estreita colaboração e garantindo, igualmente, toda a logística das assembleias-gerais.

I.2. A atual mesa da Assembleia Geral, foi eleita em 2011 por um período de 4 anos e cessa o seu mandato em 2014.

I.3. A remuneração do Presidente e Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral é constituída por um montante fixo, correspondente à presença efetiva nas reuniões ocorridas durante 2012.

Em 2012 o Presidente e o Vice-Presidente da Assembleia Geral não auferiram quaisquer remunerações.

I.4. Os acionistas que pretendam estar presentes devem ter as suas ações averbadas em seu nome no Livro de Registo de Ações da Sociedade ou fazer prova do respetivo depósito em intermediário financeiro, através de fax ou correio eletrónico, até cinco dias úteis antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral.

I.5. As regras de bloqueio das ações em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, decorrem da aplicação direta da lei geral aplicável, dado que nos Estatutos da Empresa não se encontram contempladas regras específicas para esta matéria.

I.6. Nos termos dos Estatutos da Sociedade, artigo 4º n.º 6, a cada grupo de cem ações corresponde um voto.

I.7. Não se encontram consideradas nos Estatutos da empresa regras estatutárias que prevejam a existência de ações que não confirmem o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.

I.8. Têm direito de estar presentes na Assembleia Geral, e aí discutir e votar, os acionistas que sejam titulares legítimos de ações com direito a, pelo menos, um voto. Porém, os acionistas que não possuam número mínimo de cem ações podem agrupar-se, de forma a completá-lo, devendo, nesse caso, fazer-se representar por um só deles, cuja identificação deverá constar em carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Não existem regras estatutárias definidas para o exercício do direito de voto excepto no que respeita ao quórum mínimo de 75% necessário à aprovação das seguintes deliberações:

- a) Alteração do contrato da Sociedade;
- b) Incorporação de fundos de reservas no capital social, nomeada e especificamente reservas de reavaliação;
- c) Transmissão, locação ou cessão de exploração de toda ou de uma parte importante da atividade da sociedade, e sucessão ou aceitação da atividade de uma terceira entidade;
- d) Redução ou aumento de capital;
- e) Divisão de lucros e fixação de percentagem de dividendos, bem como a eventual distribuição de fundos de Reservas Livres;
- f) Emissão de obrigações;
- g) Eleição ou destituição de todos ou de alguns dos membros dos órgãos sociais;
- h) Eleição ou destituição dos membros da Comissão de Remunerações;

06. Governo das Sociedades

- i) Fusão, cisão ou dissolução da Sociedade, bem como a nomeação de liquidatários;
- j) Aquisição, alienação, transmissão, locação e cessão de bens do ativo fixo tangível com valor de transação superior a dois milhões e quinhentos mil euros.
- Se, para deliberar sobre os assuntos referidos no número anterior, em primeira convocatória não se encontrar presente a maioria aí exigida, a Assembleia Geral, para deliberar sobre os mesmos assuntos, funcionará quinze dias após, em segunda convocatória, e exigindo-se que a respetiva decisão seja votada por uma maioria de setenta e cinco por cento dos votos dos acionistas presentes ou representados.
- I.9. Os Senhores Acionistas poderão exercer o direito de voto por correspondência, nos seguintes termos:
- a) Os votos por correspondência devem ser endereçados à sede da Sociedade e nesta recebidos, através de carta registada, com aviso de recepção, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com, pelo menos, cinco dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia, carta essa a qual incluirá declaração emitida por intermediário financeiro comprovativa da titularidade das ações e, ainda, sobrescrito fechado contendo a declaração de voto;
- b) A declaração de voto deverá ser assinada pelo legítimo titular das ações ou pelo seu representante legal, devendo o acionista, se for pessoa singular, fazer acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu bilhete de identidade, e se for pessoa coletiva deverá a assinatura ser reconhecida na qualidade e com poderes para o ato;
- c) Os votos por correspondência serão considerados no momento destinado à votação na Assembleia-geral, sendo adicionados aos aí exercidos.
- d) Só serão consideradas válidas as declarações de voto onde, de forma expressa e inequívoca, conste:
- a indicação da Assembleia-geral e do ponto ou pontos da respetiva ordem de trabalhos a que respeita;
 - a proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes da mesma, sendo, no entanto, permitido a um acionista que envie declaração de voto relativamente a certa proposta a declarar que vota contra todas as demais propostas no mesmo ponto da ordem de trabalhos, sem outras especificações;
 - a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta, bem como se o mesmo se mantém caso a proposta venha a ser alterada pelo seu proponente, podendo o acionista condicionar o sentido de voto para certa proposta à aprovação ou rejeição de outra, no âmbito do mesmo ponto da ordem de trabalhos.
- e) Entende-se que os acionistas que enviem declarações de voto por correspondência votam negativamente todas as propostas de deliberação apresentadas em momento ulterior à emissão do voto.
- I.10. Atendendo ao ponto anterior, a Toyota Caetano Portugal disponibiliza na página da internet da Empresa (www.toyotacaetano.pt) um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.
- I.11. Conforme descrição na alínea a) do ponto I9, a declaração de voto têm de ser recepcionada pela empresa até cinco dias antes da realização da Assembleia Geral.
- I.12. Cumpre-nos informar que de acordo com os atuais Estatutos da Sociedade não se encontra prevista a possibilidade de exercício do direito de voto por meios eletrónicos.
- I.13. Num período de cinco dias a contar da data da realização das Assembleias Gerais é disponibilizada na página da Internet da Empresa (www.toyotacaetano.pt), informação sobre as deliberações adotadas, ao capital representado e ao resultado das votações.
- I.14. Na página da Internet da Empresa (www.toyotacaetano.pt), encontra-se disponível um acervo histórico das lista de presenças e as deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da Empresa dos anos antecedentes.
- I.15. Na Assembleia Geral realizada a 27 de abril de 2012 esteve presente um representante da comissão de remunerações.
- I.16. A Assembleia Geral delegou na Comissão de Remunerações a definição das políticas remuneratórias a aplicar bem assim como a avaliação de desempenho dos membros do órgão de administração e informar a Assembleia Geral sobre as políticas propostas e o seu cumprimento.
- I.17. Não existe na sociedade Plano de Atribuição de ações aos membros dos Órgãos de Administração.
- I.18. A Toyota Caetano Portugal, S.A. (em conjunto com outras associadas) constituiu um fundo de pensões por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988. Este Fundo de Pensões constituído previa, inicialmente, enquanto a Toyota Caetano mantivesse a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores pudessem vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.
- Face à conjuntura económica a 1 de janeiro de 2008 procedeu-se a alterações nas condições do Fundo de Pensões Salvador Caetano as quais passaram resumidamente pelas seguintes alterações:
- manutenção de um regime de Benefício Definido (20% do salário pensionável da segurança Social à data de reforma(65 anos)) para os atuais reformados e beneficiários de pensões diferidas, bem como para todos os atuais trabalhadores dos

06. Governo das Sociedades

associados do Grupo Salvador Caetano e que, à data de 1 de janeiro de 2008, tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço;

- um Plano de Contribuição Definida para o restante universo de trabalhadores.

Os membros do Conselho de Administração beneficiam do Fundo Pensões Salvador Caetano desde que cumprindo todos os requisitos exigidos para qualquer outro colaborador de uma das empresas do universo constante do Fundo de Pensões. Atualmente, o Fundo de Pensões abrange membros do Conselho de Administração que se encontrem nas condições acima referidas, tendo a referida inclusão sido aprovada em Assembleia Geral.

- I.19. Nos termos dos Estatutos da empresa não se encontra contemplado o dever de sujeitar, pelo menos de cinco em cinco anos, a deliberação da assembleia-geral, a manutenção ou eliminação da norma estatutária que preveja a limitação do número de votos susceptíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.
- I.20. Não existem medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.
- I.21. Esta sociedade tem conhecimento de um acordo parassocial instituído paralelamente ao contrato de distribuição com a Toyota Motor Europe NV/S.A., o qual garante à empresa-mãe Toyota Motor Corporation que a empresa Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S), S.A. (Holding familiar de Salvador Caetano) manterá uma detenção mínima do capital social desta sociedade de cerca de 60%, enquanto o contrato de distribuidor nacional Toyota vigorar. Tal acordo tem a natureza de mero “compromisso de honra” pois do mesmo não constam cláusulas penalizantes em caso de incumprimento.
- I.22. Não existe qualquer acordo entre a Empresa e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

CAPÍTULO II ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

SECÇÃO I – TEMAS GERAIS

II.1. A Empresa é composta pelos seguintes órgãos:

Conselho de Administração eleito em 2011 por um período de 4 anos, cessando o seu mandato em 2014, é composto, de acordo com os estatutos da Toyota Caetano Portugal, S.A., por 7 membros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, pelo período de quatro anos, renovável, a quem compete praticar todos os atos de gestão na concretização de operações inerentes ao seu objeto social, tendo por fim o interesse da Sociedade, acionistas e trabalhadores. A Assembleia Geral poderá igualmente eleger dois administradores suplentes.

A 30 de agosto de 2012, face à renúncia apresentada por Hiroyuki Ochiai, ao cargo, de Vogal, o Conselho de Administração nomeou por cooptação, para o período ainda não decorrido do quadriénio em curso, Takesh Numa para exercer a função de Vogal.

O Conselho de Administração e suas funções detalham-se como segue:

- José Reis da Silva Ramos –Presidente
- Daniel Schillaci – Vogal
- Takeshi Numa – Vogal
- Maria Angelina Martins Caetano Ramos – Vogal
- Salvador Acácio Martins Caetano – Vogal
- Miguel Pedro Caetano Ramos – Vogal
- Rui Manuel Machado de Noronha Mendes – Vogal
- Shigeki Enami – Suplente

Conselho Fiscal, composto por 3 membros efetivos e um suplente.

Na Assembleia geral de 27 de abril de 2012 Alberto Luis Lema Mandim foi eleito para o cargo de Vogal do Conselho fiscal, passando para suplente Maria Livia Fernandes Alves.

06. Governo das Sociedades

O atual Conselho Fiscal, eleito em 2011 por um período de 4 anos cessando o seu mandato em 2014, e suas funções detalham-se como segue:

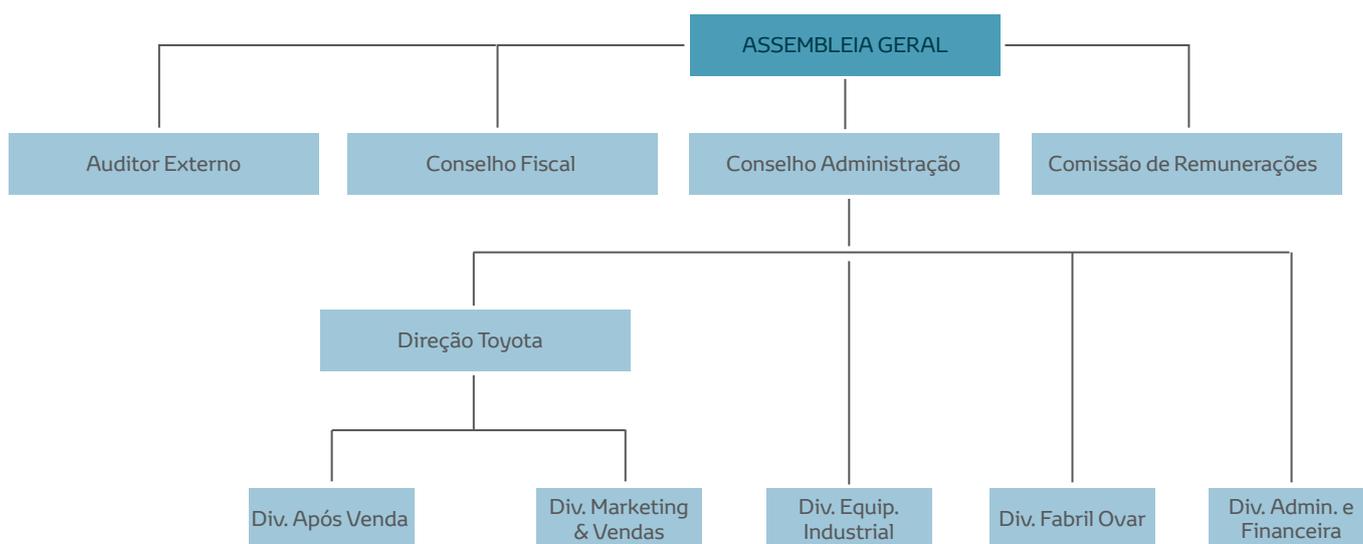
- José Domingos da Silva Fernandes - Presidente
- Alberto Luis Lema Mandim – Vogal
- Takehiko Kuriyama – Vogal
- Maria Livia Fernandes Alves – Suplente

Revisor Oficial de Contas na pessoa de José Pereira Alves em representação da empresa PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda..

Os regulamentos de funcionamento dos órgãos de administração e fiscalização não se encontram divulgados no sítio na Internet da sociedade.

II.2. A sociedade não tem qualquer comissão que possa ser enquadrada neste ponto.

II.3. O organigrama funcional da Empresa é como segue:



II.4. O relatório e parecer anuais do Conselho Fiscal são divulgados juntamente com os documentos de prestação de contas do Conselho de Administração disponíveis na página da Internet da Empresa (www.toyotacaetano.pt).

II.5. A Sociedade adota o modelo de governação vulgarmente conhecido como «latino reforçado», que preconiza a separação entre os órgãos de administração e de fiscalização, bem como uma dupla fiscalização, composta por um conselho fiscal e por um revisor oficial de contas. Da avaliação efetuada pelo Conselho de Administração conclui-se que a adoção deste modelo permite a existência de um órgão de fiscalização com poderes de fiscalização efetivos e reforçados, composto integralmente por membros sujeitos a um regime de incompatibilidades e a requisitos de independência.

Na Toyota Caetano Portugal, S.A., o controlo dos riscos inerentes à atividade é efetuado diretamente pelo Conselho de Administração, dada a estreita relação e tempo dedicado ao desempenho das suas funções. Os principais riscos encontram-se descritos no ponto II.9.

A informação financeira é divulgada na página oficial na Internet da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e na página oficial na Internet da Toyota Caetano Portugal, S.A., (www.toyotacaetano.pt), utilizando como veículo de divulgação o representante para as relações com o mercado.

06. Governo das Sociedades

II.6. O Conselho de Administração delega competências num diretor responsável por cada uma das divisões identificadas no organigrama acima, nomeadamente de gestão corrente e com os quais se reúne periodicamente para análise e acompanhamento da atividade desenvolvida. Refira-se que é elaborado um orçamento anual o qual é, no decurso do exercício, sujeito a controlo periódico levado a cabo pelo Conselho de Administração e pela Direção operacional da empresa.

Compete ao Conselho de Administração exercer os mais amplos poderes, representando a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, assim como praticar todos os atos tendentes à realização do objeto social e, em especial:

- a) Sem necessidade de deliberação dos acionistas, o Conselho de Administração pode criar sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação, quer em Portugal quer no estrangeiro;
- b) Instalar ou adquirir, manter, transferir ou encerrar estabelecimentos, fábricas, laboratórios, oficinas, depósitos ou armazéns;
- c) Adquirir, alienar e obrigar por qualquer forma ações e obrigações próprias, conforme deliberado em Assembleia Geral, adquirir bens imóveis e, com o parecer prévio do Conselho Fiscal, aliená-los;
- d) Negociar com quaisquer instituições de crédito, nomeadamente bancos, todas e quaisquer operações que entenda necessárias, designadamente contraindo empréstimos, nos termos, condições e forma que reputar conveniente;
- e) Movimentar contas bancárias, depositar e levantar dinheiros, emitir, sacar, aceitar e endossar letras, livranças, cheques, extratos de faturas e outros quaisquer títulos de crédito;
- f) Confessar, desistir ou transigir em quaisquer ações;
- g) Constituir mandatários da Sociedade;
- h) Desempenhar as demais funções previstas nos estatutos ou na lei;
- i) Assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos.

Os membros executivos do Conselho de Administração disponibilizam a todos os Órgãos Sociais, nomeadamente ao Conselho Fiscal e à Mesa da Assembleia Geral, informações por estes requeridas, em tempo útil e de forma adequada ao requerido.

Compete ao Conselho Fiscal, composto por 3 membros efetivos e um suplente, a fiscalização da administração, a verificação da regularidade das contas da Sociedade, registos contabilísticos e documentos de suporte e verificar a observância da lei e do contrato da Sociedade.

É também da sua competência indicar, representar a sociedade junto de e supervisionar a atividade e a independência do Auditor Externo, com ele interagindo diretamente nos termos das suas competências e normas de funcionamento.

II.7. Nos estatutos da empresa não se encontra estipulado a limitação quanto ao número máximo de cargos acumuláveis pelos administradores em órgãos de administração de outras sociedades, tentando os membros do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. fazer parte das administrações das empresas participadas mais relevantes do Grupo, de forma a permitir um mais próximo acompanhamento das suas atividades.

SECÇÃO II - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

II.8. É periodicamente enviada aos membros não executivos do Conselho de Administração toda a informação prévia às reuniões do Conselho com uma antecedência mínima de cinco dias úteis por forma a que as decisões revistam um caráter de independência.

II.9. Na Toyota Caetano Portugal, S.A., o controlo dos riscos inerentes à atividade é efetuado diretamente pelo Conselho de Administração e avaliado anualmente pelo Conselho Fiscal.

O principal risco financeiro que a Toyota Caetano enfrenta, prende-se com o risco de crédito sobre clientes, isto é, o risco de um cliente pagar mais tarde ou não pagar os bens adquiridos essencialmente por falta de liquidez. De forma a mitigar este risco, a Toyota Caetano implementou procedimentos de gestão de crédito e processos de aprovação de crédito e possui seguros de crédito sempre que necessário.

Os riscos económicos em que a Toyota Caetano incorre são: risco de taxa de juro, risco de taxa de câmbio e risco de liquidez.

O risco da taxa de juro advém da proporção relevante de dívida a taxa variável incluída na Demonstração Consolidada da Posição Financeira, e dos consequentes cash flows de pagamento de juros. A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de juro.

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo opera internacionalmente e detém subsidiária a operar em Cabo Verde. O risco de taxa de câmbio resulta assim essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

06. Governo das Sociedades

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais. A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação. De referir que o Grupo recorre a instrumentos financeiros derivados para cobrir o risco cambial inerente a transações futuras em moeda estrangeira.

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no curto prazo.

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez no Grupo Toyota Caetano tem por objetivo:

- (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;
- (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- (iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Todo e qualquer excedente de liquidez existente no Grupo é aplicado na amortização de dívida de curto prazo, de acordo com critérios de razoabilidade económico-financeira.

Refira-se adicionalmente que a gestão dos riscos anteriormente enunciados contempla:

- análises de sensibilidade (mensuração de impactos potenciais em função da probabilidade de ocorrência de cada risco);
- alinhamento estratégico da sociedade em função dos riscos efetivamente incorridos;
- mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adotadas e da sua eficácia;
- mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema de alerta de risco.

II.10. Compete ao Conselho de Administração exercer os mais amplos poderes, representando a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, assim como praticar todos os atos tendentes à realização do objeto social e, em especial:

- a) Sem necessidade de deliberação dos acionistas, o Conselho de Administração pode criar sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação, quer em Portugal quer no estrangeiro;
- b) Instalar ou adquirir, manter, transferir ou encerrar estabelecimentos, fábricas, laboratórios, oficinas, depósitos ou armazéns;
- c) Adquirir, alienar e obrigar por qualquer forma ações e obrigações próprias, conforme deliberado em Assembleia Geral, adquirir e alienar outros bens imóveis, assim como obrigá-los por qualquer forma, e adquirir bens imóveis e, com o parecer do Conselho fiscal, aliená-los por quaisquer atos ou contratos, ainda que de constituição de garantias reais;
- d) Negociar com quaisquer instituições de crédito, nomeadamente bancos, todas e quaisquer operações que entenda necessárias, designadamente contraindo empréstimos, nos termos, condições e forma que reputar conveniente;
- e) Movimentar contas bancárias, depositar e levantar dinheiros, emitir, sacar, aceitar e endossar letras, livranças, cheques, extratos de faturas e outros quaisquer títulos de crédito;
- f) Confessar, desistir ou transigir em quaisquer ações;
- g) Constituir mandatários da Sociedade;
- h) Desempenhar as demais funções previstas nos estatutos ou na lei.

Não se encontra prevista de forma explícita nenhuma concessão de poder específico no que respeita a deliberações de aumento do capital.

O Conselho de Administração disponibiliza ao Conselho Fiscal convocatórias e atas das reuniões do Conselho.

II.11. O Conselho de Administração funciona de forma colegial, com funções de gestão e coordenação das diferentes atividades da Empresa, não havendo distribuição formal de pelouros, à exceção do pelouro financeiro o qual é da responsabilidade do vogal Rui Manuel Machado Noronha Mendes, promovendo-se assim a rotatividade proposta nas recomendações da CMVM.

De acordo com o artigo 17º dos Estatutos da Toyota Caetano Portugal, S.A. a designação e substituição dos membros do órgão de administração seguem as seguintes regras:

- a) Pela chamada de suplentes efetuada pelo Presidente do Conselho de Administração, observando a ordem por que figurem na lista que foi submetida à Assembleia Geral;

06. Governo das Sociedades

- b) Não havendo suplentes, por cooptação, a efetuar dentro de sessenta dias a contar da falta definitiva, salvo se os administradores em exercício de funções não forem em número suficiente para o Conselho de Administração poder funcionar;
 - c) Não tendo havido cooptação, o substituto será designado pelo Conselho Fiscal;
 - d) Por eleição de novo administrador.
- II.12. O Conselho de Administração reúne regularmente, sendo as suas deliberações válidas apenas quando esteja presente a maioria dos seus membros.
Durante o ano de 2012 o Conselho de Administração reuniu oito vezes, estando as correspondentes atas registadas no livro de atas do Conselho de Administração.
O Conselho Fiscal reuniu três vezes durante o ano 2012, estando as correspondentes atas registadas no livro de atas do Conselho Fiscal.
A Comissão de Remunerações reuniu uma vez durante o ano 2012, estando as correspondentes atas registadas no livro de atas da Comissão de Remunerações.
- II.13. No ponto II.12. refere o número de reuniões do Conselho de Administração.
- II.14. Dos atuais membros do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A., cinco desempenham funções executivas, cabendo aos não residentes funções não executivas a saber:
- José Reis da Silva Ramos – Membro executivo
 - Takeshi Numa – Membro não executivo
 - Daniele Schillaci – Membro não executivo
 - Maria Angelina Martins Caetano Ramos – Membro executivo
 - Salvador Acácio Martins Caetano – Membro executivo
 - Miguel Pedro Caetano Ramos – Membro executivo
 - Rui Manuel Machado de Noronha Mendes – Membro executivo
 - Shigeki Enami – Membro não executivo

Os membros executivos do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. não podem ser considerados independentes, na medida em que todos eles, fazem parte do Conselho de Administração da empresa Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S), S.A., empresa detentora de cerca de 61% do capital social da Toyota Caetano Portugal, S.A., e que sobre ela exerce uma influência dominante.

Os membros não executivos não exercem qualquer outra função em sociedades residentes não existindo qualquer incompatibilidade no exercício das suas funções, não podendo, no entanto, também ser considerados independentes em virtude de representarem a Toyota Motor Europe, empresa detentora de 27% do capital social da Toyota Caetano Portugal, S.A..

- II.15. A avaliação da independência dos membros do Conselho de Administração realizada pelo órgão de administração tem por base o art.º 414º n.º5 do Código das Sociedades Comerciais.
- II.16. A designação de administradores não executivos está de acordo com o artigo 17º dos Estatutos da Toyota Caetano Portugal, S.A. seguindo as seguintes regras:
Substituição de membro cessante
- a) Pela chamada de suplentes efetuada pelo Presidente do Conselho de Administração, observando a ordem por que figurem na lista que foi submetida à Assembleia Geral;
 - b) Não havendo suplentes, por cooptação, a efetuar dentro de sessenta dias a contar da falta definitiva, salvo se os administradores em exercício de funções não forem em número suficiente para o Conselho de Administração poder funcionar;
 - c) Não tendo havido cooptação, o substituto será designado pelo Conselho Fiscal;
Novo membro
 - d) Por proposta e correspondente eleição em Assembleia Geral.
- A nomeação de novos administradores não executivos é efetuada por eleição em Assembleia Geral
- II.17. Os administradores não executivos por serem não residentes participam nas reuniões do conselho de Administração pelo sistema de vídeo-conferência. Toda a informação prévia às reuniões do Conselho de Administração é enviada com uma antecedência mínima de cinco dias úteis. Face à informação que lhes é periodicamente enviada vão, nestas reuniões, e não só, colocando as questões que julguem pertinentes ao seu esclarecimento sobre a atividade desenvolvida. No entanto não existe referência no relatório anual de gestão sobre a atividade desenvolvida por estes.

06. Governo das Sociedades

II.18. Todos os membros executivos do Conselho de Administração exercem desde sempre a sua atividade profissional na gestão das Empresas do Grupo Salvador Caetano, nas quais fizeram parte dos seus Órgãos Sociais.

Atualmente nenhum membro do Conselho de Administração detém ações da Empresa. Todavia, refira-se que o processo de partilha de património do Sr. Salvador Fernandes Caetano encontra-se ainda em curso.

II.19. Os membros executivos do Conselho de Administração desempenham igualmente funções de administração nas seguintes empresas:

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Eng.º José Reis da Silva Ramos Presidente do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Saltano – Invest. e Gestão, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Auto, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Aeronautic, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Rentig, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetanobus – Fabricação. de Carroçarias, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Components, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Lusilectra – Veículos. e Equipamentos, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Soc. Imobiliária Quinta da Fundega, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Auto CV, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Portianga - Comercio Internacional e Participações, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Salvador Caetano - Indústria (SGPS), S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Auto Partner - Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Colisão (Norte), S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm
	Atlântica – Comp. Portuguesa de Pesca, S.A.	Vogal do Cons. Adm
	Rarcon - Arquitectura e Consultadoria, S.A.	Vogal do Cons. Adm
	Mds Auto - Mediação de Seguros, S.A.	Vogal do Cons. Adm
	Movicargo - Movimentação Industrial, Lda.	Gerente
Crustacil – Comércio de Marisco, Lda.	Gerente	

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Dr.ª Maria Angelina Martins Caetano Ramos Vogal do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Grupo salvador caetano, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Atlântica – comp. Portuguesa de pesca, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Poal - Pavimentações e Obras Acessórias, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Comp. Administ. Imobiliária São Bernardo, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Auto Partner - Imobiliária, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Cociga – Construções Civas de Gaia, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Simoga – Soc. Imobiliária de Gaia, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Turispaiava – Soc. Turística Paivense, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Covim - soc. Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Novef, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Rarcon - Arquitectura e Consultadoria, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Saltano – Invest. e Gestão, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Auto, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Portianga – Com. Int. e Participações, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano - Baviera – Comércio de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Auto CV, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Crustacil – Comércio de Marisco, Lda.	Gerente
	Maqtin - Comércio e Indústria de Máq. Ferramentas e Tintas, Lda.	Gerente

06. Governo das Sociedades

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Eng.º Salvador Acácio Martins Caetano Vogal do Conselho de Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Caetano-Baviera – Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Salvador Caetano-Auto, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Tovicar – Sociedade de Com. de Automóveis, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Retail, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Retail (Norte) II, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A.	Vice-Presidente do Cons. Adm.
	Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Saltano – Invest. E Gestão, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Renting, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Portianga – Com. Int. e Participações, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Cociga – Construções Cívicas de Gaia, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Turispaiva – Soc. Turística Paivense, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Simoga – Soc. Imobiliária de Gaia, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Lavorauto - Administração Imb. e Cons. de Empresas, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Amorim Brito & Sardenha, Lda.	Gerente
	Maqtin - Comércio e Indústria de Máq. Ferramentas e Tintas, Lda.	Gerente

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Eng.º Miguel Pedro Caetano Ramos Vogal do Conselho de Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Salvador Caetano Capital (SGPS), S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	ENP - Energias Renováveis Portugal, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Central Solar de Castanhos, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Globalwatt, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Vas África, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	VAS, Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetanolyrsa, S.A.	Vice-Presidente Cons. Adm.
	Automocion Peninsular Inmebles, S.A.	Vice-Presidente Cons. Adm.
	Ibericar, Sociedad Iberica del Automóvil, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano - Baviera - Comércio de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	MDS Auto - Mediação de Seguros, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Retail (Norte) II, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Portianga - Comércio Internacional e Participações, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Tovicar - Sociedade de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Retail, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Aeronautic, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Choice Car – Comércio de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Luso Assistência - Gestão de Acidentes, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Island Rent, Aluguer de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Guérin – Rent – a – Car, S.L.U.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Indústria, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Ibericar Galicia Auto, S.L.	Vogal do Cons. Adm.
	Guerin - Rent - a - Car (Dois) Lda.	Gerente
	Ibericar Holding Andalucía, S.L.U.	Gerente
	Ibericar Centro Auto, S.L.	Gerente
	Tardes Solarengas - Energias Renováveis, Lda.	Gerente
	Ibérica Cataluña Auto, S.L.	Gerente
	Lidera Soluciones, S.L.	Gerente
Sol Green Watt, S.L.	Gerente	

06. Governo das Sociedades

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Dr. Rui Manuel Machado de Noronha Mendes Vogal do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Caetanobus - Fabricação de Carroçarias, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Aeronautic, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Renting, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Spain, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Indústria (SGPS), S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Vas África, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Movicargo - Movimentação Industrial, Lda.	Gerente

Os membros não executivos não têm quaisquer funções de administração noutras empresas, desenvolvendo a sua atividade profissional na Toyota Motor Europe.

Encontra-se divulgado em anexo (Anexo I) as qualificações profissionais dos membros executivos do Conselho de Administração.

SECÇÃO III – CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS E CONSELHO FISCAL

II.21. Os membros do Conselho Fiscal da Toyota Caetano Portugal, S.A., desempenham as seguintes funções:

José Domingos da Silva Fernandes - Presidente
Alberto Luis Lema Mandim – Vogal
Takehiko Kuriyama – Vogal
Maria Livia Fernandes Alves – Suplente

O Presidente do Conselho Fiscal e Vogais cumprem com as regras de incompatibilidade e independência previstas no nº1 do art.º 414-A e nº 5 do art.º 414, respetivamente, do Código das Sociedades Comerciais sendo que adicionalmente o Conselho fiscal procede a respetiva autoavaliação.

II.22. Os membros do Conselho de Fiscal possuem competências adequadas ao exercício das respetivas funções e o Presidente está adequadamente apoiado pelos restantes membros do Conselho Fiscal (Anexo I).

Os membros do Conselho de Fiscal não detêm ações da Empresa.

O atual Conselho Fiscal, eleito em 2011 por um período de 4 anos cessando o seu mandato em 2014.

II.23. Os membros do Conselho de Fiscal vêm desempenhando nos últimos cinco anos outras funções nas seguintes empresas:

José Domingos da Silva Fernandes

Presidente do Conselho Fiscal nas sociedades

Caetano – Baviera – Comércio de Automóveis, S.A. (Grupo Salvador Caetano)

LPFP – Liga Portuguesa de Futebol Profissional

Revisor Oficial de Contas nas sociedades

Multiponto, S.A.

Imomonteiro's – Sociedade Imobiliária, S.A.

Poal – Pavimentações e Obras Acessórias, S.A.

Turispaiwa – Sociedade Turística Paivense, S.A.

Summertime – Sociedade Imobiliária, S.A.

Convemaia – Sociedade Imobiliária, S.A.

BDS, SGPS, S.A.

Poliedro, SGPS, S.A.

CEIIA – Centro de Excelência e Inovação para a Indústria Automóvel

06. Governo das Sociedades

Alberto Luis Lema Mandim
Vice-presidente do Conselho de Administração da sociedade
Salvador Caetano Capital SGPS, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da sociedade
Caetsu Publicidade S.A.
Presidente do Conselho Fiscal nas sociedades
Caetano Auto S.A.
Fundação Salvador Caetano

Maria Livia Fernandes Alves: não exerce qualquer cargo noutras Sociedades.

Takehiko Kuriyama: não exerce qualquer cargo noutras Sociedades

- II.24. Compete ao Conselho Fiscal supervisionar a atividade e independência do Auditor externo, com ele interagindo nos termos das suas competências e normas de funcionamento, sendo o 1º destinatário do Relatório do Auditor externo e o interlocutor da Empresa na relação com o último.
Adicionalmente, o Conselho Fiscal é responsável por propor o prestador de serviços de auditoria externa a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da Empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços. Por fim, o Conselho Fiscal avalia anualmente o Auditor Externo propondo à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.
- II.29. A política de remunerações dos diretores responsáveis por cada uma das divisões identificadas no organigrama funcional da Empresa apresentado no ponto II.3. deste relatório está estruturada num equilíbrio entre o nível de responsabilidade, na parte fixa, e o desempenho em relação aos objetivos traçados quer ao nível do acompanhamento orçamental, quer pelo resultado de projetos pré-acordados, na parte variável.

SECÇÃO IV – REMUNERAÇÃO

- II.30. A comissão de Remunerações após análise da conjuntura económica atual e ao eventual desempenho da empresa no ano de 2012, é de opinião da manutenção dos valores remuneratórios de natureza fixa para todos os elementos dos órgãos sociais.
Em relação às políticas a serem seguidas relativamente à remuneração variável do órgão de Administração, estas têm dependido exclusivamente dos resultados anuais líquidos obtidos pela empresa, seguindo de alguma forma a política de distribuição de dividendos e de gratificação a colaboradores que tem sido aprovada em Assembleia Geral de Acionistas e que, em termos históricos e considerando o agregado total do Conselho de Administração, tem correspondido a cerca de 3% dos Resultados líquidos anuais, admitindo-se contudo alguma flexibilidade no intervalo de atribuição, o qual poderá descer aos 1,5% no seu limite inferior e nunca exceder os 4% no seu limite superior.
- II.31. As remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. durante o exercício de 2012, no exercício das suas funções na Empresa e em Empresas do Grupo foram como segue:

Euros

REMUNERAÇÕES	PARTE FIXA		PARTE VARIÁVEL		TOTAL
	EMPRESA	EMPRESAS GRUPO TOYOTA	EMPRESA	EMPRESAS GRUPO TOYOTA	
ADMINISTRADORES EXECUTIVOS	367.780	285.712	0	0	653.492
José Reis da Silva Ramos	152.618	0	0	0	152.618
Maria Angelina Martins Caetano Ramos	112.175	285.712	0	0	397.887
Salvador Acácio Martins Caetano	0	0	0	0	0
Rui Manuel Machado Noronha Mendes	102.987	0	0	0	102.987
Miguel Pedro Caetano Ramos	0	0	0	0	0
ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS	0	0	0	0	0
TOTAL	367.780	285.712	0	0	653.492

06. Governo das Sociedades

As remunerações auferidas pelos membros do Conselho Fiscal da Toyota Caetano Portugal, S.A. durante o exercício de 2012, no exercício das suas funções na Empresa foram como segue:

REMUNERAÇÕES	PARTE FIXA		PARTE VARIÁVEL		TOTAL
	EMPRESA	EMPRESAS GRUPO TOYOTA	EMPRESA	EMPRESAS GRUPO TOYOTA	
José Domingos da Silva Fernandes	4.900	0	0	0	4.900
Maria Livia Fernandes Alves	1.000	0	0	0	1.000
Alberto Luis Lema Mandim	2.500	0	0	0	2.500
Takehiko Kuriyama	0	0	0	0	0
TOTAL	8.400	0	0	0	8.400

- II.32. Conforme declaração anexa da Comissão de remunerações, existem mecanismos instituídos na Empresa que permitem o alinhamento dos interesses dos membros do Órgão de Administração com os interesses da sociedade.
A política de remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização é definida por uma Comissão de Remunerações independente, tendo por base os critérios que vão de encontro à capacidade de criação de valor acionista. Na definição do critério acima enunciado são tidos em consideração diversos fatores entre os quais dados comparativos de mercado e dados macroeconómicos.
- II.33. Conforme aprovado pela Comissão de Remunerações a remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração não está diretamente dependente da evolução da cotação das ações da Sociedade nem dos resultados obtidos.
No entanto, todos os titulares do Órgão de Administração estão dependentes dos resultados da sociedade na parte variável da sua remuneração anual, no que usualmente se designa como “Gratificação de Balanço” ou bônus anual, correspondente a um prémio de desempenho anual determinado tendo em consideração a avaliação realizada pela Comissão de Remunerações no âmbito das suas funções.
- II.34. Os administradores não executivos do órgão de administração não auferem remunerações conforme Ponto II.31.
- II.35. A comunicação de irregularidades deverá ser feita através de entrega de documento escrito ou por e-mail interno dirigido ao representante das relações com o mercado. Este por sua vez despoletará todas as medidas de análise e verificação de factos comunicados, mantendo, se requerido, a confidencialidade da informação inicial e reportando em primeiro lugar as conclusões obtidas ao Conselho de Administração, o qual por sua vez ponderará a comunicação ao mercado, dentro dos parâmetros legalmente estabelecidos, caso seja entendida a necessidade da sua divulgação.
Essas comunicações são arquivadas durante um período mínimo de cinco anos e, se solicitadas, encontram-se à disposição dos Auditores.

SECÇÃO V - COMISSÕES ESPECIALIZADAS:

- II.36. A Comissão de Remunerações é composta pelos seguintes membros:
- Alberto Luis Lema Mandim
 - Maria Conceição Monteiro Silva
 - Francelim Costa da Silva Graça
- II.37. A Comissão de Remunerações reuniu-se uma vez em 2012.
- II.38. A experiência profissional dos membros da Comissão de Remunerações permite-lhes exercer as suas responsabilidades de forma eficaz, salvaguardando o interesse da Empresa. Refira-se a este propósito a antiguidade dos membros da Comissão no exercício das suas funções.
- II.39. Nenhum membro tem afinidades ou parentesco em linha reta até ao 3.º grau, inclusive, com algum membro do órgão de administração ou com os seus cônjuges.

06. Governo das Sociedades

CAPÍTULO III INFORMAÇÃO E AUDITORIA

III.1. Em 31 de dezembro de 2012 o capital da Empresa é composto por 35.000.000 ações ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada, sendo que todas as ações estão admitidas à negociação na Euronext Lisbon.

III.2. Participações qualificadas no capital social da Toyota Caetano Portugal, S.A.:

ACIONISTA	Nº DE AÇÕES	"% CAPITAL SOCIAL COM DIREITO DE VOTO"
Salvador Fernandes Caetano (Herdeiros) diretamente	1.399.255	3,998%
Maria Angelina Caetanos Ramos e Salvador Acácio Martins Caetano através da		
Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S), S.A.	21.288.281	60,824%
Cociga	290	0,001%
José Reis da Silva Ramos através da		
Fundação Salvador Caetano	138.832	0,397%
Maria Angelina Caetanos Ramos e Miguel Pedro Caetano Ramos através da		
COVIM	393.252	1,124%
	21.820.655	62,346%
Toyota Motor Europe NV/S.A. diretamente	9.450.000	27,000%
Millenium BCP - Gestão de Fundos de Investimento, S.A diretamente	1.226.935	3,510%

III.3. Não existem acionistas titulares de direitos especiais.

III.4. Não existem restrições à transmissibilidade das ações ou limitações à titularidade de ações.

III.5. Ver ponto I21.

III.6. A alteração de estatutos da sociedade só é possível mediante aprovação em Assembleia Geral por maioria de 75% do capital social.

III.7. Não existe na sociedade Plano de Atribuição de ações aos trabalhadores.

III.8. Durante o exercício de 2012 foram transacionadas em Bolsa 20.796 ações.

Não se observam movimentos anormais nas transações mantendo-se ao longo do ano em níveis muito reduzidos.

No gráfico seguinte pode apreciar-se a evolução da cotação das ações da sociedade. Em termos de evolução da cotação reflexo da crise dos mercados financeiros verificou-se uma quebra na cotação tendo iniciado o ano no valor de 3,9 Euros encerrando o exercício no valor de 0,96 Euros, atingindo no início do ano o seu valor máximo.

EVOLUÇÃO COTAÇÕES/TÍTULOS TRANSACIONADOS 2012



06. Governo das Sociedades

III.g. A política de distribuição de dividendos da Empresa pode ser avaliada no quadro seguinte o qual regista a situação dos últimos cinco exercícios:

RUBRICAS	2012	2011	2010	2009	2008
Resultado Líquido (mEuros)	-2.642	-2.030	10.652	11.034	3.177
Não distribuível	-2.804	-2.058	3.010	5.666	
Distribuível	162	28	7.642	5.368	3.177
Dividendos (mEuros)			6.650	5.250	2.450
Dividendo p/Ação (Euro)			0,19	0,15	0,07

De uma forma sintética, podemos afirmar que, embora sempre condicionada pelos próprios resultados líquidos distribuíveis e pelas expectativas entretanto criadas para o(s) período(s) seguintes, a Empresa tinha vindo a distribuir até 2005 dividendos num intervalo percentual entre os 30% e 50% do resultado.

Tendo em atenção o nível de capitais próprios entretanto atingidos, a partir de 2006 a Empresa tem vindo a distribuir dividendos num intervalo percentual entre os 75% e os 96% dos resultados líquidos distribuíveis obtidos. Em 2010 essa percentagem rondou os 82% .

Em relação a 2011 e 2012 e dado o resultado apurado no exercício o Conselho de Administração não apresentou qualquer proposta no sentido de ser pago dividendos.

- III.10. A Toyota Caetano Portugal, S.A., não possui qualquer plano de atribuição de ações ou de opções de aquisição de ações aos membros dos órgãos sociais, nem aos seus trabalhadores.
- III.11. Durante o exercício de 2012, não foram realizados quaisquer negócios entre a Sociedade e os membros dos seus órgãos sociais (de administração e de fiscalização), titulares de participações qualificadas ou sociedades em relação de domínio ou grupo, que não tenham sido realizados em condições normais de mercado para operações do mesmo género, e sempre inseridas na atividade normal da sociedade.
- III.12. Durante o exercício de 2012 não foram realizados negócios e operações entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, fora das condições normais de mercado.
- III.13. O Conselho Fiscal no âmbito das suas competências, de acordo com os pontos anteriores, não procedeu a avaliação prévia dos negócios realizados entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.
- III.14. Não se verificaram negócios sujeitos à intervenção prévia do órgão de fiscalização.
- III.15. Através da sua página oficial na Internet (www.toyotacaetano.pt), a Toyota Caetano Portugal, S.A. disponibiliza informação financeira relativamente à sua atividade individual e consolidada. Nesta página encontram-se igualmente disponíveis os documentos de prestação de contas da Empresa para os últimos exercícios, as ordens de trabalhos e deliberações tomadas nos últimos três anos bem como as atas das Assembleias Gerais de Acionistas, tanto na língua portuguesa como na língua inglesa.
- III.16. Embora não exista formalmente instituído um Gabinete de Apoio ao Investidor, esta função é assegurada pelo representante para as relações com o mercado. Sempre que necessário, o representante assegura a prestação ao mercado de toda a informação relevante no tocante a acontecimentos marcantes, factos enquadráveis como factos relevantes, divulgação trimestral de resultados e resposta a eventuais pedidos de esclarecimento por parte dos investidores ou público em geral sobre informação financeira de carácter público.
- Os contactos com vista à obtenção de informações por parte de investidores poderão ser efetuados pelas seguintes vias:
- Representante para as relações com o mercado:
Rui Manuel Machado de Noronha Mendes
Telefone: 22 786 72 03
E-mail: rmendes@toyotacaetano.pt
- III.17. As remunerações pagas aos nossos auditores e a outras pessoas coletivas pertencentes à mesma rede, pelas empresas em relação de domínio ou de grupo ascendem a 105.390 Euros, distribuídas da seguinte forma:
- | | |
|-------------------------------------|-----|
| Serviços de Revisão Legal de Contas | 96% |
| Outros serviços | 4% |

06. Governo das Sociedades

A rubrica de outros serviços compreende a verificação de documentação de suporte do projeto de investimento enquadrado no Sistema de incentivos à Investigação & Desenvolvimento do Programa Operacional do QREN.

O Conselho de Administração na solicitação dos projetos assegura antes da adjudicação, que aos auditores e sua respetiva rede, não são contratados serviços que, nos termos da Recomendação da Comissão Europeia nº C (2002) 1873 de 16 de maio de 2002 possam por em causa a sua independência.

O Conselho Fiscal procede anualmente a uma avaliação do trabalho do Auditor Externo, garantindo que o disposto no artigo 54º do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de novembro (alterado pelo Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de novembro), relativamente à rotação do sócio responsável pela execução do trabalho é cumprido.

Esta foi uma das razões pela qual a Empresa procedeu à alteração no início do exercício de 2010 da entidade que desenvolvia o trabalho de auditoria Externa.

06. Governo das Sociedades

ANEXO I

CURRICULUM VITAE

Nome: José Reis da Silva Ramos

Data e Local de Nascimento: 15 de agosto de 1946, em Vila Nova de Gaia.

Estado Civil: Casado

Residência: Alameda Senhor da Pedra, 262, Miramar Arcozelo, Vila Nova de Gaia

Habilitações: Licenciado em Engenharia Metalúrgica

Atividade Profissional: Administrador de Sociedades

Nome: Maria Angelina Martins Caetano Ramos

Data e Local de Nascimento: 18 de agosto de 1949, em Vila Nova de Gaia.

Estado Civil: Casada

Residência: Alameda Senhor da Pedra, 262, Miramar Arcozelo, Vila Nova de Gaia

Habilitações: Licenciada em Economia

Atividade Profissional: Administrador de Sociedades

Nome: Salvador Acácio Martins Caetano

Data e Local de Nascimento: 30 de janeiro de 1955, em Vila Nova de Gaia.

Estado Civil: Casado

Residência: Rua Moreira Lobo, 80, Miramar Arcozelo, Vila Nova de Gaia

Habilitações: Licenciado em Engenharia

Atividade Profissional: Administrador de Sociedades

Nome: Miguel Pedro Caetano Ramos

Data e Local de Nascimento: 26 de setembro de 1971, em Vila Nova de Gaia.

Estado Civil: Casado

Residência: C Carnicero Edif. Puerto Chico, 5 Po4 B, Torremolinos – Malaga - Espanha

Habilitações: Licenciado em Engenharia Mecânica

Atividade Profissional: Administrador de Sociedades

Nome: Rui Manuel Machado Noronha Mendes

Data e Local de Nascimento: 8 de agosto de 1954, em Leça da Palmeira - Matosinhos

Estado Civil: Casado

Residência: Rua Dr. Manuel Rodrigues de Sousa, 64 – 6º Esq. - Matosinhos

Habilitações: Licenciado em Economia

Atividade Profissional: Administrador de Sociedades

Nome: José Domingos Silva Fernandes

Data e Local de Nascimento: 28 de março de 1951, em Cedofeita - Porto.

Estado Civil: Casado

Domicílio profissional: Rua Cunha Júnior, 41 – B, 1º sala 4 4250-186 Porto

Habilitações:

- 1970 Curso de Contabilista, do ex-Instituto Comercial do Porto

- 1975 Licenciatura em Economia – Universidade do Porto

06. Governo das Sociedades

Experiência Profissional:

- 1975 – 1993 Técnico da Inspeção- Geral de Finanças
- 1987 – 2011 Docente no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto
- Desde 1982 Inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, tendo exercido essas funções em diversas entidades.
- 2001 – 2005 Presidente do Conselho Disciplinar da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
- Atualmente
 - 1) Exerce as funções de Presidente do Conselho Fiscal, noutras entidades:
 - Caetano – Baviera – Comércio de automóveis, S.A. (Grupo Salvador Caetano)
 - LFPF – Liga Portuguesa de Futebol Profissional
 - 2) Exerce as funções de Revisor Oficial de Contas, nas seguintes entidades
 - Multiponto, S.A.
 - Imomonteiro's – Sociedade Imobiliária, S.A.
 - Poal – Pavimentações e Obras Acessórias, S.A.
 - Turispaiva – Sociedade Turística Paivense, S.A.
 - Summertime – Sociedade Imobiliária, S.A.
 - Convemaia – Sociedade Imobiliária, Sa
 - BDS, SGPS, S.A.
 - Poliedro, SGPS, S.A.
 - CEIIA – Centro de Excelência e Inovação para a Indústria Automóvel

Nome: Maria Livia Fernandes Alves

Data e Local de Nascimento: 31 de janeiro de 1945, em Nine – Vila Nova de Famalicão.

Estado Civil: Divorciada

Residência: Rua Amorim Girão, 161, 1º Dtº, 4460-209 Senhora da Hora

Habilitações: Curso Geral de Comércio

Nome: Alberto Luis Lema Mandim

Data e Local de Nascimento: 5 de julho de 1939 em Ermesinde-Valongo.

Estado Civil: Casado

Residência: Rua da Boavista nº 53, 4445-349 Ermesinde

Habilitações:

- 1964 Curso de Contabilista, do Ex-Instituto Comercial do Porto
- 1966 Técnico Oficial de Contas; Membro nº 3927 da OTOC
- 1968 Programação em Fortran (EDP)
- 1981 Programação em RPG (IBM)
- 1990 Análise de Sistemas Informação (IBM)
- 2008 Avaliação de Empresas (CTOC)

Experiência Profissional:

- 1961 – 1964 Empregado Bancário Banco Espírito Santo
- 1964 – 1966 Responsável pela Contabilidade e Pessoal Moto Meca RL
- 1966 – 1979 Dir. Administ. e Financeiro Soc. Construções Soares da Costa, S.A.
- 1979 – 1999 Diretor da Divisão Administrativa e Adjunto da Administração Toyota Caetano Portugal, S.A.
- 2000 – 2005 Adjunto da Administração e Administrador Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.
- 2005 – 2007 Administrador Inforauto - Consultoria e Informática de Gestão, S.A.
- 2003 – 2012 Vice-Presidente Conselho de Administração Salvador Caetano Capital S,G.P.S.,S.A.
- 2005 – 2011 Vogal Conselho de Administração Caetsu Publicidade, S.A.
- 2006 Presidente do Conselho Fiscal Caetano Auto, S.A.
- 2010 Presidente do Conselho Fiscal Fundação Salvador Caetano.

